

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd – CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ELLEN CHRISTINA LINO LIMA

**O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO:
DIREITOS E GARANTIAS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE**

JUIZ DE FORA
2014

ELLEN CHRISTINA LINO LIMA

**O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO:
DIREITOS E GARANTIAS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE**

Dissertação apresentada como um dos requisitos à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador (a): Professor Luiz Flávio Neubert

JUIZ DE FORA

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LIMA, Ellen Christina Lino .
O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO : DIREITOS E GARANTIAS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE / Ellen Christina Lino LIMA. -- 2014.
117 f.

Orientador: Luiz Flávio NEUBERT
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2014.

1. Enem. 2. unidades prisionais. 3. Pessoas privadas de liberdade. 4. Direitos e garantias. 5. Conscientização. I. NEUBERT, Luiz Flávio , orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ELLEN CHRISTINA LINO LIMA

*EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: DIREITOS E GARANTIAS DAS
PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE*

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAED/FACED/UFJF, aprovada em __/__/__.

Membro da Banca - orientador (a)

Membro da Banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, __/__/__

Aos meus pais, que sempre fizeram da educação de seus filhos a grande prioridade de suas vidas;

Ao meu avô Profírio (in memoriam), que desde criança me incentivou à busca permanente pelo conhecimento;

Ao meu esposo, pelo apoio constante durante a elaboração deste trabalho;

Ao meu filho Rafael, que ainda em meu ventre, se tornou a minha maior fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida.

Ao meu filho Rafael, por ter se transformado a mais nobre razão para eu seguir adiante.

Aos meus pais, por todas as renúncias que fizeram em suas vidas em prol da minha educação.

Ao meu esposo, que sempre acreditou na minha capacidade de concluir este trabalho.

Aos meus irmãos e sobrinhos, pelo amor incondicional.

Aos meus colegas de trabalho, por disponibilizarem seus conhecimentos profissionais que tanto me ajudaram na construção desta dissertação.

Às tutoras do mestrado, Ana Paula de Melo Lima e Luciana Verônica da Silva, pela paciência e orientação nesse processo conturbado e cansativo.

Ao meu orientador, Dr. Luiz Flávio Neubert, por me guiar no processo da dissertação.

Ao Diretor de Avaliação da Educação Básica, pelo estímulo e compreensão.

Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), pela oportunidade de realizar este curso de Mestrado.

“[...] Ele não sabia que era impossível. Foi lá e fez”.

Jean Cocteau

RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em uma penitenciária localizada no estado de Goiás. A escolha do ambiente prisional como campo de investigação teve como intuito avaliar se os direitos e garantias assegurados pela legislação brasileira, no que tange as pessoas privadas de liberdade, estão sendo assegurados pelo Inep e órgãos da administração penitenciária. A metodologia utilizada foi entrevista semiestruturada, realizada com o Responsável Pedagógico pela unidade prisional e questionários aplicados aos presos que realizaram o Enem em 2012. Esses instrumentos de pesquisa, articulados à pesquisa bibliográfica e à apreciação dos dados coletados, permitiram a análise da realidade da aplicação do exame no ambiente prisional e identificação de falhas que indicam que alguns direitos deste público estejam sendo afetados. Os principais problemas identificados foram a falta de conscientização dos atores envolvidos no processo de implementação do Enem nas unidades prisionais e falhas no repasse das informações oriundas do Inep a respeito do exame, e sua importância para a população carcerária. A partir destes dados, foram indicados, no Plano de Intervenção aqui proposto, estratégias de ação que visem o aprimoramento do método de repasse das informações e a conscientização dos sujeitos envolvidos acerca da importância do exame para os participantes privados de liberdade.

Palavras-chave: Enem, unidades prisionais, Pessoas privadas de liberdade. Direitos e garantias, Conscientização.

ABSTRACT

This dissertation examines the process of implementing the National High School Exam (Enem) in a prison in the state of Goiás. The choice of prison environment as a field of research aimed to evaluate if the rights and safeguards imposed by Brazilian law, in regard to persons deprived of liberty, are being provided by Inep and penitentiary administration. The methodology used was the semi-structured interview conducted with the Pedagogical Head of the prison unit and questionnaires to prisoners who performed the Enem test in 2012. These survey instruments, together with the literature search and the evaluation of the data collected allowed the analysis of the reality of the exam application in the prison environment and identification of failures indicating that some rights of this group are being affected. The main problems identified were lack of awareness of the actors engaged in the implementation process of the Enem in the prison units, regarding to the importance of the exam for the prison population, and flaws in the communication with Inep. Based on these data, we propose here strategic actions that are listed in the intervention plan that aim the improvement of the method of transferring information and awareness of the subjects involved in the process regarding the importance of the examination for the inmates.

Key Words: Enem, Prison Units, Inmates, Rights and Guarantees, Awareness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGSEP	Agência Goiana do Sistema de Execução Penal
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CESPE	Centro de Seleções e Promoções de Eventos
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CSF	Ciência sem Fronteiras
DAEB	Diretoria de Avaliação da Educação Básica
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DEED	Diretoria de Estatísticas Educacionais
DEPEN	Departamento Penitenciário
DGP	Diretoria de Gestão e Planejamento
DIEP	Diretoria de Disseminação, Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUNAP	Fundação de Amparo ao Preso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFOPEN	Sistema de Informações Penitenciárias
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
PAE	Plano de Ação Educacional
PEPI	Programa Esperança – Polo Industrial
PPL	Pessoas Privadas de Liberdade

PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
SAPEJUS	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SISUTEC	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
UOL	Unidade de Operações Logísticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Estrutura Organizacional do Inep.....	27
Figura 2.	Estrutura Organizacional da UOL.....	28
Figura 3.	Fluxo para adesão ao Enem PPL.....	66
Figura 4.	Cartazes para divulgação do Enem.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Distribuição interna da UOL.....	28
Quadro 2.	Composição da prova do Enem.....	31
Quadro 3.	Fluxograma a ser seguido pelos Representantes Estaduais.....	33
Quadro 4.	Obrigações do Responsável Pedagógico.....	34
Quadro 5.	Atores envolvidos na aplicação do Enem para PPL em 2012.....	38
Quadro 6.	Informações a serem apresentadas na Reunião Técnica.....	69
Quadro 7.	Sugestão de pauta para a palestra.....	78
Quadro 8.	Ações propostas e origem dos recursos.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	População do estado de Goiás – 2010.....	35
Tabela 2.	Quantidade de inscritos no Enem estado de Goiás – 2012.....	36
Tabela 3.	Quantidade de presos por grau de instrução em presídios masculinos – Brasil (2011)	50
Tabela 4.	Evolução da quantidade de inscrições – Brasil.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Grau de instrução da população carcerária no Brasil	23
Gráfico 2.	Participantes do Enem por idade.....	48
Gráfico 3.	Participantes do Enem por Cor ou Raça.....	48
Gráfico 4.	Participantes do Enem por nível de escolaridade.....	49
Gráfico 5.	Participantes do Enem por zona de moradia.....	49
Gráfico 6.	Índice de reincidência dos presos.....	51
Gráfico 7.	Iluminação do local de aplicação das provas.....	54
Gráfico 8.	Condições das mesas e cadeiras utilizadas na aplicação do Enem.....	55
Gráfico 9.	Quantidade de presos que alcançaram a certificação do Ensino Médio através do Enem.....	56
Gráfico 10.	Quantidade de presos que conseguiram ingressar em uma instituição de ensino superior utilizando a nota do Enem.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. O ENEM PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: DIREITOS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS	19
1.1 Direito à educação nas prisões	19
1.2 A educação como importante fator no processo de ressocialização	21
1.3 Inep – da criação aos dias atuais	23
1.4 Estrutura organizacional e avaliações destinadas às Pessoas Privadas de Liberdade.....	25
1.5 O Enem enquanto agente de transformação social.....	28
1.6 Processo de adesão dos estados ao Enem para pessoas privadas de liberdade	31
1.7 O ambiente da prisão e o Enem na prática.....	34
2 A IMPLEMENTAÇÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM EM AMBIENTE PRISIONAL	40
2.1 Em busca da igualdade de direitos: a importância da conscientização dos sujeitos envolvidos no Exame Nacional do Ensino Médio para PPL.....	40
2.1.1 O Enem enquanto instrumento de igualdade de direitos	41
2.1.2 Representante Estadual x Responsável Pedagógico: características e funções	44
2.2 Perfil dos participantes do Enem/2012 na penitenciária	46
2.2.1 Dados referentes à reincidência dos participantes.....	50
2.3 Sobre a aplicação do Enem na penitenciária Odenir Guimarães	52
2.4 Análise dos processos de implementação de políticas e programas.....	56
2.4.1 O Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas privadas de liberdade: análise enquanto política pública	58
2.4.2 Teoria x Dados da pesquisa.....	61
2.5 Considerações sobre a importância dos sujeitos envolvidos e os processos de implementação de políticas e programas educacionais	63
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA A MELHORIA DA APLICAÇÃO DO ENEM NAS UNIDADES PRISIONAIS	64
3.1 Estreitando os vínculos entre o Inep e os Representantes Estaduais.....	65

3.2 Ações propostas.....	67
3.3 Previsão orçamentária.....	79
3.4 Sugestões de melhorias ao processo de aplicação do Enem para pessoas privadas de liberdade, elaboradas com base na experiência vivenciada enquanto membro do Banco de Observadores e Servidora do Inep.....	78
3.5 Considerações finais.....	83
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICES	88
ANEXOS.....	102

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo abordar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para pessoas privadas de liberdade (PPL), com foco em uma penitenciária localizada no estado de Goiás e assim elaborar, a partir da análise feita, propostas de ações que poderão ser colocadas em prática pela instituição, com vistas à garantia dos direitos dos cidadãos privados de liberdade.

A aplicação do Enem a essas pessoas é um direito previsto em lei. Para garantir iguais condições de participação às pessoas privadas de liberdade, prevista no Caput do Artigo 5º da Constituição Federal, que declara que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988, p.15), o Inep realiza uma edição específica do exame para os adultos submetidos a penas privativas de liberdade (em regime fechado) e para os adolescentes sob medidas socioeducativas, que inclua privação de liberdade.

A privação de liberdade após a condenação de maiores de 18 anos divide-se em reclusão e detenção. A diferença entre as duas formas de pena é o regime que pode ser determinado na sentença condenatória¹, conforme estabelecido no Artigo 33 do Código Penal Brasileiro:

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 1º - Considera-se:

- a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;
- b) regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;
- c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado (BRASIL, 2008, p.441).

O Enem é aplicado ainda para presos que estão aguardando o julgamento, em prisões, cadeias públicas, centros psiquiátricos, etc. Além disso, o exame é aplicado também para jovens, menores de 18 anos internados em instituições socioeducativas. Embora o Enem também seja aplicado a menores infratores, este plano de ação se concentrará na aplicação do Enem para adultos sob privação de liberdade, mais especificamente, no caso da penitenciária Odenir Guimarães, situada no município de Aparecida de Goiânia, Goiás.

¹ Último ato processual, no qual a parte sucumbente é condenada a fazer, deixar de fazer ou pagar determinada quantia. É o ato que põe fim ao litígio (conflito).

Esta edição específica do exame tem prazos de inscrição e datas de aplicações diferentes do Enem tradicional. A partir do ano de 2012 as provas foram aplicadas em todo o território brasileiro, contabilizando o total de 23.665 presos inscritos para o exame². Além de ser uma forma de acesso à Educação Superior, o Enem possibilita a certificação de conclusão do Ensino Médio e ainda é usado como ferramenta de avaliação da qualidade do ensino ofertado aos presos.

Esta pesquisa baseia-se nos documentos existentes nos arquivos do Inep, na análise da legislação em vigor, em entrevista com o Responsável Pedagógico da unidade prisional, na aplicação de questionários aos presos que realizaram a avaliação e observação da aplicação do exame na penitenciária no ano de 2012. A associação destes recursos metodológicos permitiu uma análise mais detalhada da realidade do processo de aplicação do Enem nesta unidade prisional, o que favoreceu a fidedignidade dos resultados e das análises que foram realizadas, através das informações obtidas pela pesquisa de caráter qualitativo.

No Capítulo 1, contextualiza-se o processo de aplicação do Enem para pessoas privadas de liberdade, atividade realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Destaca-se também a importância deste exame enquanto agente de transformação social. Verifica-se que nos últimos anos ocorreram avanços, mas ainda há alguns problemas a serem solucionados. É exatamente esse o foco dessa pesquisa: diagnosticar os problemas existentes para, a partir deles, elaborar um plano de ação a ser seguido pelo Inep.

Além disso, foram coletados dados, através de questionários aplicados aos presos que realizaram a avaliação e da entrevista feita com o Responsável Pedagógico da unidade prisional. Estes dados foram registrados, tabulados e organizados de modo que as informações obtidas pudessem ser confrontadas com os referenciais teóricos d pesquisa, discutidos no capítulo seguinte.

No Capítulo 2, de cunho mais analítico, foram abordadas as questões centrais que norteiam essa dissertação: a importância da conscientização dos sujeitos envolvidos na implementação de políticas e programas e os processos de implementação dessas políticas/programas, desde a sua elaboração até a aplicação do exame. A discussão baseia-se, dentre outros, nos autores Jefferson Mainardes³ e Eduardo Condé, que se destacam nesta análise por suas contribuições em áreas

² Dados Inep.

relacionadas ao estudo em questão. Neste trabalho é utilizado o artigo “Abrindo a Caixa – Elementos para melhor compreender a análise de Políticas Públicas”, onde é realizada uma análise esmiuçada das Políticas Públicas, bem como da interferência dos atores públicos e privados na sua implementação, tema de grande relevância para a análise que está sendo realizada.

Finalmente, no Capítulo 3 apresentou-se um plano de ação, com base nos problemas e irregularidades detectadas. Através de observações realizadas, das respostas obtidas nos questionários e na entrevista realizada com o Responsável Pedagógico da penitenciária, serão analisadas possíveis falhas no processo de disseminação das informações e orientações repassadas pelo Inep, e a necessidade de se realizar um trabalho com foco na importância da conscientização dos sujeitos envolvidos no processo de implementação do Enem nos presídios e unidades de medidas socioeducativas. Esta proposta de intervenção objetiva aperfeiçoar a aplicação do Enem para as pessoas privadas de liberdade.

1. O ENEM PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: DIREITOS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Este capítulo se propõe a descrever o processo de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para as pessoas privadas de liberdade. Inicialmente foi apresentada a questão do direito à educação nas prisões a partir da legislação brasileira. Este direito é ratificado pela Lei de Execução Penal (LEP) às pessoas que estão presas ou internadas em estabelecimentos penais.

Posteriormente, foi abordada a importância da educação para o processo de ressocialização das pessoas em privação de liberdade, em seguida, o papel do Inep, órgão responsável pela aplicação do Enem. O Inep é uma autarquia do Ministério da Educação e, através da sua Unidade de Operações Logísticas (UOL), planeja, organiza e aplica o Enem, inclusive nas unidades prisionais e unidades de medidas socioeducativas.

Julgou-se relevante uma breve explanação da história do órgão, desde a sua criação, perpassando pelas mudanças e reestruturações ocorridas ao longo das décadas. Serão apresentadas também as avaliações de cunho social, aplicadas também às pessoas privadas de liberdade e uma apresentação sobre a experiência vivenciada na penitenciária Odenir Guimarães, foco desta análise.

1.1 *Direito à educação nas prisões*

A educação é um direito de todos. O fato de um indivíduo estar encarcerado não pressupõe que ele tenha renunciado aos seus direitos, pelo contrário. A Resolução número 14 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que fixou as regras mínimas para o tratamento dos privados de liberdade no Brasil dispõe, em seu artigo 38, que o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda de liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1994).

A Lei Maior, em seu artigo 205, prevê ainda que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.123).

A Lei de Execução Penal (LEP), alterada pela Lei 12.433/11, garante às pessoas privadas de liberdade um benefício chamado remição, que consiste na redução do tempo da pena em função de trabalho ou estudo desenvolvido na prisão:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: (Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011).

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011.

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados. Redação dada pela Lei nº 12.433, de 2011 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1984).

O parágrafo 5º assegura ainda que:

O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1984).

Além da garantia do direito à educação prevista na Constituição Federal de 1998 e do benefício previsto na LEP, a remição é também uma das 94 ações previstas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)⁴, anunciado pelo Ministério da Justiça em 2007.

O programa, que tem como objetivo a prevenção, o controle e a repressão da criminalidade e articula os projetos de segurança com projetos sociais, estimula os jovens a buscar a certificação através do Enem, tendo em vista que, caso a pessoa privada de liberdade apresente o certificado de conclusão do ensino médio, o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3. A certificação por meio do Enem será abordada mais à frente, quando se fará a apresentação do papel do Inep neste cenário, bem como a sua estrutura e a unidade

⁴ Informações sobre o programa estão disponíveis em: portal.mj.gov.br/pronasci/, acesso em: 01 set. 2012.

do órgão responsável pela aplicação do Enem nas unidades prisionais e unidades de medidas socioeducativas.

1.2 A educação como importante fator no processo de ressocialização

A Lei de Execução Penal Brasileira dispõe em seu Art. 10 que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1984).

A referida Lei é de grande importância para a reintegração do sentenciado, tendo em vista as infinitas possibilidades de reeducação que proporciona. No entanto, apesar de a ressocialização estar prevista no ordenamento jurídico brasileiro, ainda não é atingida em sua plenitude. O sistema prisional no Brasil encontra-se estagnado e não consegue cumprir o seu principal objetivo, bem como frisa Muakad:

As modificações introduzidas no sistema penitenciário são insuficientes para atender a sua verdadeira finalidade, qual seja, recuperar os delinquentes para que, ao retornarem à sociedade, possam tornar-se cidadãos úteis e não um peso para ela, que talvez tenha sido a própria causadora de suas deficiências (MUAKAD, 1998, p. 19).

A pena, ou seja, a reclusão, não reeduca, não corrige, não ressocializa e nem melhora condutas e personalidades. De acordo com Albergaria:

Um dos objetivos da política criminal integrada na política social será tentar a transformação da instituição penitenciária em escola de alfabetização e profissionalização do preso, para inseri-lo no processo de desenvolvimento da Nação, a serviço do bem comum. A administração penitenciária tem o dever de ofertar ao preso todas as possibilidades de instrução escolar e formação profissional. (ALBERGARIA, 1993, p.50)

Nesta perspectiva, o objetivo da ressocialização do sistema penitenciário deve ser o da recuperação do indivíduo e da sua reinserção no convívio social. Cabe, portanto, ao sistema penitenciário, a ajuda e o apoio ao apenado, respeitando, no entanto, o seu livre arbítrio.

Diante deste cenário, destaca-se a importância do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para as pessoas privadas de liberdade. O Enem está consolidado no panorama educacional brasileiro como uma referência de autoavaliação para cidadãos que precisam decidir-se quanto ao rumo que devem

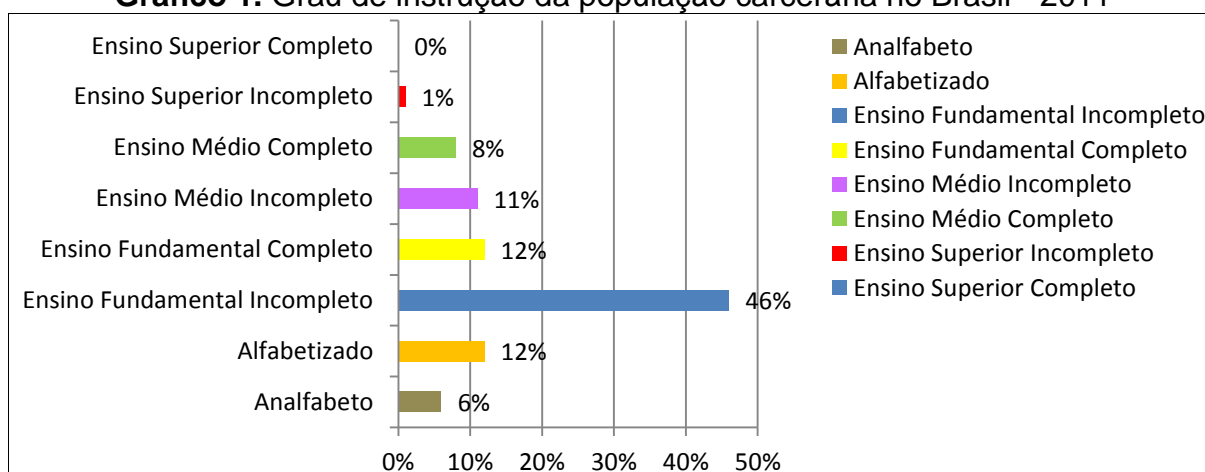
tomar no mercado de trabalho e no sistema de educação superior. Ressalta-se que o Enem tornou-se ainda mais importante em 2009, quando passou a ser utilizado como forma de ingresso em muitas instituições de ensino superior, públicas e privadas, além de possibilitar a certificação em nível de Ensino Médio para aqueles que não concluíram ou não cursaram o ensino regular em idade adequada, ou seja, até os dezenove anos.

Este exame vem sendo utilizado como um agente de transformação social, capaz de possibilitar o acesso à certificação do Ensino Médio, o ingresso nas universidades e aos programas do Governo Federal, contribuindo assim para uma ressocialização de maneira mais concreta. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a cada ano aumenta o número de presos que se inscrevem para a realização do Enem.

Segundo dados do Censo Demográfico⁵ realizado em 2010 (IBGE, 2010), a população brasileira era de 190.732.694 habitantes. Destes, conforme disponibilizado em dezembro de 2011 pelo Ministério da Justiça, há 514.582 cidadãos privados de liberdade no Brasil. Deste total, 441.907 são homens e 29.347 são mulheres (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011).

O Ministério da Justiça divulgou ainda informações a respeito do grau de instrução da população carcerária (Gráfico 1). Estes dados são importantes, pois reafirmam a importância da execução de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação e, conseqüentemente, no aumento do grau de instrução das pessoas privadas de liberdade.

Gráfico 1. Grau de instrução da população carcerária no Brasil - 2011



Fonte: Ministério da Justiça, elaboração própria.

⁵ Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em 10 de junho de 2013.

Pode-se perceber que o nível de escolaridade dos detentos, segundo a divulgação é bastante baixo. A maioria possui o Ensino Fundamental incompleto, representando 46% dos informantes, apenas 12% concluíram esta modalidade de ensino.

Há também uma preocupação por parte do Inep para com esta parcela da população carcerária. Por isso, o órgão realiza o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja). Esta avaliação tem como principal finalidade o certificar os jovens e adultos que repetiram algum ano letivo ou até mesmo não concluíram o Ensino Fundamental na faixa de idade apropriada (até os dezesseis anos de idade). O Encceja, como o Enem, também é aplicado nas unidades prisionais e unidades de medidas socioeducativas.

Com relação ao Ensino Médio, apenas 8% o completaram, estando 11% da população carcerária do Brasil sem terminá-lo. Os presos que possuíam curso superior incompleto representavam apenas 1% da massa carcerária. Já quanto aos presos que não frequentaram a escola, ou seja, os considerados analfabetos, somam-se 6%. Ao analisar o gráfico, percebe-se que é considerável a quantidade de presos que podem se beneficiar da aplicação do Enem nas penitenciárias/unidades de medidas socioeducativas para buscarem o certificado de conclusão do Ensino Médio. Estes dados revelam que boa parte dos detentos pode se beneficiar do Enem e de todos os valores que ele pode agregar à formação e ressocialização destes presos, já que os que concluíram o Ensino Médio e os que não concluíram o ensino superior, podem também utilizar o exame para pleitear o ingresso nas instituições de ensino superior.

1.3 Inep – da criação aos dias atuais

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁶ é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Brasília, DF. Foi criado, por lei, no dia 13 de janeiro de 1937, sendo chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia.

Ao analisar a sua história de mais de sete décadas, nota-se que esta instituição mostrou grande capacidade de se manter diante das inúmeras mudanças

⁶ Para conhecer mais sobre o Inep, acesse www.inep.gov.br

e transformações ocorridas nos diversos contextos históricos e sociais. Quando o Inep foi criado em 1937, o Brasil encontrava-se numa época que ficou conhecida como o Estado Novo. Este foi um período autoritário da nossa história, que durou de 1937 a 1945 e que foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo sido apoiado por importantes lideranças políticas e militares (ROMANELLI, 1993, p. 50).

Ainda de acordo com Romanelli (1993 p. 153), o estabelecimento do Estado Novo fez com que as questões relacionadas à educação, tema que havia sido ricamente discutido no período anterior, através do movimento que ficou conhecido como A Escola Nova, entrasse numa espécie de hibernação.

Segundo Castro (1999) apresenta em seu artigo, o Estado Novo, em 1937, abafou as lutas ideológicas em torno da educação, inclusive interrompendo a obra de Anísio Teixeira. As conquistas do movimento renovador, no que diz respeito à educação, que acabaram por influenciar a Constituição Brasileira de 1934 foram enfraquecidas na Constituição de 1937. A nova lei desfavorecia a escola pública, pois, ao contrário de 1934, isentava o Estado de suas reais responsabilidades, ao atribuir-lhe uma função meramente supletiva.

Neste contexto político, já que a União não poderia mais se furtar a um papel relevante, fixando uma política nacional de educação e cultura, surgiu o Inep, inicialmente chamado de Instituto Nacional de Pedagogia. Ainda de acordo com a autora, o Inep surgiu em plena efervescência de organização da educação nacional, com os conflitos, primeiro latentes e, depois, manifestos, entre as tendências centralizadoras e descentralizadoras.

A autora explica ainda que em 1938 o Inep passou a ser chamado de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em pouco tempo se tornou uma referência sobre avaliações no país, sobretudo a partir de 1944, quando foi criada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). As informações educacionais passaram então a ser publicadas neste veículo, que passou a ser consultado por pesquisadores, gestores e pessoas interessadas em assuntos educacionais.

O reconhecimento do Inep tanto em nível nacional como internacional foi resultado do modelo adotado por Anísio Teixeira, diretor do Instituto a partir de 1952. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) foi criado devido à ênfase que Anísio Teixeira deu a pesquisa. Em 1972 o Inep passou a ser um órgão

autônomo, chamado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Em 1977 o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) foi extinto.

Nas décadas de 1980 e 1990 o Inep passou por algumas reestruturações e várias modificações. Com a redefinição das competências e responsabilidades dos três níveis de governo com relação à educação, efetivada por meio da Emenda Constitucional nº 14 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.423, de 20 de dezembro de 1996, ficou mais claro o novo papel a ser desempenhado pelo Inep, como órgão responsável pelo desenvolvimento de sistemas nacionais de avaliação e da produção das estatísticas educacionais.

Este novo perfil institucional respondeu às necessidades mais recentes da educação brasileira, dando suporte aos esforços para a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis. O espaço de atuação do novo Inep começou a ser delineado com as reformas conduzidas pelo Ministério da Educação a partir de 1995, fortemente orientadas pela descentralização das políticas de educação básica.

Mesmo com o seu papel redefinido, nesta mesma época a autarquia foi seriamente ameaçada de extinção governo Collor, no período de 1990 a 1992. Após essa crise, o Inep assumiu como missão a produção e disseminação de informações para subsidiar as políticas educacionais dos diferentes níveis de governo. Em 1997, o órgão foi promovido à autarquia da União através da Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1997).

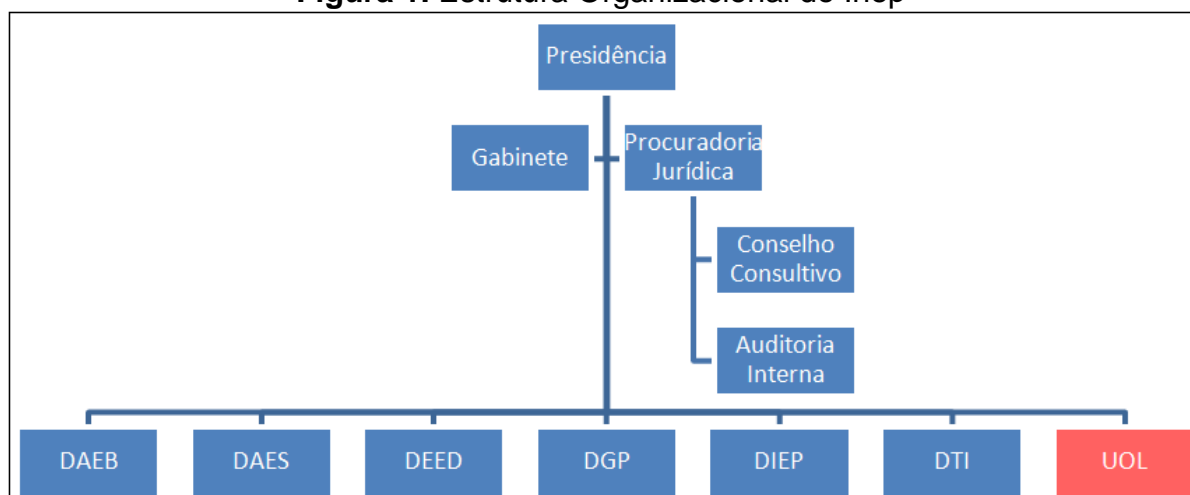
1.4 Estrutura organizacional e avaliações destinadas às Pessoas Privadas de Liberdade

Nos termos da Lei nº. 9.448, de 14 de março de 1997, alterada pela Lei nº. 10.269, de 29 de agosto de 2001, o Inep tem como finalidade institucional desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1997). No cumprimento destas funções, a Unidade de Operações Logísticas (UOL) tem sob sua responsabilidade a aplicação de Avaliações Nacionais, tal como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Inep vem sendo reestruturado desde 2010. Com a reformulação do Enem, ocorrida nesse mesmo ano, o órgão precisou se reorganizar para se adaptar à nova realidade do exame e conseguir conciliar todas as outras inúmeras avaliações e atividades que estão atualmente sob a responsabilidade da autarquia.

Legalmente, o Inep deveria estar estruturado de acordo com o Decreto nº 6.317, de 20 dezembro de 2007, publicado no Diário Oficial da União (DOU, 2007). No entanto, este formato, pensado e elaborado anos atrás, não atende mais a realidade totalmente diferente daquela que o órgão enfrenta hoje. Com vistas a aprimorar as atividades desenvolvidas no órgão e organizá-las por processos, em 2010 o Inep passou a se estruturar da seguinte forma:

Figura 1. Estrutura Organizacional do Inep



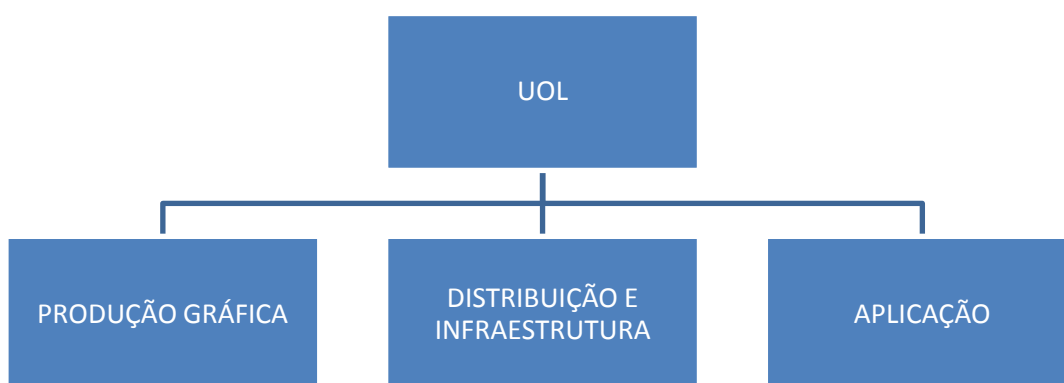
Fonte: Inep, elaboração própria.

A partir dessa nova estrutura as atividades desenvolvidas na autarquia passaram a ser organizadas a partir dos processos de execução. Essas atividades sob responsabilidade do Inep foram reorganizadas nas seguintes diretorias:

- DAEB: Diretoria de Avaliação da Educação Básica;
- DAES: Diretoria de Avaliação da Educação Superior;
- DEED: Diretoria de Estatísticas Educacionais;
- DGP: Diretoria de Gestão e Planejamento;
- DIEP: Diretoria de Disseminação, Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais;
- DTI: Diretoria de Tecnologia da Informação;
- UOL: Unidade de Operações Logísticas.

Para este PAE, destaca-se a UOL, criada após a reestruturação do exame. A UOL é responsável pelo planejamento, coordenação, orientação e controle das atividades relacionadas à produção gráfica, à distribuição dos materiais e à aplicação das avaliações / exames realizados pelo Inep, e demais procedimentos necessários à implementação das ações operacionais das Avaliações Externas de Larga Escala. A Unidade estrutura-se da seguinte forma:

Figura 2. Estrutura Organizacional da UOL



Fonte: Elaboração própria.

A UOL divide-se em três coordenações gerais, que executam atividades que foram organizadas em grupos de tarefas que se aproximam entre si, conforme quadro abaixo. É a UOL quem capacita os servidores que compõem o Banco de Observadores do Inep e organiza o acompanhamento das atividades referentes às aplicações dos exames realizados pelo órgão.

Quadro 1. Distribuição interna da UOL.

Produção Gráfica	Distribuição e infraestrutura	Aplicação
Serviço de Implementação da Qualidade; Serviço de Acompanhamento da Produção Gráfica.	Gestão de Infraestrutura e Distribuição; Serviço de Infraestrutura Operacional, Controle da Distribuição Gestão de Segurança da Distribuição; Serviço de Controle das Rotas de Distribuição. Gestão de Infraestrutura e Distribuição; Serviço de Infraestrutura Operacional;	Planejar, coordenar e orientar as atividades relacionadas para a aplicação das avaliações e pré-testagem de itens das avaliações; Acompanhamento da aplicação dos exames. Planejar e promover a realização de estudos visando à melhoria e adequação da operação de aplicação das avaliações e pré-testagem de itens e demais procedimentos correlatos.

Fonte: Inep, elaboração própria.

O Inep obtém seus dados estatísticos e avaliativos a partir de várias avaliações. Dentre elas, para este plano de ação, destacam-se o Exame Nacional para Certificação de Competências (Encceja) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Encceja é uma avaliação voluntária e gratuita para aferição de competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos da educação básica na idade própria. Para brasileiros residentes no Brasil, o Encceja é ofertado somente em nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os jovens e adultos com 15 (quinze) anos completos até a data de realização do exame. Pessoas privadas de liberdade e os jovens sob medidas socioeducativas podem se inscrever no Encceja por intermédio do Responsável Pedagógico da sua Instituição. Para brasileiros residentes no exterior, além do Ensino Fundamental, o Encceja é ofertado em nível de conclusão do Ensino Médio para jovens e adultos com 18 (dezoito) anos completos até a data de realização do exame.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem como principal finalidade auxiliar na melhoria da qualidade do ensino médio no país. E visto como uma relevante ferramenta para o processo de democratização do ensino. No tópico seguinte será discutida a importância do Enem para a transformação social do indivíduo, principalmente o que tange às pessoas privadas de liberdade.

1.5 O Enem enquanto agente de transformação social

O Enem foi criado em 1998 para avaliar os alunos ao final da educação básica. Seu objetivo inicial era promover a autoavaliação dos estudantes, além de avaliar a qualidade da educação no país⁷. Em 2009, o exame passou por uma reforma metodológica que trouxe mudanças significativas.

A reforma metodológica visava a indução da reestruturação dos currículos do Ensino Médio e também a sua validação como exame certificador de conclusão dessa modalidade de ensino, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 38, estabelece que:

Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

⁷ Informação disponível no endereço eletrônico: www.inep.gov.br.

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. (BRASIL, 1996, p. 115)

Após essa reestruturação ocorrida em 2009, o Enem passou a ter um papel significativo para muitos brasileiros, já que passou a representar uma oportunidade de ingresso de estudantes e egressos⁸ nas principais universidades do país. O tradicional vestibular vem sendo substituído pelo Enem em várias Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil. Algumas instituições o utilizam como forma única de ingresso, outras de forma parcial. No entanto, a tendência é que em poucos anos o exame venha a substituir de vez o vestibular na maioria das universidades públicas do país.

Essa nova via de acesso ao ensino superior vem democratizando as oportunidades, possibilitando a mobilidade acadêmica e a reestruturação dos currículos do Ensino Médio, além de continuar sendo referência para a autoavaliação dos estudantes e avaliação da qualidade da educação básica do país.

Além de ser utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso nas instituições de ensino superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)⁹, o Enem possibilita o acesso a programas do Governo Federal, quais sejam: Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)¹⁰, Ciência sem Fronteiras (CsF)¹¹, programa de bolsas no exterior e o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec)¹².

Além dessa finalidade, o Enem passou também a certificar aqueles que não possuem o Ensino Médio. De acordo com o Inep, o interessado, para obter a certificação através do exame, deve atender os seguintes requisitos:

⁸ Aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

⁹ O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem.

¹⁰ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

¹¹ Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

¹² O Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

I. Ter atingido, no mínimo, 450 pontos em cada uma das áreas de conhecimento.

II. Ter atingido, no mínimo, 500 pontos na redação.

III. Ter, no mínimo, 18 anos completos até a data da realização da primeira prova do Enem.

Conforme a Resolução nº 03/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), Art. 6º, parágrafo único, “o direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para o da prestação de exames supletivos”. Deste modo, os participantes emancipados não poderão solicitar a certificação.

O Enem é composto por itens distribuídos em quatro áreas do conhecimento, e elaborados a partir de suas matrizes de referência. As provas são compostas pelos respectivos blocos:

Quadro 2. Composição da prova do Enem

Áreas do conhecimento	Linguagens, códigos e suas tecnologias, que abrange o conteúdo de Língua Portuguesa (Gramática e Interpretação de Texto), Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação.
	Matemática e suas tecnologias.
	Ciências da Natureza e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Química, Física e Biologia.
	Ciências Humanas e suas tecnologias, que abrange os conteúdos de Geografia, História, Filosofia, Sociologia e conhecimentos gerais.

Fonte: Elaboração própria, com base no Edital do Enem.

O edital do exame de 2012 (Anexo III) estabelece que as informações obtidas a partir dos resultados do Enem serão utilizadas para compor a avaliação de medição da qualidade do Ensino Médio no país, subsidiar a implementação de políticas públicas, criar referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio, desenvolver estudos e indicadores sobre a educação brasileira, estabelecer critérios de acesso do participante a programas governamentais e constituir parâmetros para a autoavaliação do participante, com vista à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho e a utilização como

mecanismo de acesso à Educação Superior ou em processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho.

Os resultados individuais do Enem possibilitam ainda a certificação, pelas Instituições Certificadoras listadas no Edital do exame, no nível de conclusão do Ensino Médio, desde que observados os termos da Portaria Inep nº 144, de 24 de maio de 2012, e o disposto no inciso II, parágrafo 1º, do art. 38 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Daí a preocupação com a garantia do direito dos detentos em realizar as provas do Enem, pois através do exame, estes indivíduos podem ter acesso ao certificado de conclusão do ensino médio e ingressar no ensino superior. Muitos adolescentes e adultos privados de liberdade, por terem cometido infrações e crimes, anseiam por essa chance para transformar suas vidas.

1.6 Processo de adesão dos estados ao Enem para pessoas privadas de liberdade

O Enem é aplicado convencionalmente uma vez por ano, geralmente no segundo semestre. Para participar da avaliação, o interessado deve acessar o site do Inep, efetuar a sua inscrição e pagar o boleto referente à taxa de inscrição. Todas as informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do participante.

Diferentemente do Enem convencional, para que o Enem seja aplicado nas unidades prisionais ou unidades de medidas socioeducativas, há um fluxo de ações que precisa ser seguido. Inicialmente, o Inep solicita ao Ministério da Justiça (órgão responsável pelas unidades prisionais dos Estados Brasileiros) e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (órgão responsável pelas unidades socioeducativas dos estados brasileiros) que eles informem quais são os órgãos administradores das Unidades, em cada Estado.

Após a informação enviada pelas Secretarias de Justiça e de Segurança Pública, existentes em cada estado, o Inep envia para os órgãos de administração prisional, de administração socioeducativa e secretarias de educação de cada Estado, o convite para participar da Reunião Técnica realizada entre o Inep e estes

órgãos. Cada órgão deve indicar então um Representante Estadual, que deverá comparecer à Reunião Técnica, a ser realizada pelo Inep.

Nesta reunião são estabelecidos critérios de seleção das Unidades onde serão aplicadas as provas. Neste momento, são aprimorados o Sistema de Inscrição disponibilizado pelo Inep, bem como os Termos de Compromissos, firmados entre o Inep e as Unidades Aplicadoras. Após essa discussão, são esclarecidos os procedimentos para aplicação das provas nas unidades.

O próximo passo é a adesão dos órgãos de administração prisional e de administração socioeducativa de cada Estado. Para que seja feita a adesão, as secretarias ou equivalentes que concordam com o conteúdo apresentado no Termo de Adesão, Responsabilidades e de Compromissos¹³ devem preencher um cadastro disponibilizado no Sistema de Adesão¹⁴. Os dois principais critérios para a consolidação do acordo são: possuir estrutura adequada para a aplicação das provas; garantir a segurança dos aplicadores/ servidor do Inep no dia da aplicação das provas nas unidades.

Firmado o acordo, o seguinte fluxo deve ser seguido pelos representantes estaduais, que precisam ter comparecido à Reunião Técnica:

Quadro 3. Fluxograma a ser seguido pelos Representantes Estaduais

I - Cadastro do secretário (ou equivalente) do órgão de administração Prisional ou Socioeducativo de cada estado, conforme o caso;
II - Cadastro dos diretores das unidades;
III - Cadastro dos responsáveis pedagógicos de cada Unidade;
IV - Aderir, através do sistema disponibilizado pelo Inep, ao Termo de Responsabilidades e Compromissos - Secretários.

Fonte: Elaboração própria.

Vencida essa etapa, os Diretores indicados devem fazer a adesão para sua Unidade, preenchendo o Termo de Responsabilidades e Compromissos. Além disso, é necessário que este indique um Responsável Pedagógico. O mesmo deve estar ciente dos procedimentos do exame para inscrição dos participantes, bem como dos termos das portarias que instituem o exame e de seu respectivo Edital e anexos, publicados no Diário Oficial da União. Caberá a este profissional divulgar o exame no âmbito de sua Unidade Prisional/Socioeducativa, bem como regras, critérios,

¹³ O Termo de Adesão, Responsabilidades e de Compromissos encontra-se em anexo.

¹⁴ A adesão é feita através do endereço eletrônico:
<http://sistemasespeciais.inep.gov.br/unidadesprisionais/>.

obrigações do participante e procedimentos de utilização de seus resultados descritos no edital do exame.

As obrigações do Responsável Pedagógico vão além das Instruções para Aplicação em unidades prisionais/ socioeducativas – Enem, publicada pelo Inep em 2013:

Quadro 4. Obrigações do Responsável Pedagógico

<p>Manter atualizados os dados dos participantes no prazo estabelecido em edital, estando ciente do impacto dessas informações na logística de aplicação do exame, conforme descrito abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Excluir inscrição, no caso de soltura da pessoa privada de liberdade; - Transferir inscrição, de uma Unidade para outra, dentro ou fora do estado, no caso de transferência da pessoa privada de liberdade.
<p>Informar e disponibilizar os resultados aos participantes de sua Unidade Prisional/ Socioeducativa;</p>
<p>Solicitar à Instituição Certificadora, indicada no ato da inscrição do participante, a certificação, levando em consideração a nota obtida pelo participante, os critérios estabelecidos pelas Instituições Certificadoras e a declaração de eliminação de componentes curriculares (por área de conhecimento), se for o caso;</p>
<p>Entregar os certificados de conclusão do Ensino Médio às pessoas privadas de liberdade, inscritas em sua Unidade Prisional/Socioeducativa, se for o caso;</p>
<p>Viabilizar a utilização dos resultados do exame para ingresso do participante em Universidades e para o acesso aos programas governamentais como Prouni e Sisu;</p>
<p>Manter e responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade das informações dos participantes disponibilizadas pelo Inep.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Edital do Enem 2012 (Anexo III)

De acordo com o Termo, o Responsável Pedagógico deverá ser responsável por efetuar a inscrição do detento e manter atualizado o cadastro de seus dados no sistema de adesão (inclusive o CPF), pois estas informações são indispensáveis para o acompanhamento do processo de inscrição, para a obtenção dos resultados individuais via Internet e para a inscrição em programas de acesso ao Ensino Superior, programas de bolsa de estudos e de financiamento estudantil, entre outros programas do Ministério da Educação.

Essas obrigações elencadas no Termo de Responsabilidades e Compromissos são imprescindíveis para a participação do preso no Enem, pois asseguram ao participante a utilização dos resultados obtidos para os fins aos quais o exame se destina.

1.7 O ambiente da prisão e o Enem na prática

O estado de Goiás, cuja capital é Goiânia, situa-se na região centro-oeste do país e possui, de acordo com dados do IBGE de 2010, mais de 6 milhões de habitantes (Tabela 1). O crescente desenvolvimento econômico do estado fez com que a população aumentasse em mais de 49% nas últimas décadas (IBGE, 2010). No entanto, observa-se que esse crescimento tem sido geograficamente irregular. No estado mais de 40% dos municípios possuem uma população menor que 5 mil habitantes (IBGE, 2010). Ainda de acordo com o último censo demográfico, os dados referentes ao estado tem se mostrado bastante dinâmicos, no que diz respeito à população e à urbanização.

Tabela 1. População – Goiás – 2010

Tipo de População	Quantidade	Participação (%)
População residente	6.003.788	100,00
População residente - área urbana	5.420.714	90,29
População residente - área rural	583.074	9,71
Homens	2.981.627	49,66
Mulheres	3.022.161	50,34

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O município mais populoso do estado é Goiânia. Além da capital nenhum outro município possui uma população superior a 500 mil habitantes. A segunda cidade mais populosa é Aparecida de Goiânia, que tem aproximadamente 450 mil habitantes (IBGE, 2010). É neste município que se localiza a penitenciária que será objeto de estudo desta pesquisa.

O rápido crescimento populacional e econômico trouxe para o estado vários problemas, dentre eles a violência. Em consequência disso, aumentou-se bastante o número de privados de liberdade nos últimos anos. Isso reflete no número de inscritos no Enem para pessoas privadas de liberdade, já que, em 2011, dos 14.118 inscritos no exame, apenas três detentos realizaram as provas no estado e em 2012,

o número aumentou consideravelmente, tendo em vista que naquele ano, quatro unidades prisionais e duas unidades de medidas socioeducativas aderiram à aplicação do Enem no estado. Nestas unidades foram inscritos quarenta e quatro participantes, distribuídos conforme tabela abaixo:

Tabela 2. Quantidade de inscritos no Enem no estado de Goiás - 2012

UF	MUNICÍPIO	UNIDADE	INSCRITOS
GO	Anápolis	Centro de Internação para Adolescentes de Anápolis	2
GO	Aparecida de Goiânia	Penitenciária Odenir Guimarães	19
GO	Iporá	Unidade Prisional de Iporá	3
GO	Itumbiara	Unidade Prisional de Itumbiara	16
GO	Luziânia	Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE - Luziânia	2
GO	Senador Canedo	Cadeia Pública de Senador Canedo	2

Fonte: Inep, elaboração própria.

A penitenciária Odenir Guimarães integra a Agência Goiana do Sistema de Execução Penal (AGSEP) e situa-se na região conhecida como Distrito Industrial do município de Aparecida de Goiânia. Sua localização segue o que prevê o artigo 90 da Lei de Execuções Penais: “a penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano a distância que não restrinja a visitação” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1984).

A pesquisadora esteve na penitenciária no dia 04 de dezembro de 2012, como servidora do Inep e membro do Banco de Observadores do órgão. O objetivo era acompanhar a aplicação do Enem para pessoas privadas de liberdade naquela unidade prisional e verificar os procedimentos de aplicação e segurança da instituição.

O fato de já ter havido o contato da pesquisadora com a gestão da penitenciária facilitou para que a pesquisa fosse desenvolvida naquela unidade. Inicialmente, o objetivo era observar o abuso de autoridade e a falta de comprometimento dos responsáveis pelo presídio para com o Exame. Os assistentes acharam por bem não entrar na polêmica do abuso de autoridade e direcionaram as questões a serem investigadas, mesmo eu explicando que aquele não seria o foco inicial do trabalho.

A penitenciária abriga pessoas privadas de liberdade (PPL), que cumprem penas após o julgamento, em regime fechado (sexo masculino e feminino) e em

regime semiaberto (apenas pessoas do sexo masculino). Embora tenha capacidade para 720 presos, o complexo atende atualmente 1535 detentos (ASSESSORIA DE IMPRENSA DA AGSEP, 2012), distribuídos em celas que ocupam três alas em condições precárias.

A estrutura física é muito deficiente. O prédio é antigo, construído na década de 60. Há infiltrações e sistema elétricos precários. Como as celas estão lotadas, muitos detentos ficam no pátio, em barracas improvisadas, cobertas com plásticos e tecidos. O ambiente é sujo e o mau cheiro incomoda. A penitenciária Odenir Guimarães é o retrato do sistema penitenciário brasileiro: caótico, precário e incapaz de cumprir o papel ao qual se propõe.

Apesar dos problemas físicos, em setembro de 2012 foi lançado pelo então governo, o Programa Esperança – Polo Industrial (PEPI). O PEPI, idealizado pela Agência Goiana do Sistema Prisional, objetiva o emprego de mão de obra de presos a partir da abertura de postos de trabalho pela iniciativa privada dentro do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia.

São oferecidos ainda para alguns detentos que possuem bom comportamento, cursos profissionalizantes, realizados por meio de parceria entre a Gerência de Educação, Módulo de Respeito e Patronato da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, responsável pela qualificação profissional do preso, e empresas privadas. Devido às condições precárias da estrutura atual, está prevista para este ano o início da construção de uma nova penitenciária no complexo. O destino da atual penitenciária, segundo a Agência Goiana do Sistema Prisional, será a implosão.

O Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta, onde é aplicado o Enem, localiza-se dentro da penitenciária Odenir Guimarães. O prédio da escola é cercado por um muro e tem características semelhantes às das escolas estaduais de Goiás. Ali são desenvolvidas atividades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) desde as séries iniciais até o final do Ensino Médio. As aulas são ministradas diuturnamente por professores da Secretaria Estadual de Educação. Os alunos são detentos da penitenciária Odenir Guimarães e do presídio feminino que fica próximo ao local. O atual diretor da escola (e Responsável Pedagógico) é servidor público, pertencente ao quadro de professores do município de Aparecida de Goiânia e está na gestão pelo segundo mandato consecutivo. O colégio é misto, tendo em vista que atende a

população carcerária da penitenciária feminina, localizada em frente à penitenciária Odenir Guimarães.

Para que a aplicação do Enem 2012 ocorresse, foram envolvidos o Diretor da penitenciária, o Responsável Pedagógico da unidade prisional (Diretor da Escola), apto para inscrever e acompanhar a situação de cada preso no sistema disponibilizado pelo Inep, a Coordenadora Municipal de Aplicação, indicada pela empresa contratada para a aplicação do Enem no município de Aparecida de Goiânia, o Chefe de Sala, autoridade dentro da sala onde foram aplicadas as provas, os aplicadores, que auxiliam o Chefe de Sala, os Correios, responsável pela guarda e transporte dos malotes de provas, que são considerados material sigiloso até a sua abertura, os agentes penitenciários, que garantem a segurança aos envolvidos no processo de aplicação do exame e por fim o Servidor do Inep, membro do Banco de Observadores do órgão, que tem como missão fiscalizar as ações da empresa durante a aplicação dos exames e avaliações sob responsabilidade da autarquia.

Quadro 5. Atores envolvidos na aplicação do Enem para PPL em 2012

Envolvido	Origem	Função
Diretor da penitenciária	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás	Autorizar a adesão da penitenciária ao Enem.
Diretor da escola	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás	Responsável Pedagógico indicado pelo diretor da penitenciária.
Coordenadora Municipal de Aplicação	Centro de Seleção e Promoção de Eventos – Cespe	Responsável pela aplicação do Enem no município de Aparecida de Goiânia.
Chefe de sala	Centro de Seleção e Promoção de Eventos – Cespe	Responsável pelo treinamento dos aplicadores e preenchimento da ata de aplicação do exame.
Aplicadores	Centro de Seleção e Promoção de Eventos – Cespe	Fiscais de sala e responsáveis pela condução dos participantes do exame aos banheiros e bebedouros.
Entregador	Correios	Conduz as provas do Enem desde o ambiente seguro na sede dos Correios até a penitenciária.
Agentes penitenciários	Secretaria de Segurança Pública de Goiás	Responsáveis pela segurança durante o processo de aplicação das provas.
Servidor (Representante do Inep)	Inep	Fiscalizar as ações da empresa contratada para aplicação do exame.

Fonte: Elaboração própria.

Da penitenciária, em 2012, foram inscritos no Enem dezenove detentos, sendo que dezesseis compareceram para realizar as provas. Dois participantes não fizeram as provas, pois estavam em liberdade condicional, fora do ambiente da prisão.

A investigação da aplicação do Enem na penitenciária em questão fez com que fossem identificados alguns pontos problemáticos da sua aplicação nos presídios. Entretanto, essa pesquisa se centrará apenas em dois fatores significativos que podem ser objetos de observação em todas as unidades onde são aplicados o exame e, por conseguinte, por meio da proposta de intervenção:

- a) Ausência de conscientização sobre a importância do exame pelos sujeitos envolvidos na aplicação do Enem nas unidades prisionais sejam eles Representantes Estaduais, Diretores das unidades, Responsáveis Pedagógicos, Representante da empresa contratada para a aplicação do exame, Agentes Penitenciários, entre outros;
- b) Falhas com relação ao repasse das diretrizes encaminhadas pelo Inep. O órgão, ao realizar a Reunião Técnica no momento que precede a adesão das unidades à aplicação do Enem, informa aos Representantes Estaduais todos os procedimentos relacionados à logística e aplicação do exame. Estes devem repassar estas informações aos diretores das unidades prisionais/socioeducativas que, por sua vez, devem repassá-las aos Responsáveis Pedagógicos, aqueles que estarão diretamente ligados à execução do Enem em suas respectivas unidades. Estas falhas serão apontadas pelo Responsável Pedagógico durante a análise da entrevista realizada.

Essas falhas e negativas ferem a garantia dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, bem como nas legislações específicas que regem a educação no Brasil. Conforme referencia Marcão (2012), o interessante é que o Estado, aquele que deveria garantir os direitos, é quem mais desrespeita a Lei, nas mais diversas áreas de suas competências, e o faz, de regra, impunemente e a vista de todos, e o que é pior, muitas vezes frente aos olhos de autoridades omissas e descomprometidas.

A falta de compromisso do Estado para com as questões relacionadas à educação estão presentes também no ambiente da prisão. As pessoas privadas de liberdade fazem parte de grupos menos favorecidos, marginalizados, que estão submetidos à violação do seu direito à educação e dos benefícios que ela possa significar para suas vidas. São produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários.

Os programas e as avaliações educacionais que por direito se estendem às pessoas privadas de liberdade são, geralmente, considerados por eles instrumentos de mudança. Conforme questionário aplicado aos detentos que realizaram o exame em 2012, é através dessas políticas públicas que o preso pode almejar um futuro diferente, que lhe permita a reintegração na sociedade e principalmente, oportunidades de emprego após a libertação.

Através dos dados coletados e do acompanhamento da aplicação das provas na penitenciária Odenir Guimarães, foram identificados problemas relacionados à instituição de reclusão, ao Inep e aos profissionais envolvidos (Diretor da penitenciária, Representante Estadual e Responsável Pedagógico) nos processos que cabem a essas instituições gerenciar. No capítulo 2 estes temas serão discutidos de forma mais aprofundada, com base nos dados coletados e nos referenciais teóricos estudados.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM EM AMBIENTE PRISIONAL

Neste capítulo será apresentada uma discussão sobre a importância da conscientização dos sujeitos envolvidos na implementação de políticas e programas e a relevância do repasse de informações para o sucesso dessas políticas. O objetivo da discussão proposta é analisar o processo de aplicação do Enem em uma das unidades prisionais do estado de Goiás, com a finalidade de aperfeiçoar as condições de aplicação do exame para este público específico.

Conforme descrição realizada no Capítulo 1, foi contextualizado o processo de aplicação do Enem para pessoas privadas de liberdade, atividade realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), bem como a importância deste exame enquanto agente de transformação social.

Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa, através de entrevista semiestruturada com o Responsável Pedagógico da Unidade Prisional em estudo, além da aplicação de questionários aos sujeitos (detentos) que realizaram o Enem na penitenciária Odenir Guimarães.

O objetivo era identificar os problemas que inviabilizam ou dificultam a aplicação para o público específico. Os questionários foram aplicados para o universo de 12 (doze) detentos, que se dispuseram responder às questões relacionadas a informações pessoais, à penitenciária, ao seu cumprimento de pena e às condições de aplicação do Enem na Unidade. Os roteiros utilizados para a realização das entrevistas semiestruturadas serão anexados ao final desta dissertação (Apêndice IV).

2.1 Em busca da igualdade de direitos: a importância da conscientização dos sujeitos envolvidos no Exame Nacional do Ensino Médio para PPL

No Brasil, quando uma pessoa é privada de liberdade, todos os seus direitos tais como saúde, educação, assistência jurídica, dentre outros, continuam sendo garantidos pela legislação brasileira. Na Constituição Federal vigente, os direitos e garantias fundamentais foram consagrados de forma inovadora, já que garante ao cidadão os seus direitos civis, políticos e sociais. Além disso, o art. 5º, § 2º da CF/88

extrapola o texto constitucional ao permitir que outros direitos com base em princípios, leis ou tratados internacionais também sejam assegurados aos cidadãos, estando eles presos ou não:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (BRASIL, 1988, p. 15).

No entanto, o acompanhamento da aplicação do Enem na penitenciária Odenir Guimarães, no município de Aparecida de Goiânia, Goiás, no ano de 2012, instigou à análise de como tem sido implementada essa política baseada no princípio da igualdade proposta pelo Inep.

Em relação aos resultados, a pesquisa acusou que falta na unidade prisional um gerenciamento e designação de responsabilidades, uma lacuna observada também na análise do Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos, destinados aos Diretores das unidades prisionais (Anexo II), elaborado pelo Inep.

Também foi observada a falta de conhecimento dos profissionais envolvidos em relação à importância de todo o processo de gerenciamento do processo de aplicação do Enem. Estes aspectos serão abordados mais adiante.

2.1.1 O Enem enquanto instrumento de igualdade de direitos

A decisão de aplicar o exame para pessoas privadas de liberdade foi tomada pelo Inep em 2010, com o objetivo de garantir a estes cidadãos os direitos previstos na Constituição Federal. No entanto, por questão de segurança, em acordo com a Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP), foi decidido também que a prova para esses candidatos seria aplicada em dias diferentes dos demais candidatos, nos locais onde estes se encontram cumprindo penas. O exame segue o mesmo formato daquele que é aplicado aos demais estudantes e pessoas em liberdade.

Além das questões relacionadas à segurança, havia o receio de que as normas de acesso às penitenciárias dificultassem a coordenação e organização do

exame, caso fosse realizado juntamente com a edição regular, de acordo com o fluxo estabelecido pelo Inep.

A aplicação do Enem nas unidades prisionais visa assegurar a igualdade de tratamento prevista no Caput do Artigo 5º da Constituição Federal, que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. O Inep, ao estender o exame às pessoas privadas de liberdade, passou a cumprir a legislação e, enquanto uma política pública educacional passou a ser um importante instrumento no processo de ressocialização destes indivíduos. O exame representa, portanto, uma tentativa de romper com uma situação de desigualdade entre as pessoas em liberdade e aqueles que estão cumprindo pena em consequência de terem executados crimes ou contravenções.

Para que seja feita a análise da aplicação do Enem na penitenciária Odenir Guimarães, é necessário antes compreender o que seria essa igualdade de direitos prevista na Constituição Federal e entender como a implementação de políticas públicas de cunho equitativo pode ser uma forma de buscar a igualdade.

Hayek (1990, p. 89) condena o princípio da igualdade no sentido de que, quando não é analisado o contexto no qual ele é aplicado, pode proporcionar resultados iguais a pessoas diferentes quando na verdade é preciso tratá-las de maneiras diferentes:

Se quisermos criar novas oportunidades que estejam ao alcance de todos, oportunidades estas que as pessoas possam utilizar da forma que entenderem, os resultados exatos não poderão ser previstos. As normas gerais, as verdadeiras leis, em contraposição às determinações específicas, devem portanto ser configuradas de modo a atuar em circunstâncias que não podem ser previstas em detalhe, não sendo assim possível conhecer de antemão o seu efeito sobre as pessoas ou objetivos determinados. Só assim o legislador será imparcial (HAYEK, 1990, p.89).

Com base nos conceitos de igualdade apresentados por Hayek, é importante que se faça uma reflexão a respeito do processo de aplicação do Enem nas unidades prisionais e unidades de medidas socioeducativas. É notório que as políticas educacionais são formuladas e implementadas buscando a igualdade de direitos e visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade.

A educação é uma base de desenvolvimento da sociedade brasileira e como um direito fundamental merece a atenção de todas as esferas governamentais com políticas públicas que permitam o acesso igualitário nos diversos níveis

educacionais. O Enem foi criado inicialmente como um exame de caráter voluntário e como uma ferramenta de apoio para processos de seleção profissional, assim como, para a continuidade da formação escolar, enquanto modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes ou ao ensino superior.

Condé¹⁵, afirma que, ao se implementar uma nova política, o ideal seria realizar projetos piloto, para verificar se o que foi planejado atingirá as metas quando colocados em prática. Ainda segundo o autor,

Decidida a política, ela deve ser monitorada, para o conhecimento sobre se o previsto vem sendo executado e, finalmente, ela pode (ou deveria) ser avaliada *ex post*, para conhecer seus parâmetros e resultados, seus indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, por exemplo (Revista Pesquisa e Debate em Educação, v. 2, n. 2, 2012).

O Enem não seguiu o conceito de implementação ideal apresentado por Condé. O aumento progressivo do número de participantes e a repercussão positiva dos resultados junto à sociedade permitiram que se fizesse novo uso dessa política pública, considerando que o Estado pode ter um controle mais abrangente sobre os sistemas de ensino, tanto público quanto particular, podendo, pois desenhar panoramas comparativos que permitem a elaboração de ações que visem a melhoria da educação no país.

Toda política pública é uma intervenção governamental que visa solucionar uma situação problemática na vida social. Para que a aplicação do Enem nos presídios consiga alcançar tal objetivo, é necessário o enfrentamento e a superação de algumas questões que são próprias e específicas do sistema penitenciário, sejam elas físicas ou burocráticas.

Ball (1994a) *apud* Mainardes (2006, p. 57) destaca que o impacto das políticas sobre grupos específicos e localizados, tais como gênero, raça, classe, necessidades especiais, entre outros é, sem dúvida necessário e tal impacto pode ser considerado na discussão nos contextos dos resultados e estratégia política.

A aplicação do Enem nas penitenciárias busca a igualdade de direitos para um grupo específico, ou seja, as pessoas privadas de liberdade. Esta pesquisa permitiu detectar pontos importantes no que diz respeito à importância da conscientização dos sujeitos envolvidos nesse processo, desde o acompanhamento

¹⁵ Revista Pesquisa e Debate em Educação, v. 2, n. 2, 2012.

da aplicação na penitenciária Odenir Guimarães até o momento em que foi solicitada a autorização para a realização da entrevista com o Responsável Pedagógico da unidade prisional. Ao entrar em contato com a direção do presídio, ficou clara a posição submissa e limitada que este servidor exerce dentro da penitenciária. A entrevista oral e gravada a ser realizada com o Responsável Pedagógico não foi concedida pelo diretor da instituição que alegou que, por motivos políticos a penitenciária tem sido alvo de constantes críticas, tanto da mídia quanto do poder público.

Ao informar ao Responsável Pedagógico que a entrevista não poderia ser realizada com ele, o mesmo demonstrou não concordar com a atitude da gestão da penitenciária e se dispôs a realizá-la por escrito, via *e-mail*. O Responsável Pedagógico demonstrou acreditar no trabalho que ele desenvolve com os detentos na escola localizada dentro da penitenciária fazendo questão de contribuir de alguma forma para a melhoria do processo de aplicação do Enem na instituição (RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

2.1.2 Representante Estadual x Responsável Pedagógico: características e funções

Para que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) possa ser realizado nas unidades prisionais, alguns atores desempenham importantes papéis durante o processo. Dentre eles, destacam-se duas figuras, cujas funções são questionadas a partir da pesquisa realizada na penitenciária Odenir Guimarães: o Representante Estadual e o Responsável Pedagógico.

O Representante Estadual é aquele indicado pelas Secretarias de Justiça e de Segurança Pública, ou seja, é o representante do estado perante o Inep. É ele quem tem o primeiro contato com o órgão e, durante a Reunião Técnica realizada pela autarquia, recebe todas as informações relacionadas ao exame.

O Responsável Pedagógico é, geralmente, o diretor da escola localizada dentro do presídio e indicado pelo diretor da unidade prisional/socioeducativa. É ele quem terá acesso ao sistema de inscrição e todas as suas funcionalidades. De acordo com as Instruções para Aplicação em unidades prisionais/ socioeducativas – Enem, publicada pelo Inep em 2013, o Responsável Pedagógico:

- Fará as inscrições dos participantes e o seu acompanhamento;
- Acessará os resultados obtidos pelos participantes;
- Pleiteará a certificação do participante, se for o caso;
- Pleiteará a participação do candidato no SiSU, e outros programas de acesso ao Ensino Superior, se for caso;
- Divulgará as informações sobre o exame aos participantes;
- Indicará Assistente(s) Pedagógico(s) que o auxiliará na realização das inscrições (Inep, 2013, p.5)

Nota-se que é este profissional o responsável por todas as ações burocráticas essenciais que permitem que o Enem seja realizado dentro do presídio. No entanto, na prática, é o Representante Estadual quem é destacado, já que é ele o indicado pelas Secretarias de Justiça e de Segurança Pública para participar da Reunião Técnica no Inep.

Nesta reunião são estabelecidos critérios de seleção das Unidades onde serão aplicadas as provas. Neste momento, são informados os procedimentos para a adesão e o fluxo a ser seguido por cada unidade que irá aderir ao Enem, além de todas as informações acerca da divulgação e aplicação do exame.

O Representante Estadual, ao participar da reunião, não assume nenhum compromisso oficial com o Inep. Assim, sua participação pode representar apenas o cumprimento de uma agenda política, já que suas funções não são citadas no edital do exame (Anexo III) e tampouco na cartilha de instrução para a Aplicação em unidades prisionais/ socioeducativas elaborada em 2013 pelo Inep.

Com base na entrevista realizada com o Responsável Pedagógico da penitenciária Odenir Guimarães, entende-se que essa confusão de papéis prejudica a aplicação do Enem nas unidades prisionais/socioeducativas, pois não há o devido comprometimento do representante estadual do estado de Goiás para com o exame, o que resulta na falha no repasse das informações para o Responsável Pedagógico e, conseqüentemente, aos detentos, que podem perder a oportunidade de se inscrever no exame em tempo hábil.

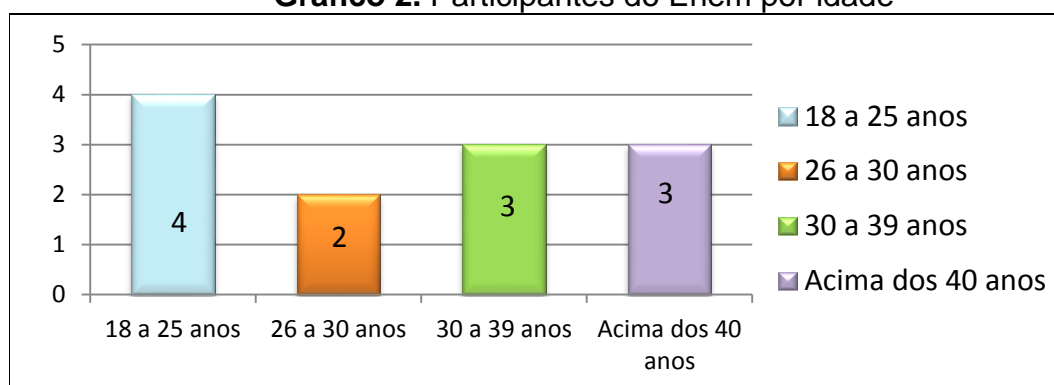
2.2 Perfil dos participantes do Enem/2012 na penitenciária Odenir Guimarães

Serão apresentados a seguir alguns dados sobre o perfil dos jovens atendidos pelo Enem na penitenciária Odenir Guimarães, no Município de Aparecida de Goiânia, Goiás no ano de 2012. Essas informações foram obtidas pelo Responsável Pedagógico, por meio de questionário respondido por doze dos dezenove detentos que realizaram o Enem naquele ano, que ainda cumpriam penas e se dispuseram a responder o questionário.

A avaliação, tanto a tradicional quanto a destinada às pessoas privadas de liberdade, foi realizada nesse estado pelo Centro de Seleções e Promoções de Eventos (CESPE), entidade responsável pela prestação de diversos serviços à comunidade, em especial os relacionados à organização e à realização de concursos, processos seletivos, avaliações educacionais, outros eventos e cursos variados. A contratação dos serviços prestados pelo CESPE/UnB é feita por meio de celebração de contrato com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), sem a necessidade de procedimento licitatório, uma vez que a FUB é instituição pública sem fins lucrativos, cujas atividades estão voltadas à criação, à realização, à manutenção e ao desenvolvimento das atividades de ensino (difusão de conhecimentos), de pesquisa (produção de novos conhecimentos) e de extensão (prestação de serviços à comunidade).

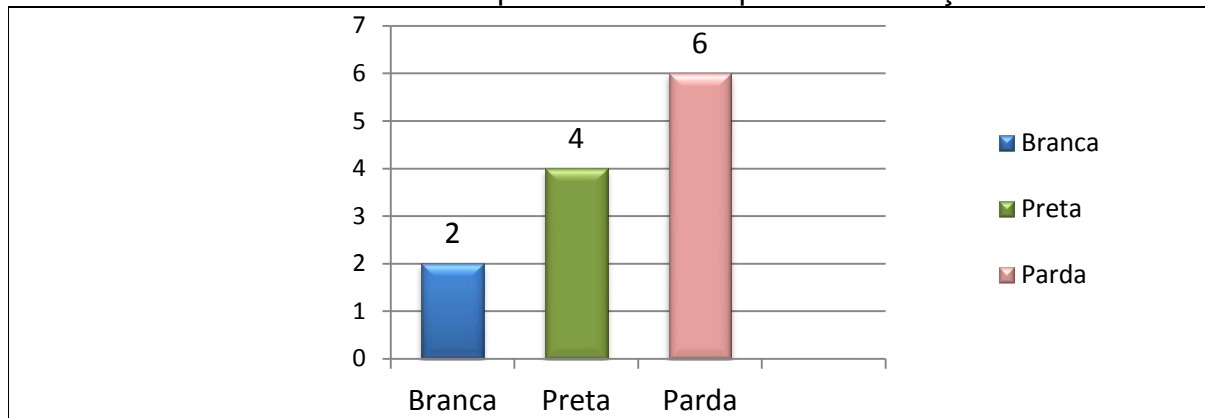
A presente amostra revela que todos os entrevistados são do sexo masculino, embora na agência prisional, onde, dentre outras, está localizada a penitenciária Odenir Guimarães, estejam reclusas também pessoas do sexo feminino. Dentre eles, cinco são solteiros e seis são casados. Apenas um deles não informou seu estado civil.

O Gráfico 2 mostra que não há uma diferença significativa de idade entre os presos que realizaram o Enem na unidade prisional. A faixa etária predominante é de 18 a 25 anos. É importante observar ainda que nove dos entrevistados poderiam estar disputando vagas no mercado de trabalho, pois se situa entre 21 e 39 anos, faixa etária esta reconhecida como de maior produtividade por parte do ser humano.

Gráfico 2. Participantes do Enem por idade

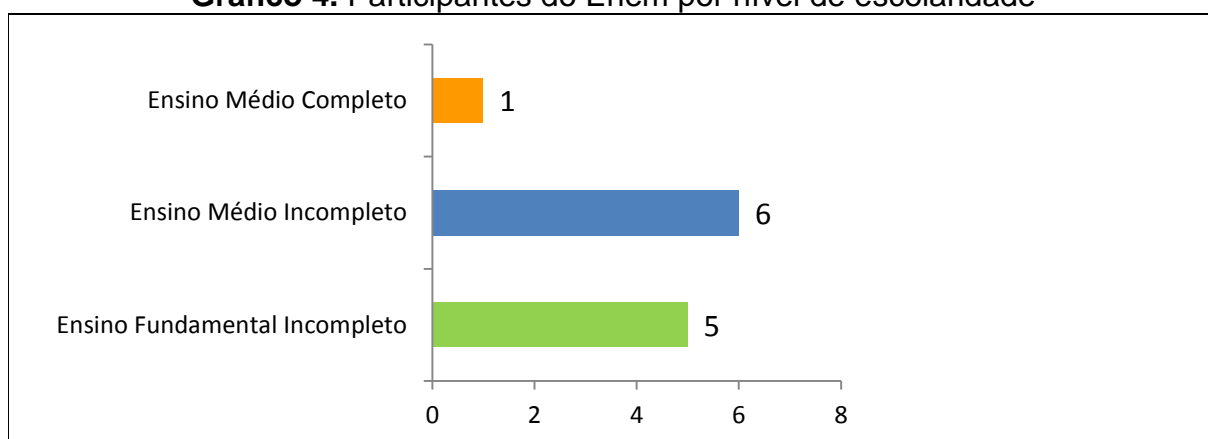
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nos questionários aplicados aos presos 2013

Quanto à cor dos indivíduos, dois são brancos, quatro pretos (33%) e seis pardos (50%). Somando-se os Pretos e Pardos, chega-se ao total de dez presos, ou 83% da amostra. Estes dados se contrapõem aos dados disponibilizados no Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça, que afirma que 84,5% da população carcerária é composta por brancos e negros.

Gráfico 3. Participantes do Enem por Cor ou Raça

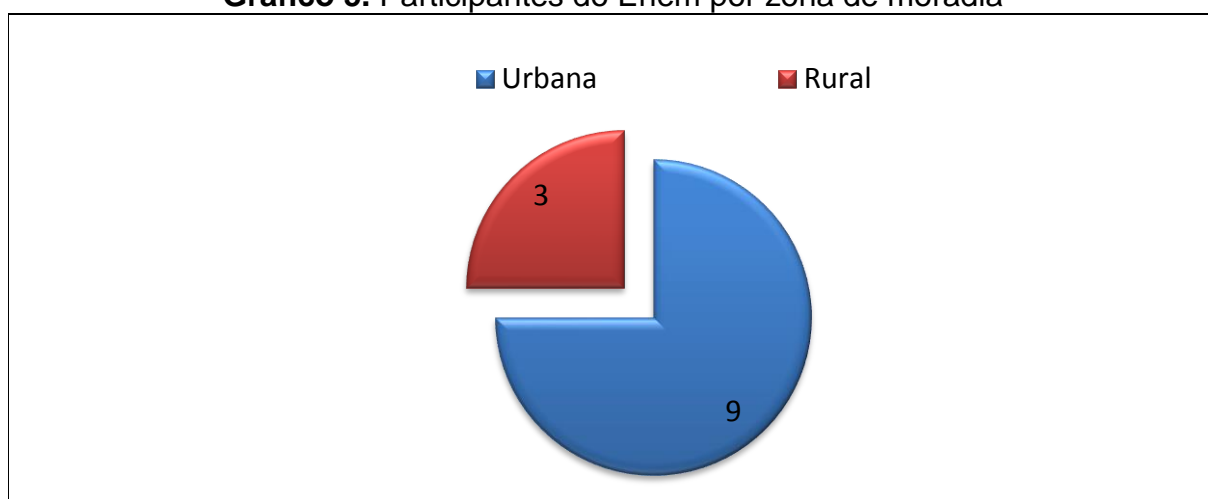
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nos questionários aplicados aos presos – 2013.

Com relação ao grau de escolaridade, seis participantes informaram que não completaram o Ensino Médio. Somando-se os que não concluíram o Ensino Fundamental àqueles que não concluíram o Ensino Médio, chega-se ao total de onze detentos que puderam se beneficiar do Enem para tentar conseguir a certificação desta etapa do ensino.

Gráfico 4. Participantes do Enem por nível de escolaridade

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nos questionários aplicados aos presos em 2013.

Dentre os participantes, nove declararam que são oriundos da zona urbana. A baixa escolarização reflete na renda mensal que os presos possuíam antes de cumprir pena na penitenciária. A maioria (sete) recebia a remuneração de até um salário mínimo, quatro recebiam de um a dois salários mínimos e apenas um detento recebia mais de três salários mínimos.

Gráfico 5. Participantes do Enem por zona de moradia

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nos questionários aplicados aos presos em 2013.

Os dados apresentados nesta seção mostram que os presos que realizaram o Enem na penitenciária Odenir Guimarães em 2012 e que se dispuseram a responder o questionário são, em sua maioria homens, jovens, de cor parda, oriundo da zona urbana do estado de Goiás. Por meio deste levantamento conclui-se que, em relação ao grau de escolaridade, o que preponderou foram os presos

com ensino fundamental incompleto, representando cinco (41,6%) do total. Considerando estes números, nota-se que os presos da penitenciária em estudo encontram-se um pouco mais instruídos que a média nacional.

No Brasil, 66,57% dos presos em penitenciárias masculinas não concluíram nem o ensino fundamental, segundo o levantamento anual do InfoPen (Sistema de Informações Penitenciárias), do Ministério da Justiça.

Tabela 3. Quantidade de presos por grau de instrução em presídios masculinos – Brasil (2011)

ESCOLARIDADE	PRESOS	% DO TOTAL
Analfabeto	24.973	5,84%
Alfabetizado	55.853	13,07%
Ensino fundamental incompleto	203.620	47,66%
Ensino fundamental completo	55.257	12,96%
Ensino médio incompleto	49.309	11,54%
Ensino médio completo	33.091	7,74%
Ensino superior incompleto	3.291	0,77%
Ensino superior completo	1.680	0,39%
Acima de superior completo	108	0,03%
Total informado	427.182	100%

Fonte: Infopen - Ministério da Justiça

Na penitenciária há 1535 presos. Deste total, somente dezenove se inscreverem no Enem em 2012, seja por motivos particulares, seja pelos motivos apresentados pelo Responsável Pedagógico durante a entrevista. Segue o trecho de uma das razões apontadas para o baixo índice de inscrições na penitenciária:

Este número é pequeno devido as exigência das documentações na inscrição, como o CPF e a identidade, onde muitos não possuem. No ano em que participei, 2012, foi realizado o primeiro Enem Prisional, onde as inscrições permitiam inserir o preso com o número de identificação interna no Sistema Prisional em substituição do número de identidade, porém ainda esbarramos na dificuldade do acesso ao CPF do preso, além de outros problemas como documentos falsificados (Responsável Pedagógico, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

É importante enfatizar que os dados apresentados representam doze (63%) dos inscritos no exame no ano em estudo. O restante não respondeu o questionário, pois já não cumpriam pena na unidade no momento em que as questões foram aplicadas pelo Responsável Pedagógico.

2.2.1 Dados referentes à reincidência dos participantes

De acordo com o informado, o tipo criminal individual mais comum dentre os presos que realizaram o Enem em 2012, é o roubo. Conforme informado, 83,3% dos presos cumprem pena pelo Art. 157 do Código Penal Brasileiro:

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade (BRASIL, 1940).

Um dos maiores desafios da segurança pública no Brasil é garantir que egressos do sistema carcerário não voltem a cometer crimes. Para isso, é preciso acesso à educação e à profissionalização. Todos os presos que responderam o questionário declararam que exercem alguma atividade na penitenciária. Dos doze entrevistados, dez estão na condição de reincidentes, ou seja, retornaram ao sistema penitenciário após o cumprimento de sua primeira pena.

Gráfico 6. Índice de reincidência dos presos



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nos questionários aplicados aos presos da penitenciária analisada em 2013.

A solução para reduzir a reincidência de ex-detentos, talvez esteja no investimento na educação dentro da penitenciária. Apesar de o Enem vir sendo aplicado na penitenciária há três anos,

não existe um plano específico de educação nas prisões. O que é desenvolvido é uma Educação de Jovens e Adultos como em qualquer outra escola que oferece essa modalidade, o que deixa muito a desejar, pois não é possível oferecer qualidade aos detentos, sendo que não há um plano envolvendo a SEE e a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça (SAPEJUS) (RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

O Responsável Pedagógico informou ainda que

como o déficit de agentes é grande e a educação não é uma prioridade para o presídio, então vivemos em uma constante resistência, uma constante aflição para que tudo dê certo. Não é nada fácil qualquer tipo de atividades neste local, mas somos persistentes (RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

O questionário fornece também dados sobre a participação dos presos em atividades laborais no interior da prisão. Nota-se que na penitenciária há oferta de trabalho e também a tendência em associar trabalho e educação para os presos interessados. Ainda assim, segundo o Responsável Pedagógico, são poucos os que conciliam as duas atividades, seja por falta de interesse, seja pela incompatibilidade de horários entre estudo e o trabalho.

A ressocialização vai além da restrição de liberdade. É necessário investir em programas estratégicos para desestimular o preso a cometer novos crimes. É importante considerar que há diferentes tipos de presos, que cumprem penas por crimes distintos. Logo, os programas de ressocialização devem se adequar à realidade de cada preso, considerando o seu esforço e a sua vontade de mudar.

O ordenamento jurídico brasileiro, ao afastar o preso da sociedade, tem a intenção de ressocializá-lo. No entanto, a realidade vivenciada nas prisões é bastante diferente daquilo que foi idealizado pelo legislador, conforme afirma Mirabete (2002, p.24):

A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior (...). A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve

como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação.

Marcão (2007) afirma que não é possível afastar a punição da humanização, pois ambos se encontram como formas que se complementam e trazem efetiva melhora no quadro individual dos apenados. Para ele,

a execução penal deve objetivar a integração social do condenado ou do internado, já que adotada a teoria mista ou eclética, segundo o qual a natureza retributiva da pena não busca apenas a prevenção, mas também a humanização. Objetiva-se, por meio da execução, punir e humanizar (MARCÃO, 2007, p. 01).

De acordo com o sociólogo Salla (1999, p.67), por mais que a prisão seja incapaz de ressocializar, um grande número de detentos deixa o sistema penitenciário e abandona a marginalidade porque teve a oportunidade de estudar. Este pensamento também é compartilhado por Mirabete (2002, p. 23):

O direito, o processo e a execução penal constituem apenas um meio para a reintegração social, indispensável, mas nem por isso o de maior alcance, porque a melhor defesa da sociedade se obtém pela política social do estado e pela ajuda pessoal.

Na entrevista realizada com o Responsável Pedagógico, em vários momentos foi citada a importância da educação para a ressocialização e reinserção social do preso. Os questionários respondidos pelos detentos também apontaram que estes vêm na educação, representada neste estudo pela prova do Enem, uma oportunidade de mudança e oportunidade para recomeçar uma nova vida. Neste sentido, a seção seguinte analisará o contexto e as condições em que foi aplicado este exame para os privados de liberdade que cumprem pena na penitenciária Odenir Guimarães.

2.3 Sobre a aplicação do Enem na penitenciária Odenir Guimarães

Para os participantes do Enem que realizaram a prova em 2012 e responderam o questionário, as expectativas com relação à prova resumem-se a pleitear a certificação do Ensino Médio (sete deles) e tentar ingressar em uma universidade (os cinco restantes). Todos os detentos que responderam o questionário vêm no Enem uma oportunidade para avançar nos estudos.

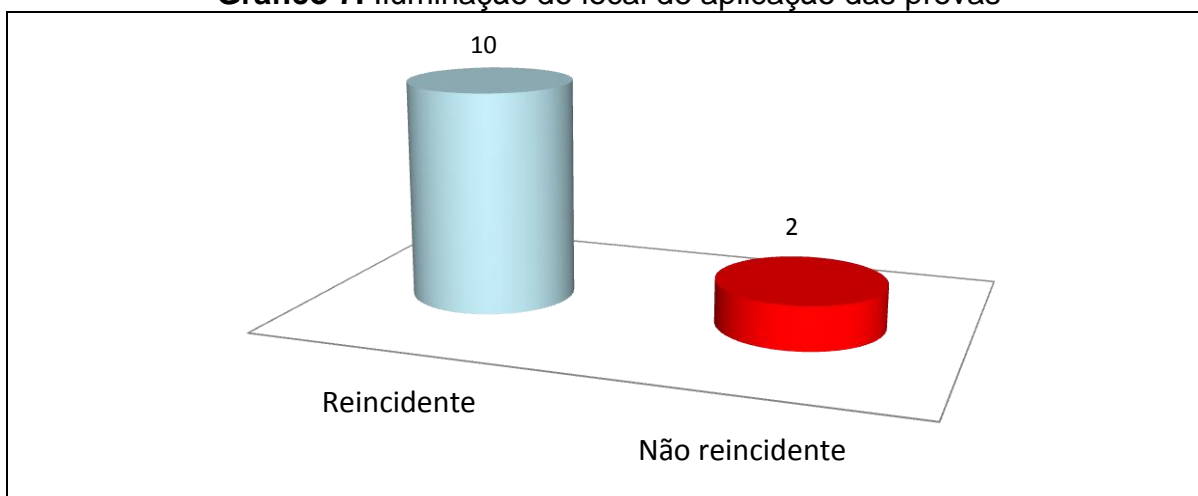
Quanto à divulgação do exame dentro da penitenciária, todos os detentos que responderam o questionário informaram que o exame foi suficientemente divulgado pelos professores da escola e pelo Responsável Pedagógico. Isso confirma que, apesar das dificuldades e problemas relacionados ao diálogo e ao repasse de informações por parte da gestão da penitenciária, o trabalho que cabe ao Diretor da escola e Responsável Pedagógico vem sendo feito com muito empenho e responsabilidade.

Durante a entrevista, em vários momentos o Responsável Pedagógico reafirmou o seu compromisso para com o exame e a consciência do papel da prisão e da educação no processo de ressocialização dos privados de liberdade. Para ele,

A sociedade precisa entender que a cadeia tem a função de restringir a liberdade do preso e não de seus direitos, como estudar, fazer cursos profissionalizantes, trabalhar, mesmo porque sem esses direitos fica difícil reinserir o apenado na sociedade, e o Enem prisional possibilita uma esperança em se cursar uma universidade (Responsável Pedagógico, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

Dada a importância do exame, enfatizada na fala do Responsável Pedagógico no trecho acima, cabe analisar se as instalações onde as provas foram aplicadas eram adequadas ou se os presos se sentiram prejudicados pelas condições impostas no dia do exame. Neste caso, poder-se-ia sugerir a melhoria da estrutura física do Colégio Estadual Dona Lourdes Estivalet, localizada dentro da penitenciária.

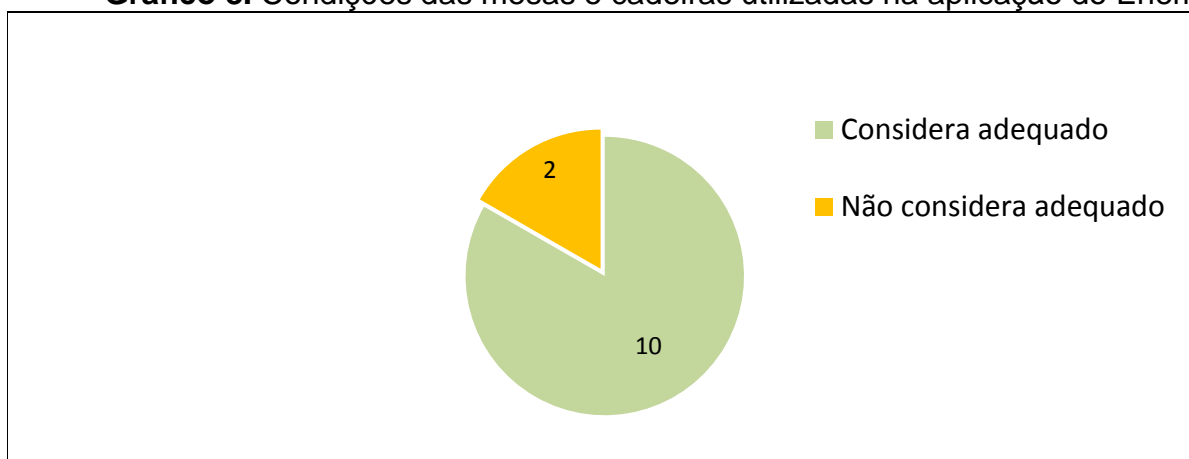
Gráfico 7. Iluminação do local de aplicação das provas



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nos questionários aplicados aos presos em 2013.

Quanto à estrutura do local, todos os presos consideraram adequada. Apenas um preso considerou inadequada a iluminação do local e a qualidade das mesas e cadeiras disponibilizadas no dia do exame. Estas informações são importantes pois no Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos, firmado entre o Inep e os órgãos de administração das unidades prisionais e/ou socioeducativas está explícito que é responsabilidade do secretário (ou equivalente) do órgão de administração Prisional ou Socioeducativo indicar as unidades prisionais e/ou socioeducativas com condições e recursos à aplicação das provas do Enem (com espaço físico, coberto, silencioso, iluminação, cadeiras, mesas, recursos humanos e todas as condições para o atendimento adequado ao participante, além da garantia de segurança aos envolvidos).

Gráfico 8. Condições das mesas e cadeiras utilizadas na aplicação do Enem



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nos questionários aplicados aos presos em 2013.

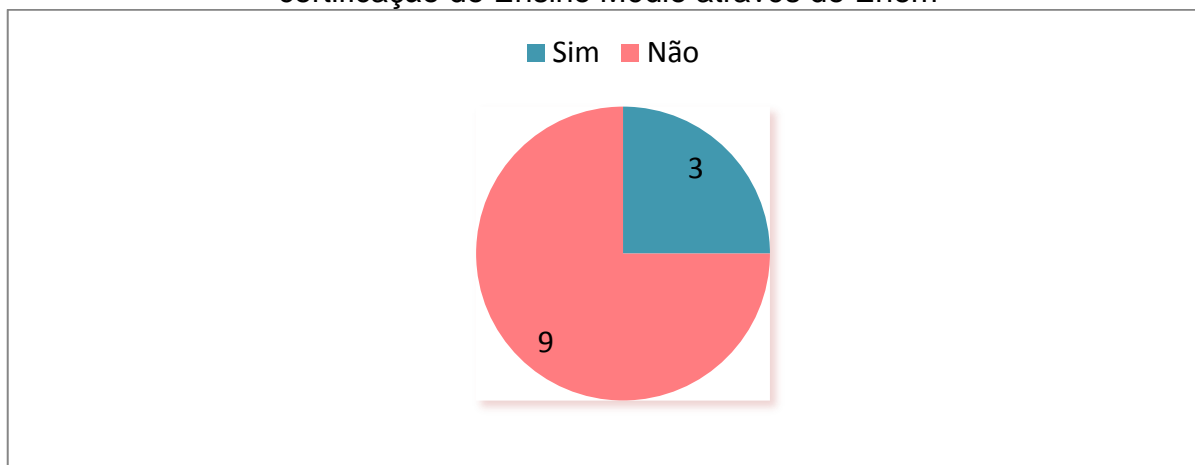
O Enem pode ser utilizado para fins de certificação de conclusão do Ensino Médio, para alunos maiores de 18 anos e que não concluíram esse nível de escolaridade na idade adequada, conforme o art. 38 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

A certificação é realizada pelas Secretarias Estaduais de Educação e pelos Institutos Federais de Educação que aderiram a essa modalidade, nos termos da Portaria MEC nº 10, de 20 de maio de 2012 e da Portaria Inep nº 144, de 24 de maio de 2012.

O participante do Enem deve indicar, no ato da inscrição, que deseja realizar o exame para obter o certificado de conclusão do ensino médio e em qual instituição. Todos os presos que realizaram o Enem na penitenciária Odenir

Guimarães tinham como objetivo a certificação do Ensino Médio ou ingressar em uma instituição de nível superior por meio do exame. Os resultados alcançados estão representados nos gráficos abaixo:

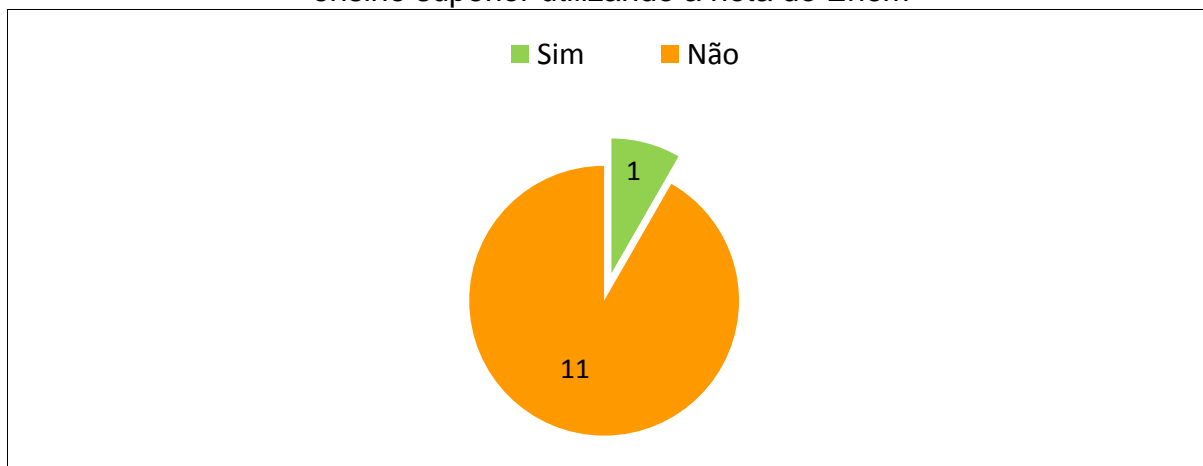
Gráfico 9. Quantidade de presos que alcançaram a certificação do Ensino Médio através do Enem



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nos questionários aplicados aos presos – 2013.

Após a reestruturação do Enem em 2009, o exame se tornou uma das formas mais utilizadas nos processos seletivos para ingresso no Ensino Superior. Muitos presos enxergam o exame como uma oportunidade para mudar de vida. Na penitenciária de Aparecida de Goiânia não é diferente. Presos se inscreveram em 2012 com o intuito de ingressar no ensino superior e alguns deles lograram êxito, conforme aponta o gráfico 10.

Gráfico 10. Quantidade de presos que conseguiram ingressar em uma instituição de ensino superior utilizando a nota do Enem



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos nos questionários aplicados aos presos – 2013.

2.4 Análise dos processos de implementação de políticas e programas

Após consolidação dos dados da entrevista¹⁶ estruturada em forma de questionário realizada via *e-mail* com o diretor da escola e Responsável Pedagógico, no dia 03 de agosto de 2013, no Colégio Estadual Dona Lourdes Estivalet, concluiu-se que, dentre outras questões, o diálogo entre a equipe gestora da penitenciária e o responsável pela condução das ações burocráticas não está sendo suficiente para a execução desta política pública.

A partir da investigação desenvolvida com os sujeitos pesquisados, foram identificados dois elementos centrais que influem no problema da aplicação do Enem nos presídios:

1. Ausência de conscientização dos sujeitos envolvidos sobre a importância da aplicação do Enem para as pessoas privadas de liberdade.
2. Problema em relação ao repasse de informações.

Considerando-se os aspectos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), é primordial que os sujeitos envolvidos tenham conscientização sobre a importância da aplicação do Enem nos presídios, pois esta avaliação, levando em conta as oportunidades que oferece, é um meio de possibilitar a equidade.

A pesquisa realizada na penitenciária permitiu que fossem diagnosticadas, após investigação com base em questionários aplicados aos detentos e, principalmente com a entrevista realizada com o Responsável Pedagógico pela penitenciária, a necessidade de melhorias tanto nas ações realizadas pelo Inep quanto àquelas que são de responsabilidade da gestão da penitenciária.

Concluiu-se ainda que parte dos problemas enfrentados durante a aplicação do exame para os presos nesta penitenciária se dá porque há problemas no repasse das informações oriundas do Inep. Ainda que um representante da penitenciária receba as informações durante a Reunião Técnica, ele não as repassa ao Responsável Pedagógico com fidedignidade ou em tempo hábil para que este execute as ações necessárias ao bom andamento do processo até a aplicação do

¹⁶ Entrevista concedida pelo Responsável Pedagógico. Entrevista I. [ago. 2013]. Entrevistador: Ellen Christina Lino Lima. Goiânia, 2013. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

Enem. É possível que essa falha se dê pela falta de compromisso por parte dos envolvidos no processo de aplicação do Enem nas unidades prisionais.

Ao ser perguntado se o repasse de informações por parte da gestão do presídio tem sido suficientes, o Responsável Pedagógico responde que:

Não. Quanto ao cadastramento das agências prisionais, não tenho nada a falar, porém, como ocorrido em 2012, as informações de cadastro de fiscais, de aplicadores, de responsáveis pela inscrição dos alunos, entre outros, não chegava para mim e sim para o diretor do presídio, que não repassava a informação em tempo hábil, deixando tudo pra cima da hora, o que dificulta o repasse aos alunos para que consigam os documentos para realização da inscrição (Responsável Pedagógico, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

O Responsável Pedagógico da penitenciária Odenir Guimarães afirma ainda que o repasse das informações pelo Representante Estadual não tem sido suficientes. Segundo ele:

Quanto ao cadastramento das agências prisionais, não tenho nada a falar, porém, como ocorrido em 2012, as informações de cadastro de fiscais, de aplicadores, de responsáveis pela inscrição dos alunos, entre outros, não chegava para mim e sim para o diretor do presídio, que não repassava a informação em tempo hábil, deixando tudo pra cima da hora, o que dificulta o repasse aos alunos para que consigam os documentos para realização da inscrição (Responsável Pedagógico, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

A fala do Responsável Pedagógico deixa claro que, apesar de ser designado para disseminar e viabilizar as inscrições dos detentos na penitenciária, não é ele quem recebe as informações do Inep. O representante estadual comparece à Reunião Técnica, repassa as informações ao diretor do presídio e estas ficam retidas. Isso impede a divulgação do exame aos presos que, por sua vez, não conseguem providenciar os documentos necessários para realizar a inscrição em tempo hábil.

Durante a entrevista, o diretor revela também os problemas que ele considera importantes na aplicação do Enem na penitenciária em questão. Segundo ele, “os problemas que ainda persistem são, o cumprimento do horário de início e término da prova tanto por parte dos alunos quanto por parte da agência” (Responsável Pedagógico, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

Ele informou também que, no dia da aplicação do exame, ocorrem situações como, por exemplo, o atraso no horário de almoço dos presos. Em decorrência disso, “os agentes demoram liberar os presos; os agentes atrasam o horário de

abertura dos portões, etc” (Responsável Pedagógico, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

Este depoimento corrobora o que afirmam Ball e Bowe (Bowe et al., 1992 apud Mainardes, 2006 p. 60), de que o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Para estes autores, o ponto chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” no contexto da prática, mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem recriadas. Percebe-se, através deste posicionamento do Responsável Pedagógico, que ele não se sente estimulado e incentivado pela equipe gestora da unidade prisional a participar e desenvolver as ações relacionadas ao Enem dentro da penitenciária. Ao ser indagado sobre a gestão da penitenciária no que diz respeito às atividades relacionadas à educação dos detentos, ele responde que

a gestão para a escola é mínima, na verdade, se não tivesse, não alteraria muita coisa para a escola. Isto devido a falta de compromisso, de planejamento e de saber qual a missão, o objetivo da escola na prisão (Responsável Pedagógico, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

Para analisar melhor o processo de implementação de políticas públicas, de modo a diagnosticar as falhas no Enem para pessoas privadas de liberdade e assim, elaborar um plano de ação a ser apresentado no próximo capítulo, serão utilizadas como referências a abordagem do ciclo de políticas públicas, elaborada por Mainardes (2006, p.47-69).

2.4.1 O Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas privadas de liberdade: análise enquanto política pública

Mainardes (2006) analisa as políticas educacionais com base em cinco contextos de políticas e programas: contexto de influência, contexto da produção de texto, contexto da prática, contexto dos resultados/efeitos e contexto de estratégias políticas. Esses cinco contextos constituem um referencial analítico útil para a análise crítica do processo de aplicação do Enem nas unidades prisionais, desde a sua formulação até a sua implementação no contexto da prática.

A abordagem do “ciclo de políticas” feita por Mainardes (2006) baseava-se, inicialmente, nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Ball e Bowe analisam as políticas sob a perspectiva de três facetas ou arenas políticas: a política proposta, a política de fato e a política em uso:

A primeira faceta, a “política proposta”, referia-se à política oficial, relacionada com as intenções não somente do governo e de seus assessores, departamentos educacionais e burocratas encarregados de “implementar” políticas, mas também intenções das escolas, autoridades locais e outras arenas onde as políticas emergem. A “política de fato” constituía-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática. Por último, a “política em uso” referia-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática (Ball & Bowe, apud Mainardes, 2006, p. 49).

Posteriormente os autores concluíram que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre o discurso da política e sobre a interpretação que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem dos textos políticos. É sob esta ótica que serão analisados os processos que compreendem o Enem para pessoas privadas de liberdade.

Contexto da influência:

De acordo com Mainardes (2006, p. 51), é nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades da educação e do que significa ser educado. O Enem surgiu em 1998 com a proposta de avaliar a qualidade do Ensino Médio no Brasil, tendo como base a aplicação de uma prova anual padronizada. O foco principal da avaliação é verificar as competências e habilidades que o aluno domina. Este sistema de avaliação tem por objetivo avaliar os estudantes de escolas públicas e particulares do Ensino Médio. Os dados, além de servirem de base para o desempenho pessoal, também são utilizados pelo governo para definir políticas públicas educacionais. Atualmente, muitas universidades públicas e privadas estão utilizando os resultados do Enem dentro de seus sistemas de seleção. Assim, a criação do exame foi fundamentada inicialmente pela necessidade de avaliar a qualidade do Ensino Médio no Brasil e, com base em seus resultados, subsidiar a implementação de políticas públicas com vistas a melhorar a educação no país.

Contexto da produção de texto:

Após a definição da política, são elaborados textos legais oficiais que regulamentam a implementação de determinada política. Mainardes (2006, p.52) afirma que “tais textos não são, necessariamente, coerentes e claros e podem também ser contraditórios e que as políticas carregam limitações materiais e possibilidades”. O autor reflete que esses textos apresentam consequências reais que são vivenciadas quando colocadas em prática. A análise deste contexto é essencial quando se pensa em uma nova política, já que, muitas vezes, o texto legal é formulado sem considerar a realidade na qual ele será implementado. Quando o Enem tradicional foi criado, em 1998, o texto elaborado não contemplava a realidade das unidades prisionais e unidades de medidas socioeducativas, destinadas a menores infratores. Com o passar dos anos, o mesmo vem sendo aprimorado, no entanto, quando colocado no contexto da prática, ainda se percebe que muito falta para que ele esteja adequado e atenda à realidade deste público específico.

Contexto da prática:

Após a política ser pensada, elaborada e estruturada em forma de texto, é colocada em prática. Conforme Ball e Bowe (Bowe et al., 1992, *apud* Mainardes, 2006, p. 53), é nesse contexto que onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Ao analisar o processo de aplicação do Enem nas unidades prisionais, com foco na penitenciária Odenir Guimarães, conclui-se que os problemas identificados devem-se, além da falta de conscientização dos sujeitos envolvidos, à falhas no repasse de informações a respeito do exame. Apesar de haver um fluxo a ser seguido, nota-se que o Inep, órgão responsável pelo Enem, não consegue fazer com que o objetivo da política levado a todos os envolvidos.

A pesquisa detectou que, apesar de haver previsão legal, alguns pontos do edital e dos Termos de Compromissos são desrespeitados no dia da aplicação do exame, o que acaba por prejudicar os participantes privados de liberdade inscritos nas unidades prisionais e ferir o seus direitos à igualdade de tratamento previstos na Constituição Federal.

Contexto dos resultados e efeitos:

Mainardes (2006, p. 54) afirma que esse contexto preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos de seus impactos e das interações com desigualdades existentes.

O contexto dos resultados e efeitos sugere que as políticas sejam analisadas sob a ótica dos impactos e interações com desigualdades existentes. O objetivo principal do Enem é proporcionar a igualdade de oportunidades no acesso a instituições de ensino superior e aos programas do Governo Federal, destinados à educação. No entanto, as lacunas existentes na execução do exame nas unidades prisionais tem feito com que haja pouca participação dos detentos na edição destinada às pessoas privadas de liberdade.

Contexto da estratégia política:

Esse contexto envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada (Mainardes, 2006, p. 55). Esse contexto leva à reflexão acerca dos problemas diagnosticados através desta pesquisa a pesquisa e principalmente, acerca de quais medidas serão necessárias serem adotadas para que essas desigualdades entre o Enem tradicional e o Enem para pessoas privadas de liberdade sejam ao menos amenizadas.

2.4.2 Teoria x Dados da pesquisa

A implementação de uma política pública “[...] corresponde à execução de atividades que permitam que ações do governo sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação de políticas” (SILVA; MELLO, 2000, p. 3). Os estudos sobre os processos de implementação se tornaram muito relevantes para analisar os resultados de uma política.

Para Teixeira (2002, p.2),

as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Com base na abordagem do ciclo de políticas realizado por Mainardes (2006), é possível afirmar, por meio das informações obtidas através da entrevista realizada com o Responsável Pedagógico da unidade prisional em estudo, que as ações que colocam em prática o Enem para pessoas privadas de liberdade divergem daquilo que é considerado ideal para o processo de implementação de políticas públicas.

Nas falas do Responsável Pedagógico, nota-se que há falhas no planejamento que prejudicam a implementação e o desenvolvimento do exame. Ao ser indagado sobre como as informações oriundas do Inep tem sido repassadas para ele e os demais envolvidos com o Enem na unidade prisional, o Responsável Pedagógico responde que

Quanto ao cadastramento das agências prisionais, não tenho nada a falar, porém, como ocorrido em 2012, as informações de cadastro de fiscais, de aplicadores, de responsáveis pela inscrição dos alunos, entre outros, não chegava para mim e sim para o diretor do presídio, que não repassava a informação em tempo hábil, deixando tudo pra cima da hora, o que dificulta o repasse aos alunos para que consigam os documentos para realização da inscrição (Responsável Pedagógico, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

Outro problema apontado diz respeito à administração da penitenciária e ao número insuficiente de agentes penitenciários que atuam na instituição. De acordo com o Responsável Pedagógico, que se ocupa das questões mais relacionadas à implantação e execução do exame, como inscrição e divulgação dos resultados, a principal crítica é o engessamento da política, que desconsidera as especificidades do espaço prisional:

Como o déficit de agentes é grande e a educação não é uma prioridade para a penitenciária então vivemos em uma constante resistência, uma constante aflição para que tudo dê certo. Não é nada fácil qualquer tipo de atividades neste local, mas somos persistentes (Responsável Pedagógico, entrevista realizada no dia 03 de agosto de 2013).

Face aos trechos da entrevista apresentados, verifica-se que é na fala do Responsável Pedagógico que identificamos os problemas que ocorrem na penitenciária e que influenciam diretamente na execução e aplicação do Enem no local investigado. A seguir, algumas considerações a respeito da análise realizada no capítulo 2.

2.5 Considerações sobre a importância dos sujeitos envolvidos e os processos de implementação de políticas e programas educacionais

A descrição apresentada no capítulo 1 e o referencial teórico e os dados apresentados no capítulo 2 nos mostram que ações isoladas não têm atingido o objetivo principal da aplicação do Enem para pessoas privadas de liberdade. Para que o mesmo possa ser alcançado é imprescindível que sejam iniciadas ações conjuntas entre o Inep, órgãos da administração penitenciária dos estados e municípios e a empresa contratada para a realização/aplicação do exame.

As políticas públicas devem atender as demandas da sociedade e o público para o qual elas são criadas e direcionadas. Normalmente, o que dificulta a implementação de uma política é a falta de conhecimento que a população tem com relação aos seus direitos, com isso não reivindicam, não cobram e não monitoram as políticas públicas.

Cabe ressaltar que a família é um fator fundamental para a recuperação e a ressocialização do preso. Juntamente com as ações realizadas pelas instituições de privação de liberdade, a família é considerada de importante contribuição para a recuperação, pois hábitos e comportamentos são adquiridos através destes relacionamentos. Por isso, a transmissão de informações sobre os programas e ações desenvolvidos pela penitenciária à família é importante na recuperação do preso em privação de liberdade, reduzindo as chances de reincidência.

Entre as medidas importantes para a redução das consequências dos problemas observados no estudo, o Responsável Pedagógico sugere o cumprimento das normas estabelecidas no edital do exame, uma melhoria nos Termos de Adesão, Responsabilidades e Compromissos e, por fim, que seja realizado um trabalho de conscientização de todos os envolvidos no processo de melhorias dessa política pública no âmbito da avaliação educacional no país.

A avaliação do edital que rege o exame, desde a inscrição até a aplicação proporcionou uma consciência crítica em relação ao conhecimento dos profissionais envolvidos no processo. Este capítulo mostrou que é necessária a criação de mecanismos para conscientizar os sujeitos envolvidos e para sistematizar o repasse de informações. Essas ações serão apontadas no capítulo 3.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA A MELHORIA DA APLICAÇÃO DO ENEM NAS UNIDADES PRISIONAIS

Este Plano de Ação Educacional (PAE), buscou avaliar o processo de implementação e aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nas unidades prisionais, com foco na penitenciária Odenir Guimarães, localizada no município de Aparecida de Goiânia, Goiás. Pretendeu-se, ainda, identificar falhas no processo, de modo a aprimorar a aplicação do exame para pessoas privadas de liberdade e, assim garantir o direito à igualdade previsto na Constituição Federal Brasileira. Essa análise baseou-se na experiência vivenciada pela autora, na entrevista realizada com o Responsável Pedagógico pela Unidade Prisional, na análise dos Termos de Adesão, Responsabilidades e Compromissos firmados entre o Inep e Secretários estaduais/Diretores das unidades prisionais e socioeducativas, no Edital do Enem publicado no ano de 2012 e nos questionários aplicados aos detentos que realizaram o exame também em 2012.

Para tanto, no capítulo inicial foi contextualizado o processo de aplicação do Enem para pessoas privadas de liberdade, realizada uma análise da legislação em vigor, tanto no que diz respeito aos direitos e garantias das pessoas privadas de liberdade, bem como a importância deste exame enquanto agente de transformação social. De acordo com o exposto no primeiro capítulo dessa dissertação, foi realizada ainda uma descrição do contexto em que foi analisada a política.

No capítulo seguinte foi realizada uma análise da importância da conscientização dos sujeitos envolvidos na aplicação do Enem nas unidades prisionais. Destacou-se o papel do representante estadual e do Responsável Pedagógico e suas atribuições, o que permitiu identificar problemas em relação ao repasse de informações e diretrizes oriundas do Inep.

Este capítulo, por sua vez, visa propor estratégias de ação, com o objetivo de aprimorar o processo de aplicação do Enem para as pessoas privadas de liberdade e assim, permitir que o exame seja aplicado nos mesmos moldes do exame tradicional, que obedece a regras e padrões, e assim garantir o direito à igualdade previsto na CF/88.

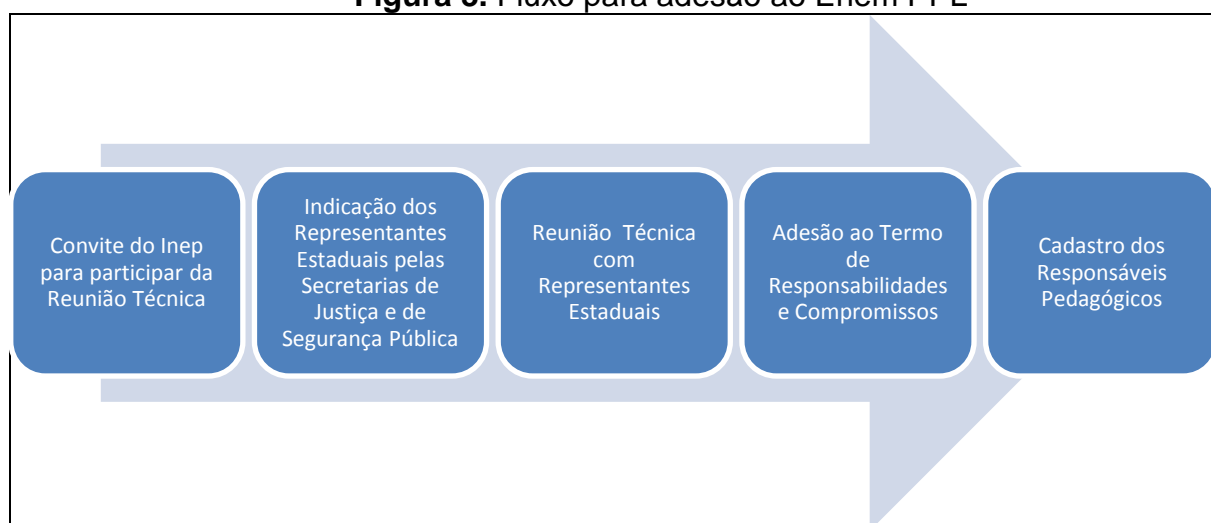
Além das questões identificadas durante a pesquisa, a autora irá propor ainda sugestões de alterações que objetivam melhorias na implementação do Enem nas unidades prisionais/socioeducativas e na unidade prisional em questão. Estas sugestões foram elaboradas com base na experiência vivenciada, em 2012, enquanto servidora ocupante do cargo efetivo de Pesquisadora-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais e membro do Banco de Observadores do Inep. Este Banco tem como missão fiscalizar as ações da empresa durante a aplicação dos exames e avaliações sob responsabilidade da autarquia.

Este PAE foi estruturado dessa maneira de modo a considerar as possibilidades de melhoria que poderiam favorecer a superação dos desafios e as perspectivas de avanço para efetivação da igualdade e garantia de direitos previstos na legislação brasileira.

3.1 Estreitando os vínculos entre o Inep e os Representantes Estaduais

Durante a investigação, foram identificadas falhas no que diz respeito ao repasse das informações relacionadas ao Enem, com foco nas unidades prisionais/socioeducativas. Ao analisar o fluxo de ações (Figura 3), descrito no item 1.6 do Capítulo 1, percebe-se que um dos atores, o Responsável Pedagógico, tem a sua importância subestimada no processo de implementação/aplicação do Enem na unidade prisional do município de Aparecida de Goiânia - Goiás.

Figura 3. Fluxo para adesão ao Enem PPL



Fonte: Elaboração própria, com base no Edital do Enem 2012 e nos Termos de Adesão, Responsabilidades e Compromissos firmados entre o Inep e Secretários estaduais/Diretores das unidades prisionais e socioeducativas

De acordo com este fluxo, a figura do Representante Estadual vem antes da figura do Responsável Pedagógico, o que causa certo desequilíbrio, já que o primeiro não é sequer citado no edital do exame (Anexo III), que prevê as regras da adesão ao Enem para pessoas privadas de liberdade e o papel dos responsáveis pedagógicos no processo de implementação do exame nas unidades.

A figura 3 mostra que, atualmente, o Representante Estadual é o principal elo entre o Inep e as unidades que aderiram à aplicação do exame em cada estado. Assim, é de responsabilidade dos Secretários de Justiça e Segurança Pública de cada estado indicar o servidor que ocupará este cargo. Ele comparecerá à Reunião Técnica realizada no Inep e receberá todas as informações referentes ao exame.

3.2 Ações propostas

Para que o objetivo deste PAE seja alcançado, são propostas as seguintes ações a serem desenvolvidas pelo Inep:

Ação 1: Reunião técnica com os Representantes Estaduais e Responsáveis Pedagógicos.

Dentre as falhas identificadas durante o processo que antecede a aplicação do Enem para as pessoas privadas de liberdade está a falta de conscientização da importância do exame e dos sujeitos envolvidos nesse processo. Esta ação parte da conclusão de que os Responsáveis Pedagógicos, identificados como elementos essenciais no processo de aplicação do exame para os presos, não têm recebido a formação e as informações necessárias para o desempenho das atividades que lhes são atribuídas.

Para que o exame possa ser aplicado com sucesso nas unidades prisionais, o servidor indicado para a função de Responsável Pedagógico deve ser aquele realmente dedicado às ações que visem a ressocialização e a melhoria da qualidade de vida das pessoas privadas de liberdade.

Anualmente o Inep realiza, em sua sede em Brasília, uma Reunião Técnica entre os Representantes Estaduais e seus servidores envolvidos com a aplicação do Enem nas unidades prisionais/socioeducativas. Os responsáveis pela Reunião são os servidores da Unidade de Operações Logísticas – UOL. O objetivo da Reunião é

a divulgação das informações a respeito do exame e da sua aplicação nos estados. No entanto, os Responsáveis Pedagógicos, pessoas que exercem praticamente todas as ações, desde à divulgação e inscrição dos detentos, até o acesso ao resultado destes no Enem, não são convidados a participar dessa Reunião.

É imprescindível que os Responsáveis Pedagógicos também participem da Reunião Técnica para que ocorra a disseminação fidedigna das informações recebidas por estes profissionais e, conseqüentemente, a padronização do exame em todas as unidades da federação.

Para que a participação dos Responsáveis Pedagógicos seja viabilizada, o Inep deverá adotar o mesmo procedimento para o convite dos Representantes Estaduais, ou seja, enviar um convite via e-mail, com antecedência de trinta dias. As instituições que irão aderir à aplicação do exame pela primeira vez deverão indicar ao Inep os dados dos indicados no momento em que for feito o convite para o Representante Estadual participar da Reunião Técnica.

Como o número de participantes da Reunião será aumentado para algo em torno de seiscentos convidados, o Inep poderá organizar o encontro em duas datas diferentes, de modo que cada Reunião atenda a aproximadamente trezentos convidados e os objetivos principais, ou seja, a adesão de novas instituições e a disseminação das informações a respeito do exame não sejam prejudicados. O custeio das passagens aéreas/terrestres e diárias para este evento já estão previstos no orçamento anual do Inep, conforme Relatórios de Gestão disponibilizado pela autarquia.

Segue sugestão de pauta a ser seguida na reunião, com o objetivo de esclarecer o processo de aplicação do Enem nas unidades prisionais/socioeducativas e sanar os problemas detectados durante a pesquisa.

Sugestão de pauta para a reunião:

A Reunião Técnica, a ser realizada na sede do Inep em Brasília, deverá ocorrer trinta dias antes do período das inscrições do Enem PPL e terá duração de oito horas. Durante o encontro, deverão ser abordados os seguintes aspectos:

Quadro 6. Informações a serem apresentadas na Reunião Técnica

REUNIÃO TÉCNICA
Informações históricas sobre o exame em unidades prisionais e socioeducativas;
Objetivos do exame;
Características específicas do exame;
Importância da prova para os participantes;
O papel dos envolvidos no exame – A importância do Responsável Pedagógico
Processo e peculiaridades de aplicação;
Acesso ao sistema de inscrição;
Entrega do material para divulgação (proposto na ação 3)
Esclarecimentos

Fonte: Elaboração própria.

Ação 2: Criação de dois novos termos: Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos para Representantes Estaduais e Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos para Responsáveis Pedagógicos, a serem firmados entre o Inep e os indicados por cada estado e unidades.

Atualmente existem apenas dois termos, um para o diretor da unidade e outro para o secretário do órgão de administração prisional do estado. Os termos propostos têm como objetivo designar as responsabilidades de cada um no processo, desde a adesão ao exame à divulgação dos resultados, podendo assim responsabilizá-los pelas ações e disseminação das informações recebidas durante a Reunião Técnica a ser realizadas na autarquia. O termo deverá ser disponibilizado no endereço eletrônico <http://sistemasespeciais.inep.gov.br/unidadesprisionais/> e firmado após a inserção dos dados dos indicados no sistema, por meio do botão “assinar Termo”.

Proposta 1: Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos para Representantes Estaduais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SRTVS Quadra 701 Lote 12 Bloco “M” CEP: 70.340-909 Brasília, DF.**

**TERMO DE ADESÃO, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS
APLICAÇÃO DO ENEM EM UNIDADES PRISIONAIS E SOCIOEDUCATIVAS**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza exames que visam, entre outros objetivos, diagnosticar a qualidade da educação básica brasileira, e para assegurar a igualdade de tratamento prevista no Caput do Artigo 5º da Constituição Federal, em que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, o Inep realiza uma edição específica do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para os adultos submetidos a penas privativas de liberdade e jovens sob medidas socioeducativas que incluam privação de liberdade.

Podem participar deste exame as pessoas privadas de liberdade inseridas em unidades prisionais ou socioeducativas, indicadas pelos Órgãos da Administração Prisional ou Órgãos da Administração Socioeducativa de cada Unidade Federada (Estados e Distrito Federal).

Para viabilizar a realização do Enem nestas Unidades, o **representante de cada estado** deve firmar o Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos com o Inep.

Nesse sentido, vossa senhoria, como **Responsável por essa Unidade da Federação** e pela viabilização da aplicação das provas do Enem nesse estado, deve, portanto, aceitar e concordar com os termos apresentados abaixo:

São atribuições e compromissos do Representante Estadual:

1. Firmar Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos junto ao Inep na página eletrônica <http://sistemasespeciais.Inep.gov.br/unidadesprisionais/>, para aplicação do exame na(s) unidade(s) sob sua responsabilidade.
2. Comprometer-se a disseminar TODAS as informações repassadas pelo Inep durante a Reunião Técnica realizada em Brasília.
3. Divulgar, no âmbito da sua Unidade da Federação, informações sobre o exame e a sua importância para as pessoas privadas de liberdade. Informar a complexidade da operação, os recursos gastos e a importância dos envolvidos no processo.
4. Realizar reunião com os diretores das Unidades Prisionais/Socioeducativas que irão aderir à aplicação do exame, a fim de repassar as informações e sanar eventuais dúvidas.
5. Garantir que as unidades providenciem local adequado para a realização do exame dentro de sua Unidade;
6. Assegurar acesso e segurança física a todos os envolvidos na aplicação do Enem nas dependências das Unidades na sua unidade da federação;
7. Garantir a inviolabilidade dos malotes de provas no momento da entrada destes nas Unidades;
8. Proceder de forma segura a inserção dos aplicadores de prova e Resguardar o sigilo e confidencialidade das provas do exame;
9. Sensibilizar os gestores e diretores das Unidades para atuar como facilitadores do processo de aplicação do exame;
10. Responsabilizar-se por qualquer questão relacionada ao repasse de informações referentes ao exame na sua Unidade da Federação.

Pelo presente instrumento, eu, [NOME DO REPRESENTANTE ESTADUAL], [CPF], afirmo que li e concordo com o presente Termo e com a aplicação do **Enem 2014** nas Unidades Prisionais/Socioeducativas sob minha responsabilidade, e com as demais orientações expressas no Edital específico para essa aplicação do exame.

Proposta 2: Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos para Responsáveis Pedagógicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SRTVS Quadra 701 Lote 12 Bloco “M” CEP: 70.340-909 Brasília, DF.**

**TERMO DE ADESÃO, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS
APLICAÇÃO DO ENEM EM UNIDADES PRISIONAIS E SOCIOEDUCATIVAS**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza exames que visam, entre outros objetivos, diagnosticar a qualidade da educação básica brasileira, e para assegurar a igualdade de tratamento prevista no Caput do Artigo 5º da Constituição Federal, em que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, o Inep realiza uma edição específica do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para os adultos submetidos a penas privativas de liberdade e jovens sob medidas socioeducativas que inclua privação de liberdade.

Podem participar deste exame as pessoas privadas de liberdade inseridas em Unidades Prisionais ou Socioeducativas, indicadas pelos Órgãos da Administração Prisional ou Órgãos da Administração Socioeducativa de cada Unidade Federada (Estados e Distrito Federal).

Para viabilizar a realização do Enem nestas Unidades, o **Responsável Pedagógico de cada unidade** deve firmar o Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos com o Inep.

Nesse sentido, vossa senhoria, como **Responsável por essa Unidade Prisional/Socioeducativa** e pela viabilização da aplicação das provas do Enem nesta instituição, deve, portanto, aceitar e concordar com os termos apresentados abaixo:

São atribuições e compromissos do Responsável Pedagógico:

1. Realizar as inscrições dos participantes e o seu acompanhamento;
2. Informar um endereço de e-mail ou um número de telefone celular válidos.
3. Acessar os resultados obtidos pelos participantes;
4. Pleitear a certificação do participante se for o caso;
5. Pleitear a participação do candidato no sistema informatizado do Ministério da Educação (SiSU), por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem, e outros programas de acesso ao Ensino Superior, se for o caso;
6. Divulgar as informações sobre o exame, inclusive do edital, aos participantes;
7. Solicitar, no ato da inscrição, atendimento diferenciado aos participantes que deles comprovadamente necessitarem, em campo próprio do sistema de inscrição, de acordo com as opções apresentadas;
8. Ler o edital do exame;
9. Responsabilizar-se por procedimentos indevidos no ato da inscrição;
10. Atentar-se ao prazo da inscrição;
11. Garantir que o participante esteja ciente de todas as informações sobre o Enem, que estão disponíveis na página do Inep, no endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br>;
12. Ter em mãos, no ato da inscrição, o número de cadastro de pessoa física (CPF) do participante, documento obrigatório para a efetivação da inscrição;
13. Indicar a pretensão, quando for o caso, de utilizar os resultados do Exame para fins de certificação de conclusão do ensino médio, indicando uma das instituições certificadoras listadas no Anexo I do Edital do exame;
14. Verificar se a inscrição foi concluída com sucesso;
15. Garantir o sigilo da senha de acesso ao sistema de inscrição. Esta senha é pessoal, intransferível e de inteira responsabilidade do Responsável Pedagógico;
16. Disponibilizar documento de identificação do participante ou cópia, preferencialmente com foto, aos aplicadores de provas;
17. Certificar-se de que os participantes preenchem todos os requisitos exigidos para a participação na edição do Enem;
18. Certificar-se de todas as informações e regras, constantes deste Edital e das demais orientações que estarão disponíveis na página do Inep, no endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br/>.
19. Cumprir rigorosamente os procedimentos de inscrição estabelecidos no edital do exame;

20. Manter sob sua guarda os números de inscrição e CPF dos participantes indispensáveis para o acompanhamento do processo de inscrição, para a obtenção dos resultados individuais via Internet e para a inscrição em programas de acesso ao Ensino Superior, programas de bolsa de estudos e de financiamento estudantil, entre outros programas do Ministério da Educação;
21. Providenciar o encaminhamento dos participantes do Enem aos locais de provas às 12h00min, no primeiro dia e 12h30min no segundo dia, de acordo com o horário oficial de Brasília - DF, atentando-se para o fato de que não será permitida a entrada do participante que se apresentar após o horário estipulado;
22. É de inteira responsabilidade do Responsável Pedagógico da Unidade Prisional ou Socioeducativa acompanhar a divulgação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Enem que forem publicados no Diário Oficial da União e informados na página do Inep <http://portal.inep.gov.br>.

Pelo presente instrumento, eu, [NOME DO RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO], [CPF], afirmo que li e concordo com o presente Termo e com a aplicação do **Enem 2014** nas Unidades Prisionais/Socioeducativas sob minha responsabilidade, e com as demais orientações expressas no Edital específico para essa aplicação do exame.

Ação 3: Campanha Publicitária – palestras, elaboração de cartazes para serem distribuídos nas unidades prisionais/Socioeducativas.

Compreende-se como parte do problema das falhas no repasse das informações a divulgação tardia do exame dentro da unidade prisional do município de Aparecida de Goiânia – Goiás. Isso acarreta na falta de tempo hábil para se conseguir a documentação dos presos junto a seus familiares e assim o Responsável Pedagógico conseguir efetivar a inscrição dos detentos que desejam realizar o exame.

Os meios utilizados para a divulgação do Enem tradicional (cartazes, folders, mídia televisiva e rádio) têm se mostrado bastante eficazes, já que, a cada ano, há o aumento considerável no número de inscritos no exame.

De acordo com os dados apresentados na pesquisa, em 2012, incluindo homens e mulheres, 23.665 detentos, se inscreveram no Enem. Destes, apenas dezenove foram inscritos no Enem na penitenciária Odenir Guimarães, em Aparecida de Goiânia – Goiás. Apesar de este número representar um avanço, ainda é bastante pequeno se comparado ao universo de pessoas presas no Brasil nesse mesmo ano.

O Enem tradicional, aplicado aos estudantes e egressos do ensino médio regular, é bastante divulgado pelo Inep e Ministério da Educação em todos os meios de comunicação, incluindo internet, jornais e a mídia televisiva.

Esta divulgação tem atingido a meta do aumento crescente no número de inscrições. Desde a sua criação em 1998, houve o aumento de aproximadamente 4.500% no número de inscritos, conforme tabela abaixo:

Tabela 4. Evolução da quantidade de inscrições - Brasil

Ano	Quantidade de inscritos
1998	157.221
1999	346.953
2000	390.180
2001	1.624.131
2002	1.829.170
2003	1.882.393
2004	1.552.316
2005	3.004.491
2006	3.742.827
2007	3.568.592
2008	4.018.070
2009	4.576.126
2010	4.611.505
2011	6.221.697
2012	6.497.466
2013	7.173.574

Fonte: Inep, elaboração própria.

No que diz respeito ao Enem destinado a pessoas privadas de liberdade, aplicado normalmente um mês após a aplicação tradicional, não ocorre o mesmo. Assim, considera-se necessário que pelos menos alguns meios de divulgação sejam utilizados para o Enem destinado a estas pessoas.

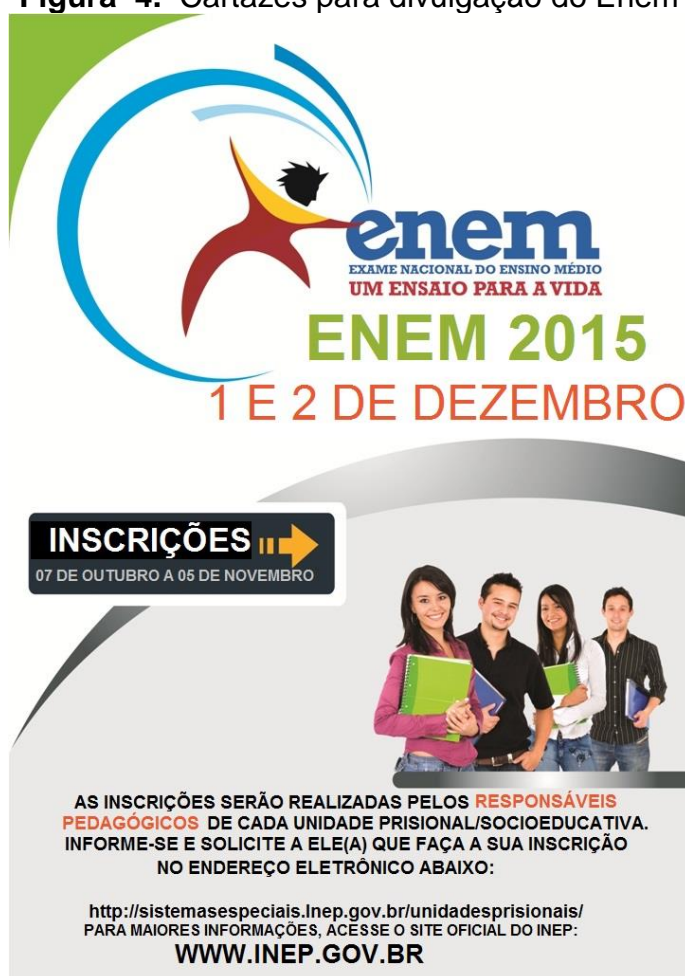
Proposta 1 – Elaboração, impressão e distribuição de cartazes explicativos.

No cumprimento de suas funções, o Inep tem sob sua responsabilidade – por meio da Unidade de Operações e Logísticas (UOL), subordinada à Diretoria de Gestão e Planejamento (DGP) – a aplicação, a produção gráfica e a distribuição dos materiais de exames e avaliações sob tutela do Ministério da Educação (INEP, 2013, pág. 39).

Para atender a particularidade do público-alvo (PPL), devem ser elaborados pela divisão de editoração do Inep e impressos, por meio da gráfica contratada para a impressão dos cadernos de provas e materiais referentes ao exame, quinhentos e cinquenta cartazes. O objetivo é divulgar o exame no interior das unidades prisionais/socioeducativas.

O número de cartazes baseia-se na quantidade de unidades prisionais/socioeducativas que aplicaram o exame no ano de 2012 (quinhentos e vinte e sete unidades prisionais/socioeducativas). Este material deve estar disponível no Inep pelo menos quarenta e cinco dias antes do início do período destinado às inscrições, já que deverão ser distribuídos aos Responsáveis Pedagógicos de cada unidade no momento em que for realizada a Reunião Técnica. Para que o objetivo da divulgação seja alcançado, os cartazes devem ser afixados em local visível, nas escolas ou espaços educacionais existentes no interior de cada unidade prisional/socioeducativa, pelo menos quinze dias antes do início do período das inscrições. O prazo é razoável para que os detentos consigam solicitar um documento de identificação aos seus familiares e, assim, realizar, por meio do Responsável Pedagógico, sua inscrição no exame. Segue sugestão para elaboração do cartaz:

Figura 4. Cartazes para divulgação do Enem



O cartaz apresenta o logo do Enem 2015, com o slogan 'EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO' e 'UM ENSAIO PARA A VIDA'. O texto principal indica a data 'ENEM 2015' e '1 E 2 DE DEZEMBRO'. Um banner preto com o texto 'INSCRIÇÕES' e uma seta amarela aponta para a direita, com o período '07 DE OUTUBRO A 05 DE NOVEMBRO' abaixo. Abaixo do banner, há uma fotografia de quatro jovens sorridentes segurando livros. O texto de base do cartaz informa que as inscrições serão realizadas pelos responsáveis pedagógicos de cada unidade prisional/socioeducativa e fornece o endereço eletrônico para mais informações: <http://sistemasespeciais.inep.gov.br/unidadesprisionais/> e o site oficial do Inep: **WWW.INEP.GOV.BR**.

Fonte: Elaboração própria, com base no modelo destinado ao Enem tradicional, publicado pelo Inep em 2012.

Proposta 2 – Palestras ministradas aos detentos pelos Responsáveis Pedagógicos

Além da divulgação por meio de cartazes, deve-se sugerir aos Diretores das unidades prisionais/socioeducativas que seja realizada uma palestra com os detentos, com o intuito de informá-los da importância do Enem e das possibilidades de utilização dos resultados que o exame oferece para aqueles que o realizam.

O encontro entre o Responsável Pedagógico e os detentos deve ocorrer na semana subsequente à Reunião Técnica realizada no Inep, para que assim os interessados em realizar o exame tenham tempo hábil para providenciar, junto a seus familiares, a documentação necessária para a inscrição no Enem. Além disso, é importante que a palestra seja ministrada logo após a Reunião, pois assim preservam-se as informações transmitidas pelo Inep.

O local apropriado seria o espaço educacional disponível em cada unidade e a pessoa designada a ministrar a palestra seria o Responsável Pedagógico, tendo em vista que o mesmo irá participar da Reunião Técnica realizada pelo Inep e estará apto a divulgar as informações e sanar as dúvidas dos detentos. A pauta da palestra poderá ser a seguinte:

Quadro 7 – Sugestão de pauta para a palestra

Pauta da palestra sobre o Enem a ser ministrada aos detentos
O que é o exame;
Finalidades do exame;
Como são feitas as inscrições;
Período de inscrições;
Gratuidade da taxa de inscrição para pessoas privadas de liberdade;
Data da realização das provas;
Data da divulgação dos resultados;
Como solicitar a certificação do Ensino Médio.

Ainda sobre materiais de divulgação publicado pelo Inep, sugere-se a correção da cartilha de Instruções para Aplicação em unidades prisionais/socioeducativas – Enem, publicada pelo Inep em 2013. As obrigações

direcionadas ao Responsável Pedagógico não correspondem exatamente às mesmas obrigações publicadas no Edital do Exame (Anexo III).

3.3 Previsão orçamentária

De acordo com o último Relatório de Gestão divulgado pelo Inep em 2013, o orçamento da autarquia, nos últimos exercícios, tem sofrido significativas alterações, sobretudo devido a constantes mudanças nas metodologias de aplicação de seus principais exames, oriundas de demandas do Ministério da Educação, aliado à constante necessidade de aprimorar e aperfeiçoar os processos relacionados (INEP, 2013, pág.98).

Como consequência, a necessidade de ajustes orçamentários têm sido uma constante no decorrer dos exercícios, apesar de o orçamento destinado ao órgão, na ocasião da elaboração das Propostas Orçamentárias, tentar refletir a real necessidade dos gastos para a execução dos exames.

Ainda de acordo com o Relatório, os valores gastos com as atividades diretamente relacionadas aos exames somam cerca de 60% do orçamento total do Inep. Dentre essas ações estão o atendimento às necessidades do Enem, quais sejam, aplicação, correios e gráfica, além da inscrição e divulgação de informações relativas aos estudantes, o que contempla a ação número 4 (campanha publicitária) proposta nesse PAE.

As propostas deste PAE não preveem, portanto, aumento nos recursos (conforme o Quadro 8), pois está centrada na alteração dos procedimentos de operacionalização da logística que antecede a aplicação do Enem. Estas ações impactarão na divulgação e implementação do exame nas unidades prisionais/socioeducativas, destinadas a menores infratores.

Quadro 8 – Ações propostas e origem dos recursos

Ação proposta	Responsável	Origem dos recursos
Reunião técnica com os Representantes Estaduais e Responsáveis Pedagógicos	Inep	Esta ação está prevista no orçamento da Diretoria de Gestão e Planejamento (DGP) do Inep. Assim, não requer

		novos recursos.
Criação dos Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos para Representantes Estaduais e Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos para Responsáveis Pedagógicos	Inep	Esta ação não requer recursos
Campanha Publicitária – palestras	Diretor da unidade prisional/socioeducativa e Responsável Pedagógico	Esta ação não requer recursos do Inep nem das unidades prisionais/socioeducativa.
Campanha Publicitária – elaboração de 550 cartazes	Inep	Esta ação está prevista no orçamento da Diretoria de Gestão e Planejamento (DGP) do Inep. Assim, não requer novos recursos.

Fonte: Elaboração própria

3.4 Sugestões de melhorias ao processo de aplicação do Enem para pessoas privadas de liberdade, elaboradas com base na experiência vivenciada enquanto membro do Banco de Observadores e Servidora do Inep.

A experiência adquirida desde 2008, ano em que a Pesquisadora ingressou no Inep como servidora efetiva, seja no exercício de suas funções, no próprio órgão ou durante as viagens a trabalho, seja através das conversas e discussões com Representantes Estaduais, Diretores de unidades prisionais e medidas socioeducativas, permite ainda que sejam levantados alguns pontos que podem ser melhorados no processo de implementação do Enem nestas unidades. São eles:

Critérios de seleção das Unidades para aplicação

- Especificar o que significa "estrutura de escola" no Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos - Diretores. Sugestão: Espaço físico coberto, sem grande movimentação de pessoas e interferências externas, que comporte a aplicação de provas, com iluminação e ventilação, com mesas individuais, e que atenda às exigências de segurança do exame, com garantia de recursos humanos suficientes para atender às demandas como processos de inscrição, realização do exame (dia da prova) e outras. Servidores do Inep devem realizar uma visita técnica antes da adesão, para averiguar se a estrutura do local atende a exigência mínima para a realização do exame na unidade.

- Caso o local não seja adequado, o Representante Estadual deve verificar juntos às autoridades competentes a possibilidade do deslocamento temporário dos internos para outra Unidade, mesmo no caso de deslocamentos de presídio feminino para presídio masculino – e vice-versa, exclusivamente para realização da prova (por meio de ordem judicial), analisada a viabilidade, razoabilidade e segurança da movimentação. Isso garantiria a igualdade de direitos, tendo em vista que os detentos não podem ser impedidos de realizar o exame por falta de espaço adequado na unidade em que cumpre pena.

Ações que visam a mobilização para a participação

- Com vistas a evitar o abuso de autoridade cometido pelos agentes penitenciários, uma medida cabível seria a inclusão do campo justificativa da ausência do participante no dia da prova, em ata, pela empresa aplicadora.

- Envio de documento por parte do Inep para o Judiciário, informando as datas dos exames. O objetivo dessa ação é evitar que audiências sejam marcadas na data do exame, impedindo que o participante realize a prova.

Cadastramento dos participantes mediante CPF

- Solicitar o CPF com antecedência, principalmente para o público de 18 a 21 anos que precisa do título eleitoral para cadastro no CPF; Caso não possua o título eleitoral, solicitar certidão circunstanciada (ofício para juiz);
- Definição de rotina específica para emissão do CPF dos privados de liberdade junto ao MJ/Receita Federal.

Melhorias no Sistema de Inscrição para os participantes privados de liberdade

- Aprimorar a capacitação dos atendentes do 0800 para Enem PPL;
- O Responsável Pedagógico da unidade deve ter um auxiliar (com acesso ao sistema via senha) para auxiliá-lo no processo de inscrição.
- Aumentar o prazo de inscrições e divulgar, preferencialmente por email, o cronograma aos envolvidos (manter prazos iguais à edição tradicional);

Definição de um procedimento padrão para entrada dos aplicadores nas unidades

- O Inep deverá encaminhar um Ofício para os órgãos de administração penitenciária e órgãos de administração socioeducativas informando os dados (nome completo, CPF e RG) dos coordenadores de aplicação da empresa aplicadora e dos representantes do Inep que acompanharão as aplicações com antecedência mínima de 10 dias. Este ofício deve ser enviado com cópia por e-mail para os centralizadores (representantes estaduais dos órgãos);
- As unidades prisionais e os unidades de medidas socioeducativas deverão fornecer ao Inep e ao consórcio acesso a telefones e computadores, para assim solucionarem eventuais problemas no dia da aplicação;
- Garantir a entrada dos malotes lacrados nas unidades prisionais e nos centros socioeducativos;

- A administração penitenciária deverá comunicar aos setores envolvidos quanto ao acesso dos aplicadores/observadores do Inep;
- A administração penitenciária deverá comunicar-se com o aplicador, apresentando-lhe contatos necessários para sua chegada à unidade prisional (telefone, e-mail etc.).
- O aplicador e o observador do Inep deverá, no prazo de 24h antes da realização da prova, comunicar-se com o Responsável Pedagógico da unidade confirmando sua presença para aplicação da prova;

Aplicação para o regime semiaberto para o sistema penitenciário

- Incluir possibilidade de inscrever também os submetidos em regime semiaberto, mediante definição de fluxo para orientação sobre os procedimentos exigidos;

Transferência entre unidades

- Evitar transferências dos privados de liberdade entre o período de inscrição e realização da prova. (Documento oficial entre Inep/Departamento Penitenciário - DEPEN).

3.5 Considerações Finais

A necessidade de se discutir medidas que visam o aprimoramento do processo de aplicação do Enem nas unidades prisionais/socioeducativas decorre da experiência vivenciada no Colégio Estadual Dona Lourdes Estivalet, localizada na penitenciária Odenir Guimarães.

Diferente de outros espaços nos quais a educação de jovens e adultos foi implantada com sucesso, a prisão precisa ser ressignificada como espaço potencialmente pedagógico e ressocializador. Mas como transformar funcionários de um presídio em pessoas comprometidas com sucesso na implementação de uma política pública? Como conscientizar os gestores das unidades prisionais da

importância de um exame como o Enem? Como transformar o conhecimento adquirido no submundo do crime em conhecimentos socialmente úteis?

O ser humano é único, por este motivo, quando se trata de implementação de políticas públicas, é necessário lidar com as singularidades. A elevação do Enem ao *status* de política pública requer agora o enfrentamento e a superação de algumas questões que são próprias e específicas do sistema penitenciário.

Conforme explicitado no Capítulo 1, a aplicação do Enem para jovens e adultos em privação de liberdade – como muitos imaginam – não é um benefício. Pelo contrário. É um direito humano subjetivo previsto na legislação internacional e também na brasileira. Além de fazer parte da proposta de política pública de execução penal, tem como objetivo contribuir para a reinserção social do preso e, principalmente, garantir o direito à igualdade previsto na Constituição Federal de 1988.

O Inep, através de uma aplicação do Enem justa e igualitária, pode contribuir para a garantia dos direitos humanos e para a ressocialização de muitos detentos, que enxergam no exame uma chance de mudar e recomeçar uma nova vida através da educação.

O objetivo deste estudo foi analisar o processo de implementação do Enem nas unidades prisionais em questão. Dentre os principais problemas identificados na avaliação das atividades dessa política, destacam-se a ausência de conscientização dos sujeitos envolvidos na aplicação do Enem nas penitenciárias e falhas em relação ao repasse de informações fornecidas pelo Inep.

Através desta pesquisa, foi possível concluir que ações podem ser elaboradas para que os problemas detectados sejam sanados ou ao menos minimizados e, assim, garantir a equidade no tratamento entre os indivíduos marginalizados e excluídos da sociedade que desejam utilizar o Enem como instrumento de transformação de suas vidas e os demais indivíduos da sociedade em geral.

A discussão sobre políticas públicas em educação, principalmente nas prisões, é ampla, complexa e deve incluir não apenas os governantes como também os agentes que se encontram nos diferentes tipos de instituições. Somente quando a problemática da educação nas prisões for compreendida como responsabilidade de toda a sociedade será possível estabelecer uma equidade entre o Enem aplicado nas prisões e o mesmo exame aplicado para os demais membros da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, Jason. *Manual de Direito Penitenciário*. Rio de Janeiro: Aide, 1993.

ALMEIDA, Luciana Maria de. *Nas trilhas do fazer e do saber a possibilidade de ser: os caminhos do trabalho e da educação na prisão*. 2009.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. 3. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. 1937.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Instruções para Aplicação em Unidades Prisionais/Socioeducativas – Enem*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/ppl/2013/manual_unidades_prisonais_enem_2013.pdf. Acesso em 30.Jul.2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Relatório de Gestão – Exercício 2012*. Disponível em http://download.inep.gov.br/gestao_inep/planejamento_e_orcamento/2012/RG_2012_inep_versao_final.pdf. 2013. Acesso em 05.Set.2014.

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: nº 9394/96. Brasília, 1996.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *O Inep ontem e hoje*. In: Um Olhar para o Mundo - Contemporaneidade de Anísio Teixeira, Rio de Janeiro, 2 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*. V.2, nº 2. Juiz de Fora, MG. 2012

CONDÉ, E. S. *Abrindo a Caixa* – Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas. 2011. Material de Apoio da Disciplina Temas de Reforma da Educação Pública II. Plataforma do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Disponível em: www.ppgp.caedufjf.net. Acesso: 10.Set.2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 03 de 15 de junho de 2010. Brasília, 2010.

DEPEN. *Perfil da População Carcerária - Brasil - DEPEN - MJ - DEZ. 2003* Disponível em <http://www.unb.br/ceam/nepem/publicacoes/populacao%20carceraria.xls> Acesso em 28.Out.2007.

DEPEN. *Sistema Prisional*. Disponível em <http://www.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm> Acesso em 28.Out.2007.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990, p. 89.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2011.

LIMA, Sílvia Peixoto de e RODRIGUEZ, Margarita Victoria. *Políticas Educacionais e Equidade: revendo conceitos*. Contra Pontos, 2008.

MAINARDES, Jefferson. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. Educação & Sociedade, vol. 27, num. 94, janeiro – abril, 2006, PP. 47-69, Centro de Estudos Educação e Sociedade.

MUAKAD, Irene Batista. *Prisão albergue: reintegração social; substitutivos penais, progressividade do regime, penas alternativas..* São Paulo/SP: Atlas, 1998.

MARCÃO, R. F. *O Sistema Penitenciário e a Crise na Execução Penal: Da Assistência*. Disponível em: http://www.memorycmj.com.br/cnep/palestras/renato_marcao.pdf. Acesso em 27 de dezembro de 2012.

MARCÃO, R. F. *Curso de Execução Penal*. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Ministério da Justiça. *Lei de Execução Penal*. Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília, 1984.

_____. Ministério da Justiça. Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), alterado pela Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008.

_____. Ministério da Justiça. Resolução nº 03, de 01 de junho de 2012. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Justiça. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994. Brasília, 1994.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Execução Penal*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997. Brasília, 1997.

_____. Presidência da República. Lei nº 10.269, de 29 de agosto de 2001. Brasília, 2001.

RODRIGUES, Anabela Miranda. *Reinserção Social: Uma Definição do Conceito*. In: Revista do Direito Penal e Criminologia, Vol. 34, Rio de Janeiro: Forense, junho/dezembro, 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SAVIANNI, Dermeval. *Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SALLA, Fernando Afonso. *As prisões em São Paulo: 1982-1940*. São Paulo: Annablume, 1999.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELLO, Marcus André Barreto de. *O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos*. Campinas: NEPP/Unicamp, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 20.Ago. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE I - APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

O presente trabalho traz a proposta de análise de uma das ações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), desenvolvida especificamente na Unidade de Operações Logísticas (UOL). A intenção é investigar o gerenciamento das ações relacionadas ao planejamento, coordenação, orientação e controle das atividades ligadas à aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL). O Enem é uma das avaliações/exames realizados pelo Inep e com vistas a garantir o previsto na Constituição Federal Brasileira, que assegura, em seu artigo nº 176, que “a educação é um direito de todos e dever do Estado”, sendo também aplicado em unidades prisionais¹⁷ e unidades de medidas socioeducativas¹⁸.

Em 2008, assumi o cargo de Pesquisadora -Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais no Inep, por meio de concurso público. Fui designada para trabalhar na Diretoria de Avaliação da Educação Básica - DAEB, onde permaneço. Desde então comecei a desempenhar funções relacionadas ao planejamento, coordenação e aplicação dos exames pelos quais a diretoria era responsável.

Em 2010, houve uma reestruturação no Inep e estas atividades passaram a ser desempenhadas pela Diretoria de Gestão e Planejamento, por meio da UOL. Por

¹⁷ Local onde adultos cumprem pena de detenção.

¹⁸ Local onde menores de 18 anos cumprem pena de detenção.

estar desempenhando funções específicas na DAEB, continuei na mesma diretoria, mas à disposição da UOL sempre que fosse necessário o acompanhamento das atividades relacionadas à aplicação dos exames.

Em 2012 foi ministrado um curso de alinhamento para os servidores interessados em desempenhar tais funções. O mesmo certificou tais servidores, que passaram a fazer parte do Banco de Observadores de Exames e Avaliações do Inep, grupo do qual faço parte. Cabe aos membros deste Banco acompanhar, *in loco*, as ações que antecedem a aplicação do exame, bem como supervisionar a aplicação, com o objetivo de verificar se o contrato estabelecido entre o Inep e a empresa contratada está sendo cumprido a rigor.

Relatórios produzidos por servidores do Banco de Observadores que acompanharam a aplicação do Enem nos estados e no Distrito Federal, na última edição do exame, indicam situações que podem estar infringindo o direito das pessoas privadas de liberdade.

Como servidora pública do órgão supracitado e membro do Banco de Observadores de Exames e Avaliações do Inep procurei, como observadora-participante, analisar as ações e procedimentos necessários à implementação das ações operacionais relacionadas a este exame para este público específico.

Neste cenário de participação direta na execução das etapas que antecedem a aplicação da prova do Enem ocorrerá a análise do meu caso gestão, que avaliará a aplicação da prova do Enem com foco na penitenciária Odenir Guimarães, localizada em Aparecida de Goiânia, estado de Goiás. O objetivo é elaborar, a partir da análise feita, propostas de ações que poderão ser praticadas pelo Inep, com vistas à garantia dos direitos destes cidadãos.

APÊNDICE II - QUESTÕES A SEREM UTILIZADAS NA ENTREVISTA COM O DIRETOR DA ESCOLA E RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO PELA PENITENCIÁRIA ODENIR GUIMARÃES:

Identificação: _____

Idade: _____

Nível de escolaridade: _____

Experiência profissional na Secretaria Municipal de Educação de Aparecida de Goiânia: _____ anos

Experiência profissional na escola da penitenciária Odenir Guimarães: _____ anos

- 1) Você considera a aplicação do Enem para os presidiários uma medida positiva? Explique.
- 2) Quantas edições do Enem para pessoas privadas de liberdade foram realizadas na penitenciária? Você já participou de quantas?
- 3) Ocorreram melhorias desde a primeira vez em que a edição do Enem foi aplicada? Se sim, quais? Se não, por quê?

Sobre o processo de aplicação do Enem, desde o momento da inscrição, até o momento da realização das provas, como ocorre o repasse de informações a escola da penitenciária?

- 4) Você considera esse repasse de informações suficientes? Por quê?
- 5) Existem problemas para a aplicação do Enem nesta penitenciária? Se sim, quais? Se não, por quê?

- 6) Existem resistências para a aplicação do Enem nesta penitenciária? Se sim, quais e por quem? Se não, por quê?
- 7) Você acredita que o número de servidores da penitenciária que auxiliam a aplicação do Enem é suficiente para que o processo seja efetivado com sucesso? Explique.
- 8) A Secretaria Municipal de Educação oferece os recursos necessários para que seja desenvolvido um plano educacional de qualidade dentro da penitenciária? Se sim como? Se não, por quê?
- 9) Como você classifica a gestão da penitenciária em relação às atividades prestadas a educação dos presidiários? Existem problemas? Se sim, quais? Se não, por quê?
- 10) Alguns inscritos se ausentaram no dia da aplicação do exame. A que você atribui esta ausência?
- 11) Você possui sugestões para melhoria do processo de aplicação do Enem nas penitenciárias.

APÊNDICE III - QUESTÕES A SEREM UTILIZADAS NO QUESTIONÁRIO COM OS DETENTOS DA PENITENCIÁRIA ODENIR GUIMARÃES:

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

1 - Sexo:

- Feminino
 Masculino
-

2 - Qual a sua idade?

- 18 a 25 anos
 26 a 30 anos
 30 a 39 anos
 Acima dos 40 anos
-

3 - Assinale a alternativa que identifica a sua cor ou raça:

- Branca
 Preta
 Parda
 Amarela
 Indígena
-

4 - Qual o seu estado civil?

- Solteiro
 Casado
 Viúvo
 Divorciado
 Outro
0
 Ensino Médio (2º Grau) incompleto
 Ensino Médio (2º Grau) completo

- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo

6 - Caso possuísse alguma ocupação anterior, qual era sua renda mensal?

- Até R\$678,00 (um salário mínimo)
 - De R\$679,00 a R\$1366,00
 - De R\$1367,00 a R\$2037,00
 - Mais de R\$2037,00
-

7 - Você possui alguma religião?

- Sim. Qual _____
 - Não
-

8 - Onde você morou por mais tempo

- Zona urbana
 - Zona rural
-

9 - Seus pais são:

- Casados
 - Separados
 - Amasiados
 - Mãe solteira
 - Pai desconhecido
-

INFORMAÇÕES SOBRE A RECLUSÃO:

10 - Artigo de condenação: _____

11 - Pena total: _____anos

12 - Pena cumprida: _____anos

13 - Exerce alguma atividade nesta Unidade?

- Sim
 - Não
 - Não, mas gostaria.
-

14 - Você é reincidente?

- sim
- não

SOBRE A PROVA DO ENEM APLICADA NESTA UNIDADE, RESPONDA:

15 - Por qual motivo você fez a prova do Enem?

- Para tentar conseguir a certificação do Ensino Médio
- Para tentar ingressar em uma universidade
- Para demonstrar bom comportamento
- Utilizar o certificado para remissão da pena

16 - Houve divulgação do Enem dentro desta Unidade?

- Sim
 - Não
-

17 - O local destinado à aplicação das provas do Enem era:

- Adequado
 - Inadequado
-

18 - A iluminação do local destinado à aplicação das provas do Enem era:

- Adequada
 - Inadequada
-

19 - O local onde foram aplicadas as provas do Enem era silencioso?

- Sim
 - Não
-

20 - As mesas e cadeiras destinadas aos participantes estavam em condições adequadas para a realização do exame?

- Sim
 - Não
-

21 - A nota obtida no Enem foi suficiente para conseguir a certificação do Ensino Médio?

- Sim
 - Não
-

22 - A nota obtida no Enem foi suficiente para conseguir ingressar em uma universidade?

() Sim

() Não

APÊNDICE IV - Entrevista realizada com o Responsável Pedagógico da Unidade Prisional

QUESTÕES A SEREM UTILIZADAS NA ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO PELA PENITENCIÁRIA ODENIR GUIMARÃES:

Identificação: Elton Brasil Linhares

Idade: 35

Nível de escolaridade: Pós Graduado

Cargo: Diretor

Tempo de experiência no cargo em que ocupa: 2 anos

Experiência profissional na escola da penitenciária Odenir Guimarães:
3 anos e 8 meses.

- 1) Você considera a aplicação do Enem para os presidiários uma medida positiva? Explique.
Sim. Acho que a sociedade precisa entender que a cadeia tem a função de restringir a liberdade do preso e não de seus direitos, como estudar, fazer cursos profissionalizante, trabalhar, mesmo porque sem esses direitos fica difícil reinserir o apenado na sociedade, e o Enem prisional possibilita uma esperança em se cursar uma universidade.
- 2) Quantas edições do Enem para pessoas privadas de liberdade foram realizadas na penitenciária? Você já participou de quantas?
Três anos. Participei somente de 1. Este número é pequeno devido as exigência das documentações na inscrição, como o CPF e a identidade, onde muitos não possuem. No ano em que participei, 2012, foi realizado o primeiro

Enem Prisional, onde as inscrições permitiam inserir o preso com o número de identificação interna no Sistema Prisional em substituição do número de identidade, porém ainda esbarramos na dificuldade do acesso ao CPF do preso, além de outros problemas como documentos falsificados.

- 3) Ocorreram melhorias desde a primeira vez em que a edição do Enem foi aplicada? Se sim, quais? Se não, por quê?

Uma das melhorias foi quanto à documentação para inscrição relatado anteriormente, a segurança exigida em edital e o dia e horário da aplicação que antes eram realizados nos fim de semana, o que impossibilitava a frequência nas provas, pois coincidia com o dia da visita e que passou a ser realizado durante a semana.

- 4) Sobre o processo de aplicação do Enem, desde o momento da inscrição, até o momento da realização das provas, como ocorre o repasse de informações à escola da penitenciária?

O Inep repassa a informação ao servidor do Sistema Penitenciário responsável pela parte de educação (No nosso caso seria o Edison), que tem como função cadastrar as unidades que ofertam educação nas prisões e os responsáveis pela inscrição dos presos, neste caso, o diretor do colégio. Após os cadastros, na data prevista em edital, são feitos as inscrições dos alunos. Confirmadas as inscrições dos alunos, imprimimos a lista de alunos que tiveram a inscrição deferida e comunicamos os alunos, entregando uma cópia da confirmação de inscrição a eles. Um dia antes da prova reforçamos aos alunos inscritos quanto ao dia e o horário de comparecimento.

- 5) Você considera esse repasse de informações suficientes? Por quê?

Não. Quanto ao cadastramento das agências prisionais, não tenho nada a falar, porém, como ocorrido em 2012, as informações de cadastro de fiscais, de aplicadores, de responsáveis pela inscrição dos alunos, entre outros, não chegava para mim e sim para o diretor do presídio, que não repassava a informação em tempo hábil, deixando tudo pra cima da hora, o que dificulta o repasse aos alunos para que consigam os documentos para realização da inscrição.

- 6) Existem problemas para a aplicação do Enem nesta penitenciária? Se sim, quais? Se não, por quê?

Os problemas que ainda persistem são, o cumprimento do horário de início e término da prova tanto por parte dos alunos quanto por parte da agência. Geralmente o almoço atrasa, os agentes demoram liberar os presos, os agentes atrasam o horário de abertura dos portões, etc.

- 7) Existem resistências para a aplicação do Enem nesta penitenciária? Se sim, quais e por quem? Se não, por quê?

Como o déficit de agentes é grande e a educação não é uma prioridade para a penitenciária então vivemos em uma constante resistência, uma constante

aflição para que tudo dê certo. Não é nada fácil qualquer tipo de atividades neste local, mas somos persistentes.

- 8) Você acredita que o número de servidores da penitenciária que auxiliam a aplicação do Enem é suficiente para que o processo seja efetivado com sucesso? Explique.

O número de alunos que participam no Enem são poucos, independente da quantidade nós já estamos ciente que não altera o número de servidores da agência.

- 9) A Secretaria de Estado da Educação oferece os recursos necessários para que seja desenvolvido um plano educacional de qualidade dentro da penitenciária? Se sim como? Se não, por quê?

Não existe um plano específico de educação nas prisões. O que é desenvolvido é uma Educação de Jovens e Adultos como em qualquer outra escola que oferece essa modalidade, o que deixa muito a desejar, pois não é possível oferecer qualidade aos detentos, sendo que não há um plano envolvendo a SEE e a SAPEJUS (Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça).

- 10) Como você classifica a gestão da penitenciária em relação às atividades prestadas a educação dos presidiários? Existem problemas? Se sim, quais? Se não, por quê?

A gestão para a escola é mínima, na verdade se não tivesse, não alteraria muita coisa para a escola. Isto devido a falta de compromisso, de planejamento e de saber qual a missão, o objetivo da escola na prisão.

- 11) Alguns inscritos se ausentaram no dia da aplicação do exame. A que você atribui esta ausência?

Os que se ausentaram foram somente aqueles que tiveram benefício para o semiaberto.

- 12) Você possui sugestões para melhoria do processo de aplicação do Enem nas penitenciárias?

Para que as coisas funcionam é preciso ter uma maior participação e interesse por parte da agência prisional, mas para isso é preciso ter conhecimento da função da escola na prisão. Se tivermos isso, os problemas diminuirão bastante.

APÊNDICE V - ANÁLISE PRELIMINAR DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PRESOS

INFORMAÇÕES PESSOAIS:

1 - Sexo:

- Feminino - 0 - 0%
 - Masculino - 12 - 100%
-

2 - Qual a sua idade?

- 18 a 25 anos - 4 - 33,3%
 - 26 a 30 anos - 2 - 16,6%
 - 30 a 39 anos - 3 - 25%
 - Acima dos 40 anos - 3 - 25%
-

3 - Assinale a alternativa que identifica a sua cor ou raça:

- Branca - 2 - 16,6%
 - Preta - 4 - 33,3%
 - Parda - 6 - 50%
 - Amarela - 0
 - Indígena - 0
-

4 - Qual o seu estado civil?

- Solteiro - 5 - 41,6%
 - Casado - 6 - 50%
 - Viúvo - 0 -
 - Divorciado - 0 -
 - Outro - 1 - 8,3%
-

5 - Qual o seu nível de escolaridade?

- () Sem escolaridade
- () Ensino Fundamental (1º Grau) incompleto – 5 – 41,6%
- () Ensino Fundamental (1º Grau) completo
- () Ensino Médio (2º Grau) incompleto – 6 - 50%
- () Ensino Médio (2º Grau) completo – 1 – 8,3%
- () Ensino Superior incompleto
- () Ensino Superior completo

6 - Caso possuísse alguma ocupação anterior, qual era sua renda mensal?

- () Até R\$678,00 (um salário mínimo) – 7 – 58,3%
- () De R\$679,00 a R\$1366,00 – 4 – 33,3%
- () De R\$1367,00 a R\$2037,00
- () Mais de R\$2037,00 – 1 – 8,3%

7 - Você possui alguma religião?

- () Sim. Qual? Católicos – 3 - 25% Evangélico – 6 - 50% Outra – 1 – 8,3%
- () Não – 2 – 16,6%

8 - Onde você morou por mais tempo

- () Zona urbana – 9 - 75%
- () Zona rural – 3 - 25%

9 - Seus pais são:

- () Casados – 3 - 25%
- () Separados – 4 – 33,3%
- () Amasiados – 1 - 8,3%
- () Mãe solteira – 3 - 25%
- () Pai desconhecido – 1 – 8,3%

INFORMAÇÕES SOBRE A RECLUSÃO:

10 - Artigo de condenação:

- Art. 157 (Roubo) – 7 – 58,3%
- Art. 33 – 3 – 25%
- Art.157 + Art. 33 – 3 - 25%
- Art. 121 – 1 – 8,3%

Art. 214 – 1 – 8,3%

11 - Pena total: _____anos

12 - Pena cumprida: _____anos

13 - Exerce alguma atividade nesta Unidade?

- () Sim – 12 - 100%
 - () Não - 0 - 0%
 - () Não, mas gostaria – 0 - 0%
-

14 - Você é reincidente?

- () sim – 10 – 83,3%
- () não – 2 – 16,6%

SOBRE A PROVA DO ENEM APLICADA NESTA UNIDADE, RESPONDA:

15 - Por qual motivo você fez a prova do Enem?

- () Para tentar conseguir a certificação do Ensino Médio – 7 – 58,3%
- () Para tentar ingressar em uma universidade – 5 – 41,6%
- () Para demonstrar bom comportamento - 0
- () Utilizar o certificado para remissão da pena - 0

16 - Houve divulgação do Enem dentro desta Unidade?

- () Sim – 12 - 100%
 - () Não – 0 - 0%
-

17 - O local destinado à aplicação das provas do Enem era:

- () Adequado – 12 - 100%
 - () Inadequado – 0 - 0%
-

18 - A iluminação do local destinado à aplicação das provas do Enem era:

- () Adequada – 11 – 91,6%
 - () Inadequada – 1 – 8,3%
-

19 - O local onde foram aplicadas as provas do Enem era silencioso?

- () Sim – 12 - 100%
- () Não – 0 - 0%

20 - As mesas e cadeiras destinadas aos participantes estavam em condições adequadas para a realização do exame?

- Sim – 10 – 83,3%
 Não – 2 – 16,6%
-

21 - A nota obtida no Enem foi suficiente para conseguir a certificação do Ensino Médio?

- Sim – 3 - 25%
 Não – 9 - 75%
-

22 - A nota obtida no Enem foi suficiente para conseguir ingressar em uma universidade?

- Sim – 1 – 8,3%
 Não – 11 – 91,6%

ANEXOS

ANEXO I - DOCUMENTOS INEP - TERMO DE ADESÃO, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS - SECRETÁRIOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SRTVS Quadra 701 Lote 12 Bloco “M” CEP: 70.340-909 Brasília, DF**

TERMO DE ADESÃO, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS APLICAÇÃO DO ENEM EM UNIDADES PRISIONAIS E SOCIOEDUCATIVAS

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza exames que visam, entre outros objetivos, diagnosticar a qualidade da educação básica brasileira. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um destes exames. Dentro deste enfoque, e para assegurar a igualdade de tratamento prevista no Caput do Artigo 5º da Constituição Federal, que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, o Inep realiza uma edição específica do Enem para os adultos submetidos a penas privativas de liberdade e jovens sob medidas socioeducativas que incluam privação de liberdade.

Dessa forma, as pessoas privadas de liberdade inseridas em unidades prisionais ou socioeducativas as quais são indicadas pelos respectivos Órgãos de

Administração, também podem participar deste exame.

Para garantir a participação na aplicação do Enem das pessoas privadas de liberdade inseridas em Unidades Prisionais ou Socioeducativas sob sua responsabilidade, apresentamos a seguir as responsabilidades e compromissos dos atores envolvidos no processo, suscitando que o presente Termo seja firmado com os **Órgãos de administração das Unidades Prisionais e/ou Socioeducativas**, para que produza os efeitos esperados:

São Responsabilidades:

- a) Dos órgãos de administração das Unidades Prisionais e/ou Socioeducativas:
 1. Firmar esse Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos para a aplicação do Enem nas respectivas Unidades;
 2. Estar ciente dos procedimentos para adesão, inscrição e aplicação do Exame bem como dos termos das portarias que o instituem e de seu respectivo Edital publicado no Diário Oficial da União;
 3. Divulgar o Exame no âmbito das Unidades Prisionais/Socioeducativas sob sua responsabilidade;
 4. Indicar as Unidades Prisionais e/ou Socioeducativas com condições e recursos à aplicação das provas do Enem (com espaço físico, coberto, silencioso, iluminação, cadeiras, mesas, recursos humanos e todas as condições para o atendimento adequado ao participante, além da garantia de segurança aos envolvidos);
 5. Indicar uma pessoa para ser o Responsável Pedagógico da Unidade, que será o responsável pelas inscrições, transferências e outros procedimentos para a aplicação do Exame;
 - 5.1 O Responsável Pedagógico deverá ser funcionário do órgão de administração prisional/socioeducativa ou da respectiva unidade prisional/socioeducativa.
 6. Manter e responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade das informações dos participantes disponibilizadas pelo Inep.
- b) Das Unidades Prisionais/Socioeducativas:
 11. Firmar Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos junto ao Inep na página eletrônica <http://sistemasespeciais.Inep.gov.br/unidadesprisionais/>, para aplicação do Exame na(s) unidade(s) sob sua responsabilidade.
 12. Providenciar local adequado para a realização do Exame dentro de sua Unidade;
 13. Assegurar acesso e segurança a todos os envolvidos na aplicação do Enem nas dependências de sua Unidade;
 14. Proceder de forma segura a inserção dos aplicadores de sala na aplicação do Exame dentro do(s) local(is) designado(s) para os participantes realizarem as provas;
 15. Manter e Resguardar o sigilo e confidencialidade das provas nos espaços sob sua responsabilidade;
 16. Responsabilizar-se por qualquer anormalidade quanto à conduta dos

participantes de sua unidade durante a realização do Exame.

- c) Do(a) Responsável Pedagógico de cada Unidade Prisional/Socioeducativa:
1. Efetuar a inscrição do PARTICIPANTE exclusivamente via Internet no endereço <http://sistemasespeciais.Inep.gov.br/unidadesprisionais/> a partir das __h__min do dia __/__/____ até __h__min do dia __/__/____, observado o horário oficial de Brasília-DF;
 2. Manter atualizado o cadastro de seus dados na página eletrônica <http://sistemasespeciais.Inep.gov.br/unidadesprisionais/>;
 3. Manter o número de inscrição do PARTICIPANTE e o CPF que são indispensáveis para o acompanhamento do processo de inscrição, para a obtenção dos resultados individuais via Internet e para a inscrição em programas de acesso ao Ensino Superior, programas de bolsa de estudos e de financiamento estudantil, entre outros programas do Ministério da Educação.
 4. Firmar o Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos junto ao Inep por meio de sistema disponibilizado na página eletrônica <http://sistemasespeciais.Inep.gov.br/unidadesprisionais/>, para aplicação do Exame na(s) unidade(s) sob sua responsabilidade;
 5. Estar ciente dos procedimentos do Exame para inscrição dos participantes bem como dos termos das portarias que instituem o Exame e de seu respectivo Edital publicado no Diário Oficial da União;
 6. Divulgar o Exame no âmbito de sua Unidade Prisional/Socioeducativa, bem como, regras, critérios, obrigações do participante e procedimentos de utilização de seus resultados descritos no edital do Exame;
 7. Manter atualizados os dados dos participantes no prazo estabelecido em edital no sistema de inscrição, estando ciente do impacto dessas informações na logística de aplicação do Exame, conforme descrito abaixo:
 - 7.1- Excluir inscrição, no caso de decretada a liberdade da pessoa privada de liberdade;
 - 7.2- Transferir inscrição, de uma Unidade para outra, dentro ou fora do estado, no caso de transferência da pessoa privada de liberdade.
 8. Informar e disponibilizar os resultados aos participantes de sua Unidade Prisional/ Socioeducativa;
 9. Solicitar à Instituição Certificadora, indicada no ato da inscrição do participante, a certificação, levando em consideração a nota obtida pelo participante, os critérios estabelecidos pelas Instituições Certificadoras e a declaração de eliminação de componentes curriculares (por área de conhecimento), se for o caso;
 - 7.1. Entregar os certificados de conclusão do Ensino Médio às pessoas privadas de liberdade, inscritas em sua Unidade Prisional/Socioeducativa, se for o caso;
 10. Viabilizar a utilização dos resultados do Exame para ingresso do participante em Universidades e para o acesso aos programas governamentais tais como Prouni e Sisu;
 11. Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade das informações dos participantes disponibilizadas pelo Inep.
- d) Do Inep:

1. Realizar os Exames e fornecer os resultados conforme disposto em Edital específico;
2. Manter um sistema de acesso disponibilizado para:
 - Cadastro das Unidades Prisionais/Socioeducativas e de seus respectivos responsáveis;
 - Inscrição dos participantes e divulgação de seus resultados;
3. Fornecer dados individuais dos participantes às Instituições Certificadoras, desde que autorizado em local apropriado no sistema de inscrição, de acordo com o edital do Exame;
4. Divulgar informações sobre o Exame.

Pelo presente instrumento, eu [NOME DO SECRETÁRIO], [CPF], afirmo que li e concordo com os itens acima elencados e com a aplicação do **Enem 2012** na(s) unidade(s) prisional (is) / socioeducativa(s) sob minha responsabilidade e com as demais orientações expressas no Edital específico para essa aplicação do Exame.

ASSINATURA

**ANEXO II - DOCUMENTOS DO INEP - TERMO DE ADESAO,
RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS - DIRETORES**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SRTVS Quadra 701 Lote 12 Bloco "M" CEP: 70.340-909 Brasília, DF.**

TERMO DE ADESÃO, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

APLICAÇÃO DO ENEM EM UNIDADES PRISIONAIS E SOCIOEDUCATIVAS

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza Exames que visam, entre outros objetivos, diagnosticar a qualidade da educação básica brasileira, e para assegurar a igualdade de tratamento prevista no Caput do Artigo 5º da Constituição Federal, em que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", o Inep realiza uma edição específica do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para os adultos submetidos a penas privativas de liberdade e jovens sob medidas socioeducativas que inclua privação de liberdade.

Podem participar deste Exame as pessoas privadas de liberdade inseridas em Unidades Prisionais ou Socioeducativas, indicadas pelos Órgãos da Administração Prisional ou Órgãos da Administração Socioeducativa de cada Unidade Federada (Estados e Distrito Federal).

Para viabilizar a realização do Enem nessas Unidades, o **responsável por cada Unidade** deve firmar o Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos com o Inep.

Nesse sentido, vossa senhoria, como **Responsável por essa Unidade** e pela

viabilização da aplicação das provas do Enem nessa Unidade, deve, portanto, aceitar e concordar com os termos apresentados abaixo:

São atribuições e compromissos da Unidade Prisional/Socioeducativa:

17. Firmar Termo de Adesão, Responsabilidades e Compromissos junto ao Inep na página eletrônica <http://sistemasespeciais.Inep.gov.br/unidadesprisionais/>, para aplicação do Exame na(s) unidade(s) sob sua responsabilidade.
18. Providenciar local adequado para a realização do Exame dentro de sua Unidade;
19. Assegurar acesso e segurança física a todos os envolvidos na aplicação do Enem nas dependências de sua Unidade;
20. Proceder de forma segura a inserção dos aplicadores de prova e dos participantes nas salas designada(s) para os participantes realizarem as provas;
21. Resguardar o sigilo e confidencialidade das provas do Exame;
22. Responsabilizar-se por qualquer anormalidade quanto à conduta dos **participantes** de sua unidade durante a realização do Exame.

São responsabilidades e compromissos do (a) Responsável Pedagógico da Unidade Prisional/Socioeducativa:

12. Efetuar a inscrição do PARTICIPANTE exclusivamente via Internet no endereço <http://sistemasespeciais.Inep.gov.br/unidadesprisionais/> a partir das __h__min do dia __/__/____ até __h__min do dia __/__/____, observado o horário oficial de Brasília-DF;
13. Manter Atualizado o cadastro de seus dados no sistema na página eletrônica <http://sistemasespeciais.Inep.gov.br/unidadesprisionais/>;
14. Manter o número de inscrição do PARTICIPANTE e o CPF que são indispensáveis para o acompanhamento do processo de inscrição, para a obtenção dos resultados individuais via Internet e para a inscrição em programas de acesso ao Ensino Superior, programas de bolsa de estudos e de financiamento estudantil, entre outros programas do Ministério da Educação.
15. Estar ciente dos procedimentos do Exame para inscrição dos participantes, bem como dos termos das portarias que instituem o Exame e de seu respectivo Edital e anexos publicados no Diário Oficial da União;
16. Divulgar o Exame no âmbito de sua Unidade Prisional/Socioeducativa, bem como regras, critérios, obrigações do participante e procedimentos de utilização de seus resultados descritos no Edital do Exame;
17. Manter atualizado os dados dos participantes no prazo estabelecido em edital, estando ciente do impacto dessas informações na logística de aplicação do Exame, conforme descrito abaixo:
 - 6.1- Excluir inscrição, no caso de soltura da pessoa privada de liberdade;

6.2- Transferir inscrição, de uma Unidade para outra, dentro ou fora do estado, no caso de transferência da pessoa privada de liberdade.

18. Informar e disponibilizar os resultados aos participantes de sua Unidade Prisional/ Socioeducativa;
19. Solicitar à Instituição Certificadora, indicada no ato da inscrição do participante, a certificação, levando em consideração a nota obtida pelo participante, os critérios estabelecidos pelas Instituições Certificadoras e a declaração de eliminação de componentes curriculares (por área de conhecimento), se for o caso;
20. Entregar os certificados de conclusão do Ensino Médio às pessoas privadas de liberdade, inscritas em sua Unidade Prisional/Socioeducativa, se for o caso;
21. Viabilizar a utilização dos resultados do Exame para ingresso do participante em Universidades e para o acesso aos programas governamentais como Prouni e Sisu;
22. Manter e responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade das informações dos participantes disponibilizadas pelo Inep.

Pelo presente instrumento, eu, [NOME DO DIRETOR], [CPF], afirmo que li e concordo com o presente Termo e com a aplicação do **Enem 2012** nas Unidades Prisionais/Socioeducativas sob minha responsabilidade, e com as demais orientações expressas no Edital específico para essa aplicação do Exame.

ANEXO III – EDITAL ENEM PPL 2012



62

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 179, sexta-feira, 14 de setembro de 2012

Copa e Cozinha, visando suprir as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Uberaba. Total de Itens Licitados: 0002. - Edital: 14/09/2012 de 08h00 às 11h00 e de 13h às 16h00 - Endereço: R. Joao Batista Ribeiro, 4000 Distrito Industrial II UBERABA - MG - Entrega das Propostas: a partir de 14/09/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/09/2012 às 08h30 site www.comprasnet.gov.br.

(SIDE - 13/09/2012) 158310-26413-2012NE800009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2012 - UASG 158310

Nº Processo: 2320000445201281. Objeto: Aquisição parcelada de Materiais de Acondicionamento e Embalagem para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro Campus Uberaba. Total de Itens Licitados: 00026. - Edital: 14/09/2012 de 08h00 às 11h00 e de 13h às 16h00 - Endereço: R. Joao Batista Ribeiro, 4000 Distrito Industrial II UBERABA - MG. Entrega das Propostas: a partir de 14/09/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/09/2012 às 08h30 site www.comprasnet.gov.br.

MARILIA MATEUS BATISTA
Pregoeira

(SIDE - 13/09/2012) 158310-26413-2012NE800009

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

EDITAL Nº 6, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012 EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM 2012

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep), no exercício de suas atribuições, conforme estabelecido o inciso VI do art. 16 do Anexo I ao Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Portaria MEC nº 807, de 18 de junho de 2010, que institui o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), torna pública a realização da edição do Enem 2012 para pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este Edital dispõe sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos da edição de 2012 do Enem para pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade, regido pela Portaria/MEC nº 807, de 18 de junho de 2010.

1.2 O Enem 2012 para pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade obedecerá ao seguinte cronograma:

1.2.1 Inscrições a partir das 10h00min do dia 15/10/2012 até às 23h59min do dia 05/11/2012, observado o horário oficial de Brasília-DF.

1.2.2 Realização das provas nos dias 04 e 05 de dezembro de 2012 (terça-feira e quarta-feira) nas Unidades Prisionais e Socioeducativas indicadas pelas Instituições constantes do item 1.6 deste edital e que tenham firmado Termo de Adesão Compromissos e Responsabilidades junto ao Inep.

1.3 O Enem 2012 para pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade é regido pela Portaria MEC nº 807, de 18 de junho de 2010 e por este Edital, que dispõe sobre as diretrizes, procedimentos e prazos do Exame.

1.4 Somente poderão ser inscrever nesta edição do Exame pessoas submetidas a penas privativas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade.

1.5 O Exame será realizado por entidade contratada pelo Inep para tal fim.

1.6 As provas serão realizadas em Unidades Prisionais e Socioeducativas indicadas pelos respectivos Órgãos de Administração Prisional e Socioeducativa de cada Unidade Federada do Brasil, de acordo com o estabelecido nos Termos de Adesão, Responsabilidades e Compromissos a serem firmados entre o Inep e os Órgãos de Administração Prisional e Socioeducativa e entre o Inep e cada Unidade Prisional e Socioeducativa.

1.7 A edição 2012 do Enem para pessoas privadas de liberdade, regulamentada por este Edital, tem como finalidade precípua a Avaliação do Desempenho Escolar e Acadêmico ao fim do Ensino Médio, em estrito cumprimento ao art. 206, VII c/c art. 209, II da Constituição Federal; art. 9º VI da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 1º, II, IV, V, VII e VIII, da Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, e Portaria MEC nº 807, de 18 de junho de 2010.

1.8 As informações obtidas a partir dos resultados do Enem serão utilizadas para:

1.8.1 Compor a avaliação de medição da qualidade do Ensino Médio no País.

1.8.2 Subsidiar a implementação de políticas públicas.

1.8.3 Citar referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio.

1.8.4 Desenvolver estudos e indicadores sobre a educação brasileira.

1.8.5 Estabelecer critérios de acesso do PARTICIPANTE a programas governamentais.

1.8.6 Constituir parâmetros para a auto avaliação do PARTICIPANTE, com vista à comunidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho.

1.9 Facultar-se-á a utilização dos resultados individuais do Enem para:

1.10.1 A certificação, pelas Instituições Certificadoras listadas no Anexo I deste Edital, no nível de conclusão do Ensino Médio, desde que observados os termos da Portaria Inep nº 144, de 24 de maio de 2012, e o disposto no inciso II, parágrafo 1º, do art. 38 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

1.10.2 A utilização como mecanismo de acesso à Educação Superior ou em processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho.

2. DA ADEÇÃO AO ENEM PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

2.1 Os órgãos de administração prisional e socioeducativa das Unidades da Federação que desejarem indicar Unidades Prisionais e Socioeducativas para aplicação do Enem deverão firmar termo de adesão, responsabilidades e compromissos junto ao Inep, no endereço eletrônico <http://sistemasespeciais.inep.gov.br/unidadesprisionais/>, a partir das 10h00min do dia 17/09/2012 até às 23h59min do dia 28/09/2012.

2.2 As Unidades Prisionais e Socioeducativas que desejarem que o Enem seja aplicado para as pessoas privadas de liberdade ou jovens sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade deverão firmar termo de adesão, responsabilidades e compromissos junto ao Inep, no endereço eletrônico <http://sistemasespeciais.inep.gov.br/unidadesprisionais/>, desde que o órgão de administração prisional ou socioeducativa a que está vinculado já tenha firmado termo de adesão junto ao Inep, observado o disposto no Item 8.2 deste Edital.

2.2.1 Em cada Unidade Prisional ou Socioeducativa indicada pelas Instituições constantes do item 1.6 deste Edital, deverá existir um RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO que:

2.2.1.1 fará as inscrições dos PARTICIPANTES e o seu acompanhamento;

2.2.1.2 acessará os resultados obtidos pelos PARTICIPANTES;

2.2.1.3 pleiteará a certificação do PARTICIPANTE, se for o caso;

2.2.1.4 pleiteará a participação do candidato no SISU, e outros programas de acesso ao Ensino Superior, se for caso; e

2.2.1.5 divulgará as informações sobre o Exame aos PARTICIPANTES, inclusive este Edital.

2.3 O RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO terá acesso ao sistema de inscrição e todas as suas funcionalidades.

3. DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO

3.1 O Inep, nos termos da legislação vigente, assegurará atendimento DIFERENCIADO aos PARTICIPANTES que deles comprovadamente necessitarem.

3.2 O PARTICIPANTE que necessite de atendimento DIFERENCIADO deverá, no ato da inscrição, por intermédio do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO, apresentar:

3.2.1 Informar, em campo próprio do sistema de inscrição, a necessidade que motiva a solicitação de atendimento de acordo com as opções apresentadas.

3.2.2 Dispor de documentos comprobatórios da situação de atendimento DIFERENCIADO declarada.

3.2.3 Estar ciente de que as informações prestadas devem ser exatas e fidedignas, sob pena de responder por crime contra a fé pública e de ser eliminado do Exame.

3.3 O atendimento DIFERENCIADO somente poderá ser solicitado por meio do sistema de inscrição.

3.3.1 Não serão aceitos outros formas de solicitação de atendimento DIFERENCIADO, tais como: via postal, telefone, fax ou correio eletrônico.

3.4 O Inep reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que estejam em necessidade do atendimento DIFERENCIADO declarado.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 Os interessados em participar do Exame deverão solicitar ao RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO da sua unidade que efetue sua inscrição no exame.

4.2 Antes de efetuar sua inscrição, o RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO deverá ler este Edital, seus anexos e atos normativos neles mencionados, e certificar-se de que o PARTICIPANTE preenche todos os requisitos exigidos para a participação no Enem e aceita todas as condições nele estabelecidas.

4.3 A inscrição será realizada exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico <http://sistemasespeciais.inep.gov.br/unidadesprisionais/>, a partir das 10h00min do dia 15/10/2012 até às 23h59min do dia 05/11/2012, horário oficial de Brasília-DF.

4.4 O PARTICIPANTE que, por intermédio do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO, prestar qualquer informação falsa ou inexata ao se inscrever no Exame ou que não satisfizer todas as condições estabelecidas neste Edital e demais instrumentos normativos, terá cancelada sua inscrição e anulados todos os atos dela decorrentes.

4.5 O Inep não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por quaisquer motivos de ordem técnica dos computadores, por falhas de comunicação, por congestionamento das linhas de comunicação, por procedimento indevido do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, sendo de responsabilidade exclusiva do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO o acompanhamento a situação da inscrição dos PARTICIPANTES sob sua responsabilidade, bem como seu local de realização das provas.

4.6 Em nenhuma hipótese será permitida a inscrição condicional ou fora do prazo.

4.7 O RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO deve garantir que o PARTICIPANTE esteja ciente de todas as informações sobre o Enem, que estão disponíveis na página do Inep, no endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br/>.

4.8 O RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO deve ter em mãos, no ato da inscrição, o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do PARTICIPANTE, documento obrigatório para a efetivação da inscrição.

5. DO PREENCHIMENTO DA INSCRIÇÃO

5.1 O RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO deverá, no ato da inscrição:

5.1.1 Informar um endereço de e-mail ou um número de telefone celular válidos. 5.1.2 Informar, se necessário, o atendimento DIFERENCIADO, em campo próprio do sistema de inscrição, de acordo com as opções apresentadas, conforme item 3 deste Edital.

5.1.3 Indicar a pretensão, quando for o caso, de utilizar os resultados do Exame para fins de CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO, indicando uma das Instituições Certificadoras listadas no Anexo I deste Edital, que estará autorizada a receber os dados cadastrais dos PARTICIPANTES e resultados para fins de certificação, nos termos do item 14 deste Edital e na Portaria Inep nº 144, de 24 de maio de 2012.

5.1.4 Verificar se a inscrição foi concluída com sucesso.

5.2 O número de inscrição e a senha deverão ser mantidos sob a guarda do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO e são indispensáveis para o acompanhamento do processo de inscrição, para a obtenção dos resultados individuais via Internet e para a inscrição em programas de acesso ao Ensino Superior, programas de bolsa de estudos e de financiamento estudantil, entre outros programas do Ministério da Educação.

5.3 A senha de acesso ao sistema é pessoal, intransferível e de inteira responsabilidade do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO.

5.3.1 A recuperação da senha será feita no endereço eletrônico <http://sistemasespeciais.inep.gov.br/unidadesprisionais/> e encaminhada ao e-mail ou celular, via SMS, informados pelo RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO no momento da inscrição.

5.4 As alterações nos dados cadastrais e na opção de língua estrangeira são permitidas apenas durante o período de inscrição estabelecido no item 1.2.1 deste Edital.

6. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

6.1 Após a confirmação da inscrição, o RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO poderá visualizar a lista de PARTICIPANTES inscritos nas unidades sob sua responsabilidade por meio da funcionalidade "Relatórios", disponível no endereço eletrônico <http://sistemasespeciais.inep.gov.br/unidadesprisionais/>.

6.2 Nos relatórios, o RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO visualizará informações tais como: número de inscrição, data, hora, local onde será realizado o Exame, indicação do auxílio ou atendimento diferenciado, língua estrangeira e solicitação de certificação, se for o caso.

7. DA ESTRUTURA DO EXAME

7.1. A edição 2012 do Enem regulamentada por este Edital será estruturada a partir da Matriz de Referência especificada no Anexo II.

7.2 O Exame será constituído de 4 (quatro) provas objetivas, contendo cada uma 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha, e uma redação.

7.3 As 4 (quatro) provas objetivas e a redação avaliarão as seguintes áreas de conhecimento do Ensino Médio e respectivos componentes curriculares:

Áreas do Conhecimento	Componentes Curriculares
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História, Geografia, Filosofia e Sociologia
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química, Física e Biologia
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação	Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação
Matemática e suas Tecnologias	Matemática

7.4 No primeiro dia de aplicação do Exame, definido no item 1.2.2, serão realizadas as provas de Ciências Humanas e suas Tecnologias e de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com duração de 4 horas e 30 minutos, contadas a partir da autorização do aplicador para início das provas.

7.5 No segundo dia de aplicação do Exame, definido no item 1.2.2, serão realizadas as provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Redação e Matemática e suas Tecnologias, com duração de 5 horas e 30 minutos, contadas a partir da autorização do aplicador para início das provas.

8. DO LOCAL DO EXAME

8.1. O Exame será realizado nas Unidades Prisionais e Socioeducativas que aderirem ao Exame, conforme item 2 deste Edital, a serem divulgadas no portal do Inep.

8.2. O Inep se reserva o direito de não realizar a aplicação dessa edição do Exame nas Unidades onde não houver condições logísticas e de segurança para aplicação bem como nas Unidades que não satisfaçam os critérios estabelecidos no Termo de Adesão, Compromissos e Responsabilidades.

9. DOS HORÁRIOS

9.1 A aplicação da edição do Enem 2012, regulamentada por este Edital, terá início às 13h00min, horário oficial de Brasília-DF, em todas as Unidades Prisionais e Socioeducativas.

9.2 No primeiro dia de realização do Exame, os PARTICIPANTES serão encaminhados aos locais de aplicação das provas às 12 horas, de acordo com o horário de Brasília-DF, não sendo permitida a entrada do PARTICIPANTE que se apresentar após o horário estipulado.



9.2.1 Às 12h05min do primeiro dia de provas será distribuído aos PARTICIPANTES o Questionário Socioeconômico e o Formulário de Respostas do Questionário Socioeconômico de preenchimento obrigatório, que devem ser devolvidos ao aplicador antes do início das provas.

9.3 No segundo dia de realização do Exame, os PARTICIPANTES serão encaminhados aos locais de aplicação das provas às 12h30min, de acordo com o horário de Brasília-DF, não sendo permitida a entrada do PARTICIPANTE que se apresentar após o horário estipulado.

9.4 A ausência do PARTICIPANTE no local e no horário de realização das provas indicado acarretará sua eliminação do dia do Exame.

9.5 Será disponibilizado, em cada sala de provas, um marcador de tempo para acompanhamento do horário restante de provas pelo PARTICIPANTE.

10 DAS ORIENTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.1 O RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO deverá disponibilizar documento de identificação do PARTICIPANTE ou cópia, preferencialmente com foto, aos aplicadores de provas.

10.2 No primeiro dia de realização do Exame, antes do início das provas, os (as) PARTICIPANTES deverão preencher o Formulário de Respostas do Questionário Socioeconômico e devolvê-lo ao aplicador.

10.3 O PARTICIPANTE somente poderá iniciar as provas após ler as instruções contidas na capa do Caderno de Questões, no Cartão-Resposta e na Folha de Redação, observada a autorização do aplicador.

10.4 O PARTICIPANTE deverá utilizar caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.

10.5 Durante a aplicação do Exame, o PARTICIPANTE não poderá, sob pena de eliminação do Exame:

10.5.1 Realizar qualquer espécie de consulta ou comunicação com outros PARTICIPANTES durante o período das provas.

10.5.2 Portar lápis, caneta de material não transparente, lapiseira, borrachas, livros, manuais, impressos, anotações e quaisquer dispositivos eletrônicos.

10.5.3 Utilizar óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro e similares.

10.6 O PARTICIPANTE não poderá, em hipótese alguma, realizar o Exame fora dos espaços físicos, das datas e dos horários definidos pelo Inep.

10.7 O PARTICIPANTE não poderá levar o seu Caderno de Questões, o seu Cartão-Resposta, sua Folha de Redação e/ou sua Folha de Rascunho ao deixar a sala de provas.

10.8 É expressamente proibido ao PARTICIPANTE receber quaisquer informações referentes ao conteúdo das provas de qualquer membro da equipe de aplicação do Exame.

10.9 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização das provas em razão de afastamento do PARTICIPANTE da sala de provas ou para preenchimento do seu Cartão-Resposta ou Folha de Redação.

10.10 Não será permitido ao PARTICIPANTE, durante a realização do Exame, fazer anotações relativas às suas respostas em qualquer meio não permitido.

11 DA CONFERÊNCIA DE DADOS E ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO

11.1 A capa do Caderno de Questões possui informações sobre a COR do Caderno de Questões e uma FRASE em destaque, e caberá obrigatoriamente ao PARTICIPANTE:

11.1.1 Marcar, no Cartão-Resposta, a opção correspondente à COR da capa do seu Caderno de Questões do respectivo dia de provas.

11.1.2 Transcrever, no Cartão-Resposta, a FRASE apresentada na capa de seu Caderno de Questões do respectivo dia de provas.

11.1.3 Assinar, nos espaços próprios, o Cartão-Resposta referente a cada dia de provas, a Folha de Redação, a Lista de Presença, a Folha de Rascunho e os demais documentos do Exame.

11.2 As respostas das provas objetivas e o texto da redação do PARTICIPANTE deverão ser transcritos, com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente, nos respectivos Cartões-Resposta e Folha de Redação, que deverão ser entregues ao aplicador da sua sala ao término das provas.

11.3 Os três últimos PARTICIPANTES presentes na sala de provas só serão liberados juntos, após assinatura da ATA DE SALA.

12 DA CORREÇÃO DAS PROVAS

12.1 Não terá as provas objetivas corrigidas, referentes a cada dia do Exame, o PARTICIPANTE que:

12.1.1 Deixar de marcar inequivocamente a COR da capa do seu Caderno de Questões no Cartão-Resposta e;

12.1.2 Deixar de transcrever a FRASE constante da capa do seu Caderno de Questões.

12.2 Somente serão consideradas para efeito de correção as redações transcritas para a Folha de Redação e as respostas efetivamente marcadas no Cartão-Resposta, sem emendas ou rasuras.

12.3 Os rascunhos e as marcações assinaladas nos Cadernos de Questões não serão considerados para fins de correção.

12.4 É imprescindível que o preenchimento do Cartão-Resposta tenha sido realizado com caneta esferográfica de tinta preta, de acordo com as instruções apresentadas, sob pena da impossibilidade de leitura óptica do Cartão-Resposta.

12.5 O cálculo das proficiências nas provas objetivas tem como base a Teoria de Resposta ao Item (TRI). O detalhamento teórico da metodologia adotada pode ser obtido no endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br/>.

12.6 A nota de redação, variando entre 0 (zero) e 1.000 (mil) pontos, será atribuída respeitando-se os critérios estabelecidos no Anexo III.

12.7 A redação será corrigida por dois corretores de forma independente.

12.7.1 Cada corretor atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências.

12.7.2 A nota total de cada corretor corresponde à soma das notas atribuídas a cada uma das competências.

12.7.3 Considera-se que existe discrepância entre dois corretores se suas notas totais diferirem por mais de duzentos (200) pontos ou se a diferença de suas notas em qualquer uma das competências for superior a oitenta (80) pontos.

12.8 A nota final da redação do PARTICIPANTE será atribuída da seguinte forma:

12.8.1 Caso não haja discrepância entre os dois corretores, a nota final do PARTICIPANTE será a média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois corretores.

12.8.2 Caso haja discrepância entre os dois corretores, haverá recurso de ofício e a redação será corrigida, de forma independente, por um terceiro corretor.

12.8.2.1 Caso não haja discrepância entre o terceiro corretor e pelo menos um dos outros dois corretores, a nota final do PARTICIPANTE será a média aritmética entre as duas notas totais que mais se aproximarem.

12.8.2.2 Na ocorrência do previsto no item 12.8.2.1 e sendo a nota total do terceiro corretor equidistante das notas totais atribuídas pelos outros dois corretores, a redação será corrigida por uma banca composta por três corretores que atribuirá a nota final do PARTICIPANTE.

12.8.2.3 Caso o terceiro corretor apresente discrepância com os outros dois corretores, haverá novo recurso de ofício e a redação será corrigida por uma banca composta por três corretores que atribuirá a nota final ao PARTICIPANTE.

12.9 Em todos as situações expressas abaixo será atribuída nota zero à redação:

12.9.1 que não atender a proposta solicitada ou que possua outra estrutura textual que não seja a do tipo dissertativo-argumentativo, o que configurará "Fuja ao tema/não atendimento ao tipo textual";

12.9.2 sem texto escrito na Folha de Redação, que será considerada "Em Branco";

12.9.3 com até 7 (sete) linhas, qualquer que seja o conteúdo, que configurará "Texto insuficiente";

12.9.3.1 linhas com cópia dos textos motivadores apresentados no Caderno de Questões serão desconsideradas para efeito de correção e de contagem do número de linhas;

12.9.4 com impróprios, desenhos e outras formas propositivas de anulação, que será considerada "Anulada".

12.10 Na correção da redação dos PARTICIPANTES surdos ou com deficiência auditiva, serão adotados mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua, de acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

12.11 Na correção da redação dos PARTICIPANTES com dislexia serão adotados mecanismos de avaliação que considerem as características linguísticas desse transtorno específico.

13 DOS RESULTADOS

13.1 Os gabaritos das provas objetivas serão divulgados na página do Inep, no endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br>, até o terceiro dia útil seguinte ao de realização das últimas provas.

13.2 Os RESPONSÁVEIS PEDAGÓGICOS poderão acessar os resultados individuais dos PARTICIPANTES do Enem 2012 de sua respectiva Unidade Prisional ou Socioeducativa, pelos relatórios disponibilizados no sistema de inscrição (<http://sistemas-especiais.inep.gov.br/unidadesprisoniais/>) mediante a inserção de sua senha pessoal.

13.3 Os PARTICIPANTES também podem acessar seus resultados individuais por meio da página do Inep <http://portal.inep.gov.br/>. A senha de acesso poderá ser obtida através do processo de recuperação de senha do sistema de inscrição, após decretada sua liberdade.

13.4 Os resultados individuais da edição do Enem 2012 não serão divulgados por outros meios de publicação ou instrumentos similares, que não o explicitado neste Edital.

13.5 A utilização dos resultados individuais do Enem para fins de certificação, seleção, classificação ou premiação não é de responsabilidade do Inep, mas da Instituição indicada pelo PARTICIPANTE por intermédio do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO.

14 DA CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO

14.1 Os resultados do Enem podem ser utilizados para fins de certificação de conclusão de Ensino Médio, a critério das Instituições Certificadoras, listadas no Anexo I deste Edital, que firmaram Acordo de Cooperação Técnica para esse fim.

14.2 Compete às Instituições Certificadoras definir os procedimentos para certificação de conclusão do Ensino Médio com base nos resultados do Enem, de acordo com a Portaria Inep nº 144, de 24 de maio de 2012.

14.3 O PARTICIPANTE que pretenda obter a certificação de conclusão do Ensino Médio deverá informar ao RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO para que o mesmo, no ato da inscrição, indique a Instituição Certificadora em que o PARTICIPANTE pleiteará a certificação.

14.4 A escolha da Instituição Certificadora não está condicionada ao local da Unidade Prisional ou Socioeducativa do PARTICIPANTE, podendo este escolher uma das opções apresentadas na inscrição.

14.5 A marcação da opção de certificação no sistema de inscrição efetuada pelo RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO implica concessão de autorização ao Inep para o envio de dados e notas obtidas no Enem 2012 para a Instituição Certificadora indicada pelo PARTICIPANTE, por intermédio do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO.

14.6 O Inep encaminhará os dados e resultados dos PARTICIPANTES do Enem 2012 às Instituições Certificadoras listadas no Anexo I deste Edital, para fins de certificação, de acordo com os critérios, diretrizes e procedimentos definidos em regulamentação específica de cada instituição.

14.7 Não compete ao Inep proceder à emissão do certificado de conclusão do Ensino Médio bem como da declaração de eliminação de componentes curriculares por área do conhecimento. Para eventuais esclarecimentos, o RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO deverá contatar a Instituição Certificadora selecionada no ato da inscrição.

15 DA UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS PARA ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

15.1 Os resultados do Enem 2012 poderão ser utilizados como mecanismo único, alternativo ou complementar de acesso à Educação Superior, bastando para tanto a adesão por parte das Instituições de Educação Superior (IES).

15.2 A adesão não supre a faculdade legal concedida aos órgãos públicos e instituições de ensino em estabelecer regras próprias de processo seletivo para ingresso na Educação Superior.

15.3 A inscrição do PARTICIPANTE do Enem em Programa governamental e em processo seletivo de ingresso a educação superior caracterizará o seu formal consentimento para a disponibilização das suas notas e informações, incluindo as do questionário socioeconômico.

15.4 O Inep encaminhará os dados e resultados dos PARTICIPANTES do Enem à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) e às Instituições de Educação Superior públicas ou privadas de acordo com os critérios, diretrizes e procedimentos definidos em regulamentação específica de cada entidade.

16 DAS OBRIGAÇÕES DO RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO E DO PARTICIPANTE

16.1 São obrigações do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO na edição regulamentada por este Edital:

16.1.1 Certificar-se de que os PARTICIPANTES preenchem todos os requisitos exigidos para a participação na edição do Enem 2012.

16.1.2 Certificar-se de todas as informações e regras, constantes deste Edital e das demais orientações que estarão disponíveis na página do Inep, no endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br/>.

16.1.3 Cumprir rigorosamente os procedimentos de inscrição estabelecidos neste Edital.

16.1.4 Manter sob sua guarda os números de inscrição dos PARTICIPANTES e CPF que são indispensáveis para o acompanhamento do processo de inscrição para a obtenção dos resultados individuais via Internet e para a inscrição em programas de acesso ao Ensino Superior, programas de bolsa de estudos e de financiamento estudantil, entre outros programas do Ministério da Educação.

16.1.4.1 A senha de acesso ao sistema é pessoal, intransferível e de inteira responsabilidade do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO.

16.1.5 Providenciar o encaminhamento dos PARTICIPANTES do ENEM 2012 aos locais de provas às 12h00min, no primeiro dia e 12h30min no segundo dia, de acordo com o horário oficial de Brasília - DF, atentando-se para o fato de que não será permitida a entrada do PARTICIPANTE que se apresentar após o horário estipulado.

16.1.6 É de inteira responsabilidade do RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO a divulgação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Enem 2012 que forem publicados no Diário Oficial da União e informados na página do Inep <http://portal.inep.gov.br/>.

16.2 São obrigações dos PARTICIPANTES do Enem na edição regulamentada por este Edital:

16.2.1 Comparecer ao local de realização das provas às 12h00min, no primeiro dia e 12h30min no segundo dia de acordo com o horário oficial de Brasília-DF.

16.2.2 Não portar lápis, lapiseira, borracha, livros, manuais, impressos, anotações, óculos escuros e quaisquer dispositivos eletrônicos.

16.2.3 Não utilizar óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro e similares.

16.2.3 Responder o Questionário Socioeconômico e transcrever suas respostas no Formulário de Respostas do Questionário Socioeconômico.

16.2.4 Iniciar as provas somente após a leitura das instruções contidas na capa do Caderno de Questões, nos Cartões-Resposta e na Folha de Redação, observada a autorização do aplicador.

16.2.5 Antes de iniciar as provas, verificar se o seu Caderno de Questões:

16.2.5.1 Contém a quantidade de questões indicadas no seu Cartão-Resposta;

16.2.5.2 Contém qualquer defeito gráfico que impossibilite a resposta às questões.

16.2.6 Ler e conferir todas as informações registradas no Caderno de Questões, no Cartão-Resposta, na Folha de Redação, na lista de presença e demais documentos do Exame.

16.2.7 Reportar exclusivamente ao aplicador da sua sala qualquer ocorrência em relação ao seu Caderno de Questões, Cartões-Resposta e Folha de Redação, para que ele tome as providências cabíveis, no momento da aplicação da prova.

16.2.8 Não realizar qualquer espécie de consulta ou comunicação com outro PARTICIPANTE, durante a realização da prova, sob pena de eliminação do Exame.



64

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 179, sexta-feira, 14 de setembro de 2012

16.2.9 Marcar a opção correspondente à cor da capa do seu Caderno de Questões no respectivo Cartão-Resposta para fins de correção.

16.2.10 Transcrever a frase apresentada na capa do seu Caderno de Questões no respectivo Cartão-Resposta.

16.2.11 Transcrever as respostas das provas objetivas e a redação, exclusivamente, nos respectivos Cartões-Resposta e Folha de Redação, de acordo com as instruções contidas nesses instrumentos.

16.2.12 É imprescindível utilizar caneta estilográfica de tinta preta fabricada em material transparente, sob pena da impossibilidade de leitura óptica do Cartão-Resposta.

16.2.14 Não levar o seu Caderno de Questões, Cartão-Resposta, Folha de Redação, Folha de Rascunho e o Questionário Socioeconômico, ao deixar a sala de provas.

16.2.15 O PARTICIPANTE não poderá, em hipótese alguma, realizar o Exame fora dos espaços físicos, datas e horários definidos pelo Inep.

16.2.16 Observar e cumprir as determinações do aplicador de sala, instruções contidas na capa do Caderno de Questões, Cartão-Resposta e na Folha de Redação durante a realização da prova, sob pena de eliminação do Exame.

17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O Inep fornecerá Boletim Individual de Resultado do Enem 2012 que poderá ser acessado pelo RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO de cada Unidade Prisional ou Socioeducativa ou pelo próprio PARTICIPANTE em caso de liberdade decretada conforme especificado no item 15.3 deste edital e demais instrumentos normativos.

17.2 O Inep não fornecerá atestados, certificados ou certidões relativas à classificação ou nota dos PARTICIPANTES.

17.3 Será excluído do Exame o PARTICIPANTE que:

17.3.1 Prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, sem prejuízo de demais penalidades previstas em lei.

17.3.2 Perturbar, de qualquer modo, a ordem no local de aplicação das provas, incorrendo em comportamento indevido durante a realização do Exame.

17.3.3 Comunicar-se, durante as provas, com outro PARTICIPANTE, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma.

17.3.4 Portar qualquer tipo de equipamento eletrônico e de comunicação durante a realização do Exame.

17.3.5 Utilizar ou tentar utilizar meio fraudulento em benefício próprio ou de terceiros, em qualquer etapa do Exame, sem prejuízo de demais penalidades previstas em lei.

17.3.6 Utilizar livros, notas ou impressos durante a realização do Exame.

17.3.7 Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um aplicador.

17.3.8 Não entregar ao aplicador o Caderno de Questões, Cartão-Resposta, a Folha de Redação e a Folha de Rascunho ao terminar as provas.

17.3.9 Ausentar-se da sala de provas com o Cartão-Resposta, com a Folha de Redação e/ou Folha de Rascunho.

17.3.10 Não atender as orientações da equipe de aplicação durante a realização do Exame.

17.3.11 Violar quaisquer das vedações constantes do item 10.5.

17.4 A inscrição do PARTICIPANTE implica a aceitação das disposições, das diretrizes e dos procedimentos do Enem 2012 contidos neste Edital.

17.5 Os casos omissos e eventuais dúvidas referentes a este Edital serão resolvidos e esclarecidos pelo Inep.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

ANEXO I

INSTITUIÇÕES CERTIFICADORAS

	Secretarias de Estado de Educação
	1 Secretária de Estado de Educação do Acre
	2 Secretária de Estado de Educação de Alagoas
	3 Secretária de Estado de Educação de Amazonas
	4 Secretária de Estado de Educação do Amapá
	5 Secretária de Estado de Educação da Bahia
	6 Secretária de Estado de Educação do Ceará
	7 Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal
	8 Secretária de Estado de Educação do Espírito Santo
	9 Secretária de Estado de Educação do Goiás
	10 Secretária de Estado de Educação do Maranhão
	11 Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais
	12 Secretária de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul
	13 Secretária de Estado de Educação do Mato Grosso
	14 Secretária de Estado de Educação do Pará
	15 Secretária de Estado de Educação da Paraíba
	16 Secretária de Estado de Educação de Pernambuco
	17 Secretária de Estado de Educação do Piauí
	18 Secretária de Estado de Educação do Paraná
	19 Secretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro
	20 Secretária de Estado de Educação do Rio Grande do Norte
	21 Secretária de Estado de Educação de Rondônia
	22 Secretária de Estado de Educação de Roraima
	23 Secretária de Estado de Educação do Rio Grande do Sul
	24 Secretária de Estado de Educação de Santa Catarina
	25 Secretária de Estado de Educação de Sergipe
	26 Secretária de Estado de Educação de São Paulo
	27 Secretária de Estado de Educação de Tocantins
	Institutos Federais

1	AC INSTITUTO FEDERAL DO ACRE CAMPUS AVANÇADO XAPURI
2	AC INSTITUTO FEDERAL DO ACRE CAMPUS CRUZEIRO DO SUL
3	AC INSTITUTO FEDERAL DO ACRE CAMPUS RIO BRANCO
4	AC INSTITUTO FEDERAL DO ACRE CAMPUS SENA MADUREIRA
5	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS ARAPIRACA
6	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS AVANÇADO DE MURICI
7	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS AVANÇADO DE SANTANA DO IPANEMA
8	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS AVANÇADO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS
9	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MACEIO
10	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MARAGOGI
11	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS MARECHAL DEODORO
12	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS PALMEIRA DOS INDIOS
13	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS PENEDO
14	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS PIRANHAS
15	AL INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS CAMPUS SATUBA
16	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS - CAMPUS LÁBREA
17	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS - CAMPUS MAUES
18	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS - CAMPUS PARINTINS
19	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS - CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO
20	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS - CAMPUS TABATINGA
21	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS CAMPUS COARI
22	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS CAMPUS MANAUS - CENTRO
23	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS CAMPUS MANAUS - DISTRITO INDUSTRIAL
24	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS CAMPUS MANAUS - ZONA LESTE
25	AM INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
26	AP INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ CAMPUS LARANIAL DO JARI
27	AP INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ CAMPUS MACAPÁ
28	BA INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS BOM JESUS DA LAJA
29	BA INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS CATU
30	BA INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS GUANAMBI
31	BA INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS ITAPETINGA
32	BA INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS SANTA INÊS
33	BA INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS SENHOR DO BONFIM
34	BA INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS
35	BA INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS URUCUCA
36	BA INSTITUTO FEDERAL BAIANO CAMPUS VALENÇA
37	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS DE IRECE
38	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS FEIRA DE SANTANA
39	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS ILHÉUS
40	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS JACOBINA
41	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS JEQUIÊ
42	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS PAULO AFONSO
43	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA - CAMPUS SEABRA
44	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS AVANÇADO GOVERNADOR MANGABEIRA
45	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS BARREIRAS
46	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS CAMAÇARI
47	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS EUÂNAPOLIS
48	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS PORTO SEGURO
49	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS SALVADOR
50	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS SANTO AMARO

51	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS SIMÕES FILHO
52	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS VALENÇA-TENTO
53	BA INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA
54	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS ACARÁ
55	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS AVANÇADO DE JAGUARIBE
56	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS BATURITE
57	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ - CAMPUS TIANGUÁ
58	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS AVANÇADO ARAÇATI
59	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS AVANÇADO CAMOCIM
60	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS AVANÇADO CAUCAIA
61	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS AVANÇADO DE TAUA
62	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS AVANÇADO MORADA NOVA
63	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS AVANÇADO TABULEIRO DO NORTE
64	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS AVANÇADO UBAJARA
65	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS CAININDÉ
66	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS CEDRO
67	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS CRATELUS
68	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS CRATO
69	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS FORTALEZA
70	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS IGUAU
71	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE
72	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE
73	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS MARACANAÚ
74	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS QUIXADÁ
75	CE INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ CAMPUS SOBRAL
76	DF INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS BRASÍLIA
77	DF INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS GAMA
78	DF INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS PLANALTA
79	DF INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS RIACHO FUNDO I
80	DF INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS SAMAMBAIA
81	DF INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS SÃO SEBASTIÃO
82	DF INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS TAGUATINGA
83	DF INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS TAGUATINGA CENTRO
84	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ALEGRE
85	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ARACRUZ
86	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM
87	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS CARIACICA
88	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS COLATINA
89	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS GUARAPARI
90	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS IBATIBA
91	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ITAPINA
92	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS LINHARES
93	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS NOVA VENÉCIA
94	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS PIUMA
95	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS SANTA TERESA
96	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS SÃO MATEUS
97	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS SERRA
98	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE
99	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS VILA VELHA
100	ES INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS VITÓRIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/educacao/ckck.html>, pelo código 00032012091400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



101 GO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ANAPÓLIS	151 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS CAMPUS AVANÇADO PASSOS	201 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS PRINCESA IZABEL
102 GO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS FORMOSA	152 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS CAMPUS INCONFIDENTES	202 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS SOUSA
103 GO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA	153 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS CAMPUS MACHADO	203 PE INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA
104 GO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS INHUMAS	154 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS CAMPUS MUZAMBINHO	204 PE INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS BARRIÉROS
105 GO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS ITUMBARA	155 MG INSTITUTO FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO CAMPUS ITUIUTABA	205 PE INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS BELO JARDIM
106 GO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS JATAÍ	156 MG INSTITUTO FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO CAMPUS PARACATU	206 PE INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS CARUARU
107 GO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS LUZIANIA	157 MG INSTITUTO FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO CAMPUS UBERABA	207 PE INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS GARANHUNS
108 GO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS URUAÇU	158 MG INSTITUTO FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO CAMPUS UBERLÂNDIA	208 PE INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS IPOJUCA
109 GO INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS CERES	159 MG INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS CAMPUS AVANÇADO DE SÃO JOÃO DEL REI	209 PE INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS PESQUEIRA
110 GO INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS IPORÁ	160 MG INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS CAMPUS MURIAE	210 PE INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS RECIFE
111 GO INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS MORRINHOS	161 MG INSTITUTO FEDERAL TRIANGULO MINEIRO - CAMPUS AVANÇADO UBERLÂNDIA	211 PE INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO CAMPUS VITORIA DO SANTO ANTAO
112 GO INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS RIO VERDE	162 MG INSTITUTO FEDERAL TRIANGULO MINEIRO CAMPUS AVANÇADO PATROCÍNIO	212 PE INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO CAMPUS FLORESTA
113 GO INSTITUTO FEDERAL GOIANO CAMPUS URUATÁ	163 MS INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS AQUIDAUANA	213 PE INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO CAMPUS GRUCURI
114 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS AÇAILÂNDIA	164 MS INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS COLUMBA	214 PE INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO CAMPUS PETROLINA
115 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS ALCANTARA	165 MS INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS COXIM	215 PE INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL
116 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS BACABAL	166 MS INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS NOVA ANDRADINA	216 PE INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO CAMPUS SALGUEIRO
117 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS BARRA DO CORDA	167 MS INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS PONTA PORÁ	217 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS ANGICAL
118 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS BARREIRINHAS	168 MS INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS TRES LAGOAS	218 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS AVANÇADO DE SÃO JOAO DO PIAUI
119 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS BURITICUPU	169 MS INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL CAMPUS CAMPO GRANDE	219 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS AVANÇADO PEDRO II
120 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS CAXIAS	170 MT INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS BARRA DO GARÇA	220 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS CORRENTE
121 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS CODÓ	171 MT INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CACERES	221 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS FLORIANO
122 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS IMPERATRIZ	172 MT INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS CAMPO NOVO DO PARECIS	222 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS PARNAÍBA
123 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS PINHEIRO	173 MT INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS GUIARA	223 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS PAULISTANA
124 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS SANTA INÊS	174 MT INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS PONTES E LACERDA	224 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS PICOS
125 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS	175 MT INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS RONDONÓ-POLIS	225 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS PIPIRIPÍ
126 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS SÃO LUIS MARACANA	176 MT INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO CAMPUS SÃO VICENTE	226 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO
127 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS SÃO LUIS MONTE CASTELO	177 MT INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS BELA VISTA	227 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS TERESINA CENTRAL
128 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS SÃO LUIZ CENTRO HISTORICO	178 MT INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS CONRÉIA	228 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS TERESINA ZONA SUL
129 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	179 MT INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS JUINA	229 PI INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS URUCUI
130 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS TIMON	180 MT INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO CAMPUS SORRISO	230 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS AVANÇADO ASSIS CHATEAUBRIAND
131 MA INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS ZÉ DOCA	181 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS ABAETETUBA	231 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS AVANÇADO CAMPO LARGO
132 MG INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS BAMBUI	182 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS ALTAMIRA	232 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS AVANÇADO CASCAVEL
133 MG INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS CONGONHAS	183 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS BELÉM	233 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS AVANÇADO IRATI
134 MG INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS FORMIGA	184 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS BRAGANÇA	234 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS AVANÇADO MATOPORA
135 MG INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS GOVERNADOR VALADARES	185 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS BREVES	235 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS AVANÇADO LONDRINA
136 MG INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS OUTRO PRETO	186 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS CASTANHAL	236 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS AVANÇADO PALMAS
137 MG INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA	187 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	237 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS CURITIBA
138 MG INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS ALMENARA	188 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS ITAITUBA	238 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS FOZ DO IGUAÇU
139 MG INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS CAMPUS ARACUAÍ	189 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS MARABÁ INDUSTRIAL	239 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS JACAREZINHO
140 MG INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS CAMPUS ARINOS	190 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS MARABÁ RURAL	240 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PARANAGUÁ
141 MG INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS CAMPUS JANUÁRIA	191 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS SANTARÉM	241 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PARANAVÁ
142 MG INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS CAMPUS MONTES CLAROS	192 PA INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ CAMPUS TUCURUÍ	242 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS TELEMACO BORBA
143 MG INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS CAMPUS PIRAPORA	193 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS GUARABIRA	243 PR INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS UMUARAMÁ
144 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS CAMPUS SALINAS	194 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS CABEDELO	244 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS AVANÇADO DE ARAIAJ DO CABO
145 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS CAMPUS AVANÇADO SANTOS DUMONT	195 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS CAJAZEIRAS	245 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS AVANÇADO DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
146 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS CAMPUS BARBACENA	196 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS CAMPINA GRANDE	246 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS DUCQUE DE CAXIAS
147 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS CAMPUS JUIZ DE FORA	197 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS JOÃO PESSOA	247 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS NILOPOLIS
148 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS CAMPUS RIO POMBA	198 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS MONTEIRO	248 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS PARACAMBI
149 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS - CAMPUS AVANÇADO POÇOS DE CALDAS	199 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS PATOS	249 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS PINHEIRAL
150 MG INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS - CAMPUS AVANÇADO POUSO ALEGRE	200 PB INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA CAMPUS PICUI	250 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS REALENGO



251 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS RIO DE JANEIRO
252 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS SÃO GONÇALO
253 RJ INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS VOLTA REDONDA
254 RJ INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS AVANÇADO DE QUISSAMA
255 RJ INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS BOM JESUS DE ITABAPOANA
256 RJ INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS CABO FRIO
257 RJ INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS CAMPOS-CENTRO
258 RJ INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS CAMPOS-GLIARUS
259 RJ INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS ITAPERUNA
260 RJ INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE CAMPUS MACAÉ
261 RJ INSTITUTO OSWALDO CRUZ / FIOCRUZ
262 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS APODI
263 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS AVANÇADO DA CIDADE ALTA
264 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS AVANÇADO DE NOVA CRUZ
265 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS AVANÇADO PARNAMIRIM
266 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS CAICO
267 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS CURRAIS NOVOS
268 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS PANGUACU
269 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS JOÃO CÂMARA
270 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS MACAU
271 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS MOSSORÓ
272 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS NATAL CENTRAL
273 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS NATAL ZONA NORTE
274 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS PAU DOS FERROS
275 RN INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CAMPUS SANTA CRUZ
276 RN INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA - CAMPUS AVANÇADO PORTO VELHO
277 RO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS ARIJOEMES
278 RO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS AVANÇADO DE CACOAL
279 RO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS COLORADO DO OESTE
280 RO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS JI - PARANÁ
281 RO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS PORTO VELHO
282 RO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS VILHENA
283 RR INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA CAMPUS BOA VISTA
284 RR INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA CAMPUS DE AMAJARI
285 RR INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA CAMPUS NOVO PARAÍSO
286 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS BENTO GONÇALVES
287 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS CANGOAS
288 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS CAXIAS DO SUL
289 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS ERECHIM
290 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS OSO-RIO
291 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS PORTO ALEGRE
292 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS RESTINGA
293 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS RIO GRANDE
294 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS SERTÃO
295 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NÚCLEO AVANÇADO DE FARROUPILHA
296 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NÚCLEO AVANÇADO DE FELIZ
297 RS INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NÚCLEO AVANÇADO DE IBIRUBÁ
298 RS INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS ALEGRETE
299 RS INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS
300 RS INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI
301 RS INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS SANTA ROSA

302 RS INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS SANTO AUGUSTO
303 RS INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS SAO BORJA
304 RS INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL
305 RS INSTITUTO FEDERAL FARROUENSE - CAMPUS AVANÇADO DE SANTANA DO LIVRAMENTO
306 RS INSTITUTO FEDERAL SUL- RIO- GRANDENSE CAMPUS BAGE
307 RS INSTITUTO FEDERAL SUL RIO GRANDENSE CAMPUS VENÂNCIO AIRES
308 RS INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS CAMAQUÁ
309 RS INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS CHARQUEADAS
310 RS INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS PASSO FUNDO
311 RS INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS PELOTAS
312 RS INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA
313 RS INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS SAPUCAIA DO SUL
314 SC INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS ARAQUARI
315 SC INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS AVANÇADO DE IBIRAMA
316 SC INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS AVANÇADO DE LUZERNA
317 SC INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS CAMBORIÚ
318 SC INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS CONCÓRDIA
319 SC INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS RIO DO SUL
320 SC INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS SOMBRIO
321 SC INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS VIDEIRA
322 SC INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL
323 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS ARAKANGUÁ
324 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS AVANÇADO CAÇADOR
325 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS AVANÇADO GAROPABA
326 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS AVANÇADO JARAGUÁ DO SUL - GERALDO ERINGHAUS
327 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS AVANÇADO PALHOÇA-BILINGUE
328 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS AVANÇADO URUPEMA
329 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS AVANÇADO XANXERÊ
330 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS CANOINHAS
331 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS CHAPECO
332 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS CRICIÚMA
333 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS FLORIANÓPOLIS
334 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS FLORIANÓPOLIS - CONTINENTE
335 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS GASPAR
336 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS ITAJAI
337 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS JARAGUÁ DO SUL
338 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS JOINVILLE
339 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS LAGES
340 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS SÃO JOSÉ
341 SC INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE
342 SE INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS ARACAJU
343 SE INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS ESTÂNCIA
344 SE INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS ITABAIANA
345 SE INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS LAGARTO
346 SE INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS NOSSA SENHORA DA GLÓRIA
347 SE INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO
348 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS ARARAQUARA
349 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS AVANÇADO BOITUVA
350 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS AVANÇADO CAPIVARI

351 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS AVANÇADO DE MATÃO
352 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS AVARÉ
353 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS BARRETOS
354 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS BIRIGUI
355 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS BRAGANÇA
356 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS CAMPOS DO JORDÃO
357 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS CARAGUATUBA
358 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS CATANDUVA
359 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS CUBATÃO
360 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS GUARULHOS
361 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS HORTOLÂNDIA
362 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS ITAPETINGA
363 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS PIRACICABA
364 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO
365 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS SAÍTO
366 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS SÃO CARLOS
367 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS SÃO JOÃO DA BOA VISTA
368 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS SÃO PAULO
369 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS SÃO ROQUE
370 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS SERTÃOZINHO
371 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS SUZANO
372 SP INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO CAMPUS VOTUPORANGA
373 TO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS - CAMPUS GURUPI
374 TO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS ARAGUAINA
375 TO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS ARUAJUA
376 TO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS PALMAS
377 TO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS
378 TO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS PORTO NACIONAL

ANEXO II

Matriz de Referência
EIXOS COGNITIVOS (comuns a todas as áreas de conhecimento)
I. Dominar linguagens (DL): dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
II. Compreender fenômenos (CF): construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
IV. Construir argumentação (CA): relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.
Matriz de Referência de Línguas, Códigos e suas Tecnologias
Competência de área 1 - Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.
H1 - Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação.
H2 - Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais.
H3 - Relacionar informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas.
H4 - Reconhecer posições críticas aos usos sociais que são feitos das linguagens e dos sistemas de comunicação e informação.
Competência de área 2 - Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais.
H5 - Associar vocábulos e expressões de um texto em LEM ao seu tema.



H6 - Utilizar os conhecimentos da LEM e de seus mecanismos como meio de ampliar as possibilidades de acesso a informações, tecnologias e culturas.

H7 - Relacionar um texto em LEM, as estruturas linguísticas, sua função e seu uso social.

H8 - Reconhecer a importância da produção cultural em LEM como representação da diversidade cultural e linguística.

Competência de área 3 - Compreender e usar a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade.

H9 - Reconhecer as manifestações corporais de movimento como originárias de necessidades cotidianas de um grupo social.

H10 - Reconhecer a necessidade de transformação de hábitos corporais em função das necessidades cinestésicas.

H11 - Reconhecer a linguagem corporal como meio de interação social, considerando os limites de desempenho e as alternativas de adaptação para diferentes indivíduos.

Competência de área 4 - Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade.

H12 - Reconhecer diferentes funções da arte, do trabalho da produção dos artistas em seus meios culturais.

H13 - Analisar as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos.

H14 - Reconhecer o valor da diversidade artística e das interrelações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos.

Competência de área 5 - Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.

H15 - Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico, social e político.

H16 - Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentos de construção do texto literário.

H17 - Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional.

Competência de área 6 - Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação.

H18 - Identificar os elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.

H19 - Analisar a função da linguagem predominante nos textos em situações específicas de interação.

H20 - Reconhecer a importância do patrimônio linguístico para a preservação da memória e da identidade nacional.

Competência de área 7 - Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.

H21 - Reconhecer em textos de diferentes gêneros, recursos verbais e não verbais utilizados com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos.

H22 - Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.

H23 - Inferir em um texto quais são os objetivos de seu produtor e quem é seu público-alvo, pela análise dos procedimentos argumentativos utilizados.

H24 - Reconhecer no texto estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a intimidação, sedução, conação, chantagem, entre outras.

Competência de área 8 - Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

H25 - Identificar, em textos de diferentes gêneros, as marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro.

H26 - Relacionar as variedades linguísticas a situações específicas de uso social.

H27 - Reconhecer os usos da norma padrão da língua portuguesa nas diferentes situações de comunicação.

Competência de área 9 - Entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida pessoal e social, no desenvolvimento do conhecimento, associando-os aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte, às demais tecnologias, aos processos de produção e aos problemas que se propõem solucionar.

H28 - Reconhecer a função e o impacto social das diferentes tecnologias da comunicação e da informação.

H29 - Identificar pela análise de suas linguagens, as tecnologias da comunicação e da informação.

H30 - Relacionar as tecnologias da comunicação e da informação ao desenvolvimento das sociedades e ao conhecimento que elas produzem.

Matriz de Referência de Matemática e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Construir significados para os números naturais, inteiros, racionais e reais.

H1 - Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representações dos números e operações - naturais, inteiros, racionais ou reais.

H2 - Identificar padrões numéricos ou princípios de contagem.

H3 - Resolver situação-problema envolvendo conhecimentos numéricos.

H4 - Avaliar a razoabilidade de um resultado numérico na construção de argumentos sobre afirmações quantitativas.

H5 - Avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos numéricos.

Competência de área 2 - Utilizar o conhecimento geométrico para realizar a leitura e a representação da realidade e agir sobre ela.

H6 - Interpretar a localização e a movimentação de pessoas/objetos no espaço tridimensional e sua representação no espaço bidimensional.

H7 - Identificar características de figuras planas ou espaciais.

H8 - Resolver situação-problema que envolva conhecimentos geométricos de espaço e forma.

H9 - Utilizar conhecimentos geométricos de espaço e forma na seleção de argumentos propostos como solução de problemas do cotidiano.

Competência de área 3 - Construir noções de grandezas e medidas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano.

H10 - Identificar relações entre grandezas e unidades de medida.

H11 - Utilizar a noção de escalas na leitura de representação de situação do cotidiano.

H12 - Resolver situação-problema que envolva medidas de grandezas.

H13 - Avaliar o resultado de uma medição na construção de um argumento consistente.

H14 - Avaliar proposta de intervenção na realidade utilizando conhecimentos geométricos relacionados a grandezas e medidas.

Competência de área 4 - Construir noções de variação de grandezas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano.

H15 - Identificar a relação de dependência entre grandezas.

H16 - Resolver situação-problema envolvendo a variação de grandezas, diretas ou inversamente proporcionais.

H17 - Analisar informações envolvendo a variação de grandezas como recurso para a construção de argumentação.

H18 - Avaliar propostas de intervenção na realidade envolvendo variação de grandezas.

Competência de área 5 - Modelar e resolver problemas que envolvem variáveis socioeconômicas e técnico-científicas, usando representações algébricas.

H19 - Identificar representações algébricas que expressem a relação entre grandezas.

H20 - Interpretar gráfico cartesiano que represente relações entre grandezas.

H21 - Resolver situação-problema cuja modelagem envolva conhecimentos algébricos.

H22 - Utilizar conhecimentos algébricos/geométricos como recurso para a construção de argumentação.

H23 - Avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos algébricos.

Competência de área 6 - Interpretar informações de natureza científica e social obtidas da leitura de gráficos e tabelas, realizando previsão de tendência, extrapolação, interpolação e interpretação.

H24 - Utilizar informações expressas em gráficos ou tabelas para fazer inferências.

H25 - Resolver problema com dados apresentados em tabelas ou gráficos.

H26 - Analisar informações expressas em gráficos ou tabelas como recurso para a construção de argumentos.

Competência de área 7 - Compreender o caráter aleatório e não determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculos de probabilidade para interpretar informações de variáveis apresentadas em uma distribuição estatística.

H27 - Calcular medidas de tendência central ou de dispersão de um conjunto de dados expressos em uma tabela de frequências de dados agrupados (não em classes) ou em gráficos.

H28 - Resolver situação-problema que envolva conhecimentos de estatística e probabilidade.

H29 - Utilizar conhecimentos de estatística e probabilidade como recurso para a construção de argumentação.

H30 - Avaliar propostas de intervenção na realidade utilizando conhecimentos de estatística e probabilidade.

Matriz de Referência de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Compreender as ciências naturais e as tecnologias a elas associadas como construções humanas, percebendo seus papéis nos processos de produção e no desenvolvimento econômico e social da humanidade.

H1 - Reconhecer características ou propriedades de fenômenos ondulatórios ou oscilatórios, relacionando-os a seus usos em diferentes contextos.

H2 - Associar a solução de problemas de comunicação, transporte, saúde ou outro com o correspondente desenvolvimento científico e tecnológico.

H3 - Confrontar interpretações científicas com interpretações baseadas no senso comum, ao longo do tempo ou em diferentes culturas.

H4 - Avaliar propostas de intervenção no ambiente, considerando a qualidade da vida humana ou medidas de conservação, recuperação ou utilização sustentável da biodiversidade.

Competência de área 2 - Identificar a presença e aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais em diferentes contextos.

H5 - Dimensionar circuitos ou dispositivos elétricos de uso cotidiano.

H6 - Relacionar informações para compreender manuais de instalação ou utilização de aparelhos, ou sistemas tecnológicos de uso comum.

H7 - Selecionar testes de controle, parâmetros ou critérios para a comparação de materiais e produtos, tendo em vista a defesa do consumidor, a saúde do trabalhador ou a qualidade de vida.

Competência de área 3 - Associar intervenções que resultam em degradação ou conservação ambiental a processos produtivos e sociais e a instrumentos ou ações científico-tecnológicos.

H8 - Identificar etapas em processos de obtenção, transformação, utilização ou reciclagem de recursos naturais, energéticos ou matérias-primas, considerando processos biológicos, químicos ou físicos neles envolvidos.

H9 - Compreender a importância dos ciclos biogeoquímicos ou do fluxo de energia para a vida, ou da ação de agentes ou fenômenos que podem causar alterações nesses processos.

H10 - Analisar perturbações ambientais, identificando fontes, transporte e/ou destino dos poluentes ou prevendo efeitos em sistemas naturais, produtivos ou sociais.

H11 - Reconhecer benefícios, limitações e aspectos éticos da biotecnologia, considerando estruturas e processos biológicos envolvidos em produtos biotecnológicos.

H12 - Avaliar impactos em ambientes naturais decorrentes de atividades sociais ou econômicas, considerando interesses conflitantes.

Competência de área 4 - Compreender intervenções entre organismos e ambiente, em particular aquelas relacionadas à saúde humana, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais e características individuais.

H13 - Reconhecer mecanismos de transmissão da vida, prevendo ou explicando a manifestação de características dos seres vivos.

H14 - Identificar padrões em fenômenos e processos vitais dos organismos, como manutenção do equilíbrio interno, defesa, relações com o ambiente, sexualidade, entre outros.

H15 - Interpretar modelos e experimentos para explicar fenômenos ou processos biológicos em qualquer nível de organização dos sistemas biológicos.

H16 - Compreender o papel da evolução na produção de padrões e processos biológicos ou na organização taxonômica dos seres vivos.

Competência de área 5 - Entender métodos e procedimentos próprios das ciências naturais e aplicá-los em diferentes contextos.

H17 - Relacionar informações apresentadas em diferentes formas de linguagem e representação usadas nas ciências físicas, químicas ou biológicas, como texto discursivo, gráficos, tabelas, relações matemáticas ou linguagem simbólica.

H18 - Relacionar propriedades físicas, químicas ou biológicas de produtos, sistemas ou procedimentos tecnológicos às finalidades a que se destinam.

H19 - Avaliar métodos, processos ou procedimentos das ciências naturais que contribuem para diagnosticar ou solucionar problemas de ordem social, econômica ou ambiental.

Competência de área 6 - Apropriar-se de conhecimentos da física para, em situações-problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.

H20 - Caracterizar causas ou efeitos dos movimentos de partículas, substâncias, objetos ou corpos celestes.

H21 - Utilizar leis físicas e/ou químicas para interpretar processos naturais ou tecnológicos inseridos no contexto da termodinâmica e/ou do eletromagnetismo.

H22 - Compreender fenômenos decorrentes da interação entre a radiação e a matéria em suas manifestações em processos naturais ou tecnológicos, ou em suas implicações biológicas, sociais, econômicas ou ambientais.

H23 - Avaliar possibilidades de geração, uso ou transformação de energia em ambientes específicos, considerando implicações éticas, ambientais, sociais e/ou econômicas.

Competência de área 7 - Apropriar-se de conhecimentos da química para, em situações-problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.

H24 - Utilizar códigos e nomenclatura da química para caracterizar materiais, substâncias ou transformações químicas.

H25 - Caracterizar materiais ou substâncias, identificando etapas, rendimentos ou implicações biológicas, sociais, econômicas ou ambientais de sua obtenção ou produção.

H26 - Avaliar implicações sociais, ambientais e/ou econômicas na produção ou no consumo de recursos energéticos ou minerais, identificando transformações químicas ou de energia envolvidas nesses processos.

H27 - Avaliar propostas de intervenção no meio ambiente aplicando conhecimentos químicos, observando riscos ou benefícios.

Competência de área 8 - Apropriar-se de conhecimentos da biologia para, em situações-problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.

H28 - Associar características adaptativas dos organismos com seu modo de vida ou com seus limites de distribuição em diferentes ambientes, em especial em ambientes brasileiros.

H29 - Interpretar experimentos ou técnicas que utilizam seres vivos, analisando implicações para o ambiente, a saúde, a produção de alimentos, matérias-primas ou produtos industriais.

H30 - Avaliar propostas de alcance individual ou coletivo, identificando aquelas que visam à preservação e à implementação da saúde individual, coletiva ou do ambiente.

Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias

Competência de área 1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

H1 - Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.

H2 - Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.

H3 - Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

H4 - Comparar pontos de vista expressos em fontes sobre determinado aspecto da cultura.



H5 - Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Competência de área 2 - Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

H6 - Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.

H7 - Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

H8 - Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e do enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

H9 - Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.

H10 - Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

Competência de área 3 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

H12 - Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

Competência de área 4 - Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

H16 - Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.

H17 - Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.

H18 - Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.

H19 - Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.

H20 - Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

Competência de área 5 - Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

H21 - Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

H22 - Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

H23 - Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

H24 - Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

H25 - Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

Competência de área 6 - Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

H26 - Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

H27 - Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e/ou geográficos.

H28 - Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

H29 - Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.

H30 - Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

Objetos de conhecimento associados às Matrizes de Referência

1. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Estudo do texto: as sequências comunicativas e os gêneros textuais no sistema de comunicação e informação - modos de organização da composição textual; atividades de produção escrita e de leitura de textos gerados nas diferentes esferas sociais - públicas e privadas.

Estudo das práticas corporais: a linguagem corporal como integradora social e formadora de identidade - performance corporal e identidades juvenis; possibilidades de vivência crítica e emancipada do lazer, mitos e verdades sobre os corpos masculino e feminino na sociedade atual; exercício físico e saúde; o corpo e a expressão artística e cultural; o corpo no mundo dos símbolos e como produção da cultura; práticas corporais e autonomia; condicionamentos e esportes físicos; o esporte; a dança; as lutas; os jogos; as brincadeiras.

Produção e recepção de textos artísticos: interpretação e representação do mundo para o fortalecimento dos processos de identidade e cidadania - Artes Visuais: estrutura morfológica, sintática, o

contexto da obra artística, o contexto da comunidade. Teatro: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Música: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Dança: estrutura morfológica, sintática, o contexto da obra artística, o contexto da comunidade, as fontes de criação. Conceitos estruturantes das linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), elaboradas a partir de suas estruturas morfológicas e sintáticas; inclusão, diversidade e multiculturalidade: a valorização da pluralidade expressa nas produções estéticas e artísticas das minorias sociais e dos portadores de necessidades específicas educacionais.

Estudo do texto literário: relações entre produção literária e processo social, conceitos artísticos, procedimentos de construção e recepção de textos - produção literária e processo social: processos de formação literária e de formação nacional; produção de textos literários, sua recepção e a constituição do patrimônio literário nacional; relações entre a dialética cosmopolitismo/localismo e a produção literária nacional; elementos de continuidade e ruptura entre os diversos momentos da literatura brasileira; associações entre conceitos artísticos e procedimentos de construção do texto literário em seus gêneros (épico/narrativo, lírico e dramático) e formas diversas; articulações entre os recursos expressivos e estruturais do texto literário e o processo social relacionado ao momento de sua produção; representação literária: natureza, função, organização e estrutura do texto literário; relações entre literatura, outras artes e outros saberes.

Estudo dos aspectos linguísticos em diferentes textos: recursos expressivos da língua, procedimentos de construção e recepção de textos - organização da macroestrutura semântica e a articulação entre ideias e proposições (relações lógico-semânticas).

Estudo do texto argumentativo, seus gêneros e recursos linguísticos: argumentação: tipo, gêneros e usos em língua portuguesa - formas de apresentação de diferentes pontos de vista; organização e progresso textual; papéis sociais e comunicativos dos interlocutores; relação entre usos e propósitos comunicativos, função socio comunicativa do gênero, aspectos da dimensão espaço-temporal em que se produz o texto.

Estudo dos aspectos linguísticos da língua portuguesa: usos da língua: norma culta e variação linguística - uso dos recursos linguísticos em relação ao contexto em que o texto é constituído: elementos de referência pessoal, temporal, espacial, registro linguístico, grau de formalidade, seleção lexical, tempos e modos verbais; uso dos recursos linguísticos em processo de coesão textual: elementos de articulação das sequências dos textos ou a construção da microestrutura do texto.

Estudo dos gêneros digitais: tecnologia da comunicação e informação: impacto e função social - o texto literário típico da cultura de massas: o suporte textual em gêneros digitais; a caracterização dos interlocutores na comunicação tecnológica; os recursos linguísticos e os gêneros digitais; a função social das novas tecnologias.

2. Matemática e suas Tecnologias

Conhecimentos numéricos - operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais), desigualdades, divisibilidade, fatoração, razões e proporções, porcentagem e juros, relações de dependência entre grandezas, sequências e progressões, princípios de contagem.

Conhecimentos geométricos - características das figuras geométricas planas e espaciais; grandezas, unidades de medida e escalas; comprimentos, áreas e volumes; ângulos; posições de retas; simetrias de figuras planas ou espaciais; congruência e semelhança de triângulos; teorema de Tales; relações métricas nos triângulos; circunferências; trigonometria do ângulo agudo.

Conhecimentos de estatística e probabilidade - representação e análise de dados, medidas de tendência central (média, moda e mediana); desvios e variância; noções de probabilidade.

Conhecimentos algébricos - gráficos e funções; funções algébricas do 1.º e do 2.º graus, polinômios, racionais, exponenciais e logarítmicas; equações e inequações; relações no ciclo trigonométrico e funções trigonométricas.

Conhecimentos algébricos/geométricos - plano cartesiano; retas; circunferências; paralelismo e perpendicularidade; sistemas de equações.

3. Ciências da Natureza e suas Tecnologias

3.1 Física

Conhecimentos básicos e fundamentais - Noções de ordem de grandeza. Notação Científica. Sistema Internacional de Unidades. Metodologia de investigação: a procura de regularidades e de sinais na interpretação física do mundo. Observações e mensurações: apresentação de grandezas físicas como grandezas mensuráveis. Ferramentas básicas: gráficos e vetores. Conceituação de grandezas vectoriais e escalares. Operações básicas com vetores.

O movimento, o equilíbrio e a descoberta de leis físicas - Grandezas fundamentais da mecânica: tempo, espaço, velocidade e aceleração. Relação histórica entre força e movimento. Descrições do movimento e sua interpretação: quantificação do movimento e sua descrição matemática e gráfica. Casos especiais de movimentos e suas regularidades observáveis. Conceito de inércia. Noção dinâmica de massa e quantidade de movimento (momento linear). Força e variação da quantidade de movimento. Leis de Newton. Centro de massa e a ideia de ponto material. Conceito de forças externas e internas. Lei da conservação da quantidade de movimento (momento linear) e teorema do impulso. Momento de uma força (torque). Condições de equilíbrio estático de ponto material e de corpos rígidos. Força de atrito, força peso, força normal de contato e tração. Diagramas de forças. Identificação das forças que atuam nos movimentos circulares. Noção de força centrípeta e sua quantificação. A hidrostática: aspectos históricos e variáveis relevantes. Empuxo. Princípios de Pascal, Ar-

quimedes e Stevin; condições de flutuação, relação entre diferença de nível e pressão hidrostática.

Energia, trabalho e potência - Conceituação de trabalho, energia e potência. Conceito de energia potencial e de energia cinética. Conservação de energia mecânica e dissipação de energia. Trabalho da força gravitacional e energia potencial gravitacional. Forças conservativas e dissipativas.

A mecânica e o funcionamento do universo - Força peso. Aceleração gravitacional. Lei da Gravitação Universal. Lei de Kepler. Movimentos de corpos celestes. Influência na Terra: mares e variações climáticas. Conceções históricas sobre a origem do universo e sua evolução.

Fenômenos elétricos e magnéticos - Carga elétrica e corrente elétrica. Lei de Coulomb. Campo elétrico e potencial elétrico. Linhas de campo. Superfícies equipotenciais. Poter das pontas. Blindagem. Capacitores. Efeito Joule. Lei de Ohm. Resistência elétrica e resistividade. Relações entre grandezas elétricas: tensão, corrente, potência e energia. Circuitos elétricos simples. Correntes contínua e alternada. Medidores elétricos. Representação gráfica de circuitos. Símbolos convencionais. Potência e consumo de energia em dispositivos elétricos. Campo magnético. Ímãs permanentes. Linhas de campo magnético. Campo magnético terrestre.

Oscilações, ondas, óptica e radiação - Feixes e frentes de ondas. Reflexão e refração. Óptica geométrica: lentes e espelhos. Formação de imagens. Instrumentos ópticos simples. Fenômenos ondulatórios. Pulsos e ondas. Período, frequência, ciclo. Propagação: relação entre velocidade, frequência e comprimento de onda. Ondas em diferentes meios de propagação.

O calor e os fenômenos térmicos - Conceitos de calor e de temperatura. Escalas termométricas. Transferência de calor e equilíbrio térmico. Capacidade calorífica e calor específico. Condução do calor. Dilatação térmica. Mudanças de estado físico e calor latente de transformação. Comportamento de gases ideais. Máquinas térmicas. Ciclo de Carnot. Leis da Termodinâmica. Aplicações e fenômenos térmicos de uso cotidiano. Compreensão de fenômenos climáticos relacionados ao ciclo da água.

3.2 Química

Transformações químicas - Evidências de transformações químicas. Interpretando transformações químicas. Sistemas gasosos: Lei dos gases. Equação geral dos gases ideais. Princípio de Avogadro, conceito de molécula; massa molar, volume molar dos gases. Teoria cinética dos gases. Misturas gasosas. Modelo corpuscular da matéria. Modelo atômico de Dalton. Natureza elétrica da matéria: Modelo Atômico de Thomson, Rutherford, Rutherford-Bohr. Átomos e sua estrutura. Número atômico, número de massa, isótopos, massa atômica. Elementos químicos e Tabela Periódica. Reações químicas.

Representação das transformações químicas - Fórmulas químicas. Balançamento de equações químicas. Aspectos quantitativos das transformações químicas. Leis ponderais: reações químicas. Determinação de fórmulas químicas. Grandezas químicas: massa, volume, mol, massa molar, constante de Avogadro. Cálculos estequiométricos.

Materiais, suas propriedades e usos - Propriedades de materiais. Estados físicos de materiais. Mudanças de estado. Misturas: tipos e métodos de separação. Substâncias químicas: classificação e características gerais. Metais e ligas metálicas. Ferro, cobre e alumínio. Ligações metálicas. Substâncias iônicas: características e propriedades. Substâncias iônicas do grupo cloro, carbono, nitro e sulfato. Ligações iônicas. Substâncias moleculares: características e propriedades. Substâncias moleculares: H₂, O₂, N₂, Cl₂, NH₃, H₂O, HCl, CH₄. Ligação covalente. Polaridade de moléculas. Forças intermoleculares. Relação entre estruturas, propriedade e aplicação das substâncias.

Água - Ocorrência e importância na vida animal e vegetal. Ligação, estrutura e propriedades. Sistemas em solução aquosa: soluções verdadeiras, soluções coloidais e suspensões. Solubilidade. Concentração das soluções. Aspectos qualitativos das propriedades coligativas das soluções. Ácidos, bases, sais e óxidos: definição, classificação, propriedades, formulação e nomenclatura. Conceitos de ácidos e bases. Principais propriedades dos ácidos e bases: indicadores, condutibilidade elétrica, reação com metais, reação de neutralização.

Transformações químicas e energia - Transformações químicas e energia calorífica. Calor de reação. Entalpia. Equações termoquímicas. Lei de Hess. Transformações químicas e energia elétrica. Reação de oxidação. Potenciais padrão de redução. Pilha. Eletrólise. Leis de Faraday. Transformações nucleares. Conceitos fundamentais da radioatividade: Reações de fissão e fusão nuclear. Desintegração radioativa e radioisótopos.

Dinâmica das transformações químicas - Transformações químicas e velocidade. Velocidade de reação. Energia de ativação. Fatores que alteram a velocidade de reação: concentração, pressão, temperatura e catalisador.

Transformação química e equilíbrio - Caracterização do sistema em equilíbrio. Constante de equilíbrio. Produto iônico da água, equilíbrio ácido-base e pH. Solubilidade dos sais e hidrólise. Fatores que alteram o sistema em equilíbrio. Aplicação da velocidade e do equilíbrio químico no cotidiano.

Compostos de carbono - Características gerais dos compostos orgânicos. Principais funções orgânicas. Estrutura e propriedades de hidrocarbonetos. Estrutura e propriedades de compostos orgânicos oxigenados. Fermentação. Estrutura e propriedades de compostos orgânicos nitrogenados. Macromoléculas naturais e sintéticas. Noções básicas sobre polímeros. Amido, glicogênio e celulose. Borracha natural e sintética. Polietileno, poliestireno, PVC, teflon, náilon. Óleos e gorduras, sabões e detergentes sintéticos. Proteínas e enzimas.

Relações da Química com as tecnologias, a sociedade e o meio ambiente - Química no cotidiano. Química na agricultura e na saúde. Química nos alimentos. Química e ambiente. Aspectos científico-tecnológicos, socioeconômicos e ambientais associados à obtenção ou produção de substâncias químicas. Indústria química: ob-



tenção e utilização do cloro, hidróxido de sódio, ácido sulfúrico, amônia e ácido nítrico, Mineração e metalurgia, Poluição e tratamento de água. Poluição atmosférica. Contaminação e proteção do ambiente.

Energias químicas no cotidiano - Petróleo, gás natural e carvão. Madeira e hulha. Biomassa. Biocombustíveis. Impactos ambientais de combustíveis fósseis. Energia nuclear. Lixo atômico. Vantagens e desvantagens do uso de energia nuclear.

3.3 Biologia

Moléculas, células e tecidos - Estrutura e fisiologia celular: membrana, citoplasma e núcleo. Divisão celular. Aspectos bioquímicos das estruturas celulares. Aspectos gerais do metabolismo celular. Metabolismo energético: fotossíntese e respiração. Codificação da informação genética. Síntese proteica. Diferenciação celular. Principais tecidos animais e vegetais. Origem e evolução das células. Noções sobre células-tronco, clonagem e tecnologia do DNA recombinante. Aplicações de biotecnologia na produção de alimentos, fármacos e componentes biológicos. Aplicações de tecnologias relacionadas ao DNA a investigações científicas; determinação da paternidade, investigação criminal e identificação de indivíduos. Aspectos éticos relacionados ao desenvolvimento biotecnológico. Biotecnologia e sustentabilidade.

Hereditariedade e diversidade da vida - Princípios básicos que regem a transmissão de características hereditárias. Conceções pré-mendelianas sobre a hereditariedade. Aspectos genéticos do funcionamento do corpo humano. Antígenos e anticorpos. Grupos sanguíneos, transplantes e doenças autoimunes. Neoplasias e a influência de fatores ambientais. Mutações gênicas e cromossômicas. Aconselhamento genético. Fundamentos genéticos da evolução. Aspectos genéticos da formação e manutenção da diversidade biológica.

Identidade dos seres vivos - Níveis de organização dos seres vivos. Vírus, procariontes e eucariontes. Autótrofos e heterótrofos. Seres unicelulares e pluricelulares. Sistemática e as grandes linhas da evolução dos seres vivos. Tipos de ciclo de vida. Evolução e padrões anatômicos e fisiológicos observados nos seres vivos. Funções vitais dos seres vivos e sua relação com a adaptação desses organismos a diferentes ambientes. Embriologia, anatomia e fisiologia humana. Evolução humana. Biotecnologia e sistemática.

Ecologia e ciências ambientais - Ecossistemas. Fatores bióticos e abióticos. Habitat e nicho ecológico. A comunidade biológica: taxa alimentar, sucesso e comunidade climax. Dinâmica de populações. Interações entre os seres vivos. Ciclos biogeoquímicos. Fluxo de energia no ecossistema. Biogeografia. Biomas brasileiros. Exploração e uso de recursos naturais. Problemas ambientais: mudanças climáticas, efeito estufa, desmatamento, erosão; poluição da água, do solo e do ar. Conservação e recuperação de ecossistemas. Conservação da biodiversidade. Tecnologias ambientais. Noções de saneamento básico. Noções de legislação ambiental: água, florestas, unidades de conservação; biodiversidade.

Origem e evolução da vida - A biologia como ciência: história, métodos, técnicas e experimentação. Hipóteses sobre a origem do Universo, da Terra e dos seres vivos. Teorias de evolução. Explicações pré-darwinistas para a modificação das espécies. A teoria evolutiva de Charles Darwin. Teoria sintética da evolução. Seleção artificial e seu impacto sobre ambientes naturais e sobre populações humanas.

Qualidade de vida das populações humanas - Aspectos biológicos da pobreza e do desenvolvimento humano. Indicadores sociais, ambientais e econômicos. Índice de desenvolvimento humano. Principais doenças que afetam a população brasileira: caracterização, prevenção e profilaxia. Noções de primeiros socorros. Doenças sexualmente transmissíveis. Aspectos sociais da biologia: uso indevido de drogas; gravidez na adolescência; obesidade. Violência e segurança pública. Exercícios físicos e vida saudável. Aspectos biológicos do desenvolvimento sustentável. Legislação e cidadania.

4. Ciências Humanas e suas Tecnologias

Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade - Cultura material e imaterial, patrimônio e diversidade cultural no Brasil. A conquista da América. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América. História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira. História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira. Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado - Cidadania e democracia na Antiguidade; Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna; democracia direta, indireta e representativa. Revoluções sociais e políticas na Europa Moderna. Formação territorial brasileira; as regiões brasileiras; políticas de reordenamento territorial. As lutas pela conquista da independência política das colônias da América. Grupos sociais em conflito no Brasil imperial e a construção da nação. O desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista e seus críticos nos séculos XIX e XX. Políticas de colonização, migração, imigração e emigração no Brasil nos séculos XIX e XX. A atuação dos grupos sociais e as grandes processos revolucionários do século XX: Revolução Bolchevique, Revolução Chinesa, Revolução Cubana. Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX. Imperialismo, a ocupação da Ásia e da África, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria. Os sistemas totalitários na Europa do século XX: nazifascista, franquismo, salazarismo e stalinismo. Ditaduras políticas na América Latina: Estado Novo no Brasil e ditaduras na América. Conflitos político-culturais pós-Guerra Fria, reorganização política internacional e os organismos multilaterais nos séculos XX e XXI. A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais. Direitos sociais nas constituições brasileiras. Políticas afirmativas. Vida urbana: redes e hierarquia nas cidades, pobreza e segregação espacial.

Características e transformações das estruturas produtivas - Diferentes formas de organização da produção: escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo e suas diferentes experiências. Economia agroexportadora brasileira: complexo açucareiro; a mineração no período colonial; a economia cafeeira; a borracha na Amazônia. Revolução Industrial: criação do sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. Formação do espaço urbano-industrial. Transformações na estrutura produtiva no século XX: o fordismo, o toyotismo, as novas técnicas de produção e seus impactos. A industrialização brasileira, a urbanização e as transformações sociais e trabalhistas. A globalização e as novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais. Produção e transformação dos espaços agrários. Modernização da agricultura e estruturas agrárias tradicionais. O agronegócio, a agricultura familiar, os assalariados do campo e as lutas sociais no campo. A relação campo-cidade.

Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente - Relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo. Impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos. Recursos hídricos; bacias hidrográficas e seus aproveitamentos. As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida, a destruição da camada de ozônio. A nova ordem ambiental internacional, políticas territoriais ambientais; uso e conservação dos recursos naturais, unidades de conservação, corredores ecológicos, zoneamento ecológico e econômico. Origem e evolução do conceito de sustentabilidade. Estrutura interna da Terra. Estruturas do solo e do relevo; agentes internos e externos modeladores do relevo. Situação geral da atmosfera e classificação climática. As características climáticas do território brasileiro. Os grandes domínios da vegetação no Brasil e no mundo.

Representação espacial - Projeções cartográficas; leitura de mapas temáticos, físicos e políticos; tecnologias modernas aplicadas a cartografia.

ANEXO III

COMPETÊNCIAS EXPRESSAS NA MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA REDAÇÃO

Baseada nas cinco competências da Matriz de Referência para Redação, a proposta da Redação do Enem é elaborada de forma a possibilitar que os participantes, a partir de uma situação-problema e de subsídios oferecidos, realizem uma reflexão escrita sobre um tema de ordem política, social ou cultural, produzindo um texto de tipo dissertativo-argumentativo.

COMPETÊNCIAS

I - Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita.

II - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro das limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.

III - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

IV - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

V - Elaborar proposta de solução para o problema abordado, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Níveis de conhecimentos associados às Competências Expressas nas Matrizes de Referência para Redação do Enem

Para cada uma das competências expressas na Matriz de Referência para Redação do Enem, existem níveis de conhecimento associados a essas competências, conforme descritos abaixo:

- Nível 0:

Demonstra desconhecimento da norma padrão, de escolha de registro e de convenções da escrita. Não defende ponto de vista e apresenta informações, fatos, opiniões e argumentos incorretos. Apresenta informações desconexas, que não se configuram como texto. Não elabora proposta de intervenção.

- Nível I:

Demonstra domínio insuficiente da norma padrão, apresentando graves e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. Desenvolve de forma mediana o tema a partir de argumentos do senso comum, cópias dos textos motivadores ou apresenta domínio precário do tipo textual dissertativo-argumentativo. Apresenta informações, fatos e opiniões, ainda que pertinentes ao tema proposto, com pouca articulação entre os contradições, ou limita-se a reproduzir os argumentos constantes na proposta de redação em defesa de seu ponto de vista. Articula as partes do texto, porém com muitas inadequações na utilização dos recursos coesivos. Elabora proposta de intervenção de forma precária ou relacionada ao tema mas não articulada com a discussão desenvolvida no texto.

- Nível II:

Demonstra domínio mediano da norma padrão, apresentando muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. Desenvolve de forma mediana o tema a partir de argumentos do senso comum, cópias dos textos motivadores ou apresenta domínio precário do tipo textual dissertativo-argumentativo. Apresenta informações, fatos e opiniões, ainda que pertinentes ao tema proposto, com pouca articulação entre os contradições, ou limita-se a reproduzir os argumentos constantes na proposta de redação em defesa de seu ponto de vista. Articula as partes do texto, porém com muitas inadequações na utilização dos recursos coesivos. Elabora proposta de intervenção de forma precária ou relacionada ao tema mas não articulada com a discussão desenvolvida no texto.

- Nível III:

Demonstra domínio adequado da norma padrão, apresentando alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita. Desenvolve de forma adequada o tema, a partir de argumentação previsível e apresenta domínio adequado do tipo textual dissertativo-argumentativo. Apresenta informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto, porém pouco organizados e relacionados de forma pouco consistente em defesa de seu ponto de vista.

Articula as partes do texto, porém com algumas inadequações na utilização dos recursos coesivos. Elabora proposta de intervenção relacionada ao tema mas pouco articulada a discussão desenvolvida no texto.

- Nível IV:

Demonstra bom domínio da norma padrão, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita. Desenvolve bem o tema a partir de argumentação consistente e apresenta bom domínio do tipo textual dissertativo-argumentativo. Seleciona, organiza e relaciona informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto de forma consistente, com indícios de autoria, em defesa de seu ponto de vista. Articula as partes do texto, com poucas inadequações na utilização de recursos coesivos. Elabora proposta de intervenção relacionada ao tema e bem articulada a discussão desenvolvida no texto.

- Nível V:

Demonstra excelente domínio da norma padrão, não apresentando ou apresentando escassos desvios gramaticais e de convenções da escrita. Desenvolve muito bem o tema com argumentação consistente, além de apresentar excelente domínio do tipo textual dissertativo-argumentativo, a partir de um repertório sociocultural produtivo. Seleciona, organiza e relaciona informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto de forma consistente, configurando autoria, em defesa de seu ponto de vista. Articula as partes do texto, sem inadequações na utilização dos recursos coesivos. Elabora proposta de intervenção inovadora relacionada ao tema e bem articulada a discussão desenvolvida em seu texto.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2012 ao Convênio Nº 75563/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Unidade Gestora: 150011. Gestão: 00001. Conveniente: AITARAUA. UNIVERSIDADE DO SUDDESTE. CNPJ nº 13.069.489/0001-08. Alteração do prazo da vigência do convênio por mais seis meses (até 30/03/2013). Valor Total: R\$ 183.228,19. Valor de Contratação: R\$ 28.577,63. Vigência: 30/09/2011 a 30/03/2013. Data de Assinatura: 12/09/2012. Signatários: Concedente: LUIZ CLAUDIO COSTA, CPF nº 233.889.996-91. Conveniente: PAULO ROBERTO PINTO SANTOS, CPF nº 141.320.525-91.

(SICONV(PORTAL) - 13/09/2012)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 55/2012 - UASG 153037

Nº Processo: 23065020086201280. Objeto: Renovação de 12 (doze) assinaturas anuais do periódico diário GAZETA DE ALAGOAS, para atender demanda de usuários do Sistema de Bibliotecas - SIBUAFAL, bem como para atendimento das necessidades de atualização dos usuários da ASCOM (Assessoria de Comunicação da Universidade) e do próprio Gabinete do Reitor. Total de Itens Licitados: 00001 - Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Incidência da hipótese legal consistente na aquisição de serviço a ser efetuado por fornecedor exclusivo. Declaração de Inexigibilidade em 13/09/2012. ELIAS BARBOSA DA SILVA - Diretor do SIBUAFAL - Ratificação em 13/09/2012. ELIURIO DE BARRROS LOBO FILHO - Reitor - Valor Global: R\$ 6.480,00. CNPJ CONTRATADA - 12.199.147/0001-31 ORG ARNON DE MELLO ASSESSORIA E ADM EMPRESARIAL LTDA.

(SIDEC - 13/09/2012) 153037-15222-2012NE800020

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 56/2012 - UASG 153037

Nº Processo: 2306502009201259. Objeto: Renovação de 12 (doze) assinaturas anuais do periódico diário Tribuna Independente, para atendimento da demanda de usuários do Sistema de Bibliotecas - SIBUAFAL, bem como da ASCOM (Assessoria de Comunicação da Universidade) e do Gabinete do Reitor. Total de Itens Licitados: 00001 - Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Incidência da hipótese legal consistente na aquisição de serviço a ser efetuado por fornecedor exclusivo. Declaração de Inexigibilidade em 13/09/2012. ELIAS BARBOSA DA SILVA - Diretor do SIBUAFAL - Ratificação em 13/09/2012. ELIURIO DE BARRROS LOBO FILHO - Reitor - Valor Global: R\$ 6.480,00. CNPJ CONTRATADA - 08.951.056/0001-33 COOPERATI VA DOS JORNALISTAS E GRAFICOS DO ESTADO DE ALAGOAS.

(SIDEC - 13/09/2012) 153037-15222-2012NE800020

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 50/2012

Resultado por Fornecedor: REI-LABOR COMERCIO E PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA - CNPJ: 01.293.314/0001-92. Total do Fornecedor: R\$ 55.000,00. FLEX HOSPITALAR LTDA. CNPJ: 03.606.655/0001-25. Total do Fornecedor: R\$ 1.480,00. POLLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME. CNPJ: 11.544.447/0001-48. Total do Fornecedor: R\$ 40.500,00. ELFA PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA. CNPJ: 35.425.172/0001-91. Total do Fornecedor: R\$ 127.300,00. Valor Global da Ata: R\$ 224.280,00.

MARIA DE FÁTIMA CARNAÚBA DE OMEGA

Los
Pregoeira

(SIDEC - 13/09/2012) 150229-15222-2012NE800418